



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015- 2025

Domingos Martins- ES



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

ORGANIZADORES

Cleuza Maria Hehr

Eucinéia Regina Müller

Fernanda Rodrigues Neves Reinholtz

Marciane Cosmo Louzada

Mônica Nickel

Domingos Martins. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Plano Municipal de Educação de Domingos Martins / Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Domingos Martins, 2015.

170p. : il. color. ; 30cm

1. Educação 2. Financiamento 3. Formação Profissional

I. Prefeitura Municipal de Educação II. Secretaria Municipal de Educação



Prefeitura Municipal de Domingos Martins
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOMINGOS MARTINS

LUIZ CARLOS PREZOTI ROCHA
Prefeito Municipal

MANOEL DE OLIVEIRA BARCELOS JUNIOR
Vice-Prefeito

ROSELI GONORING HEHR
Secretaria Municipal de Educação e Esporte

MÔNICA NICKEL
Coordenadora de Elaboração do PME

CLEUZA MARIA HEHR
MARCIANE COSMO LOUZADA
Co-Coordenadoras de Elaboração do PME



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PME

METAS ESTRUTURANTES PARA A GARANTIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Eliana Braun Gorl

Fernanda Rodrigues Neves Reinholtz

Jaqueleine Salles Velten Saibel

Marciane Cosmo Louzada

Margareth Marta Hoffmam Pasinato

Rosineia Maria Bello

Solange Degen

Sônia Maria Bassani Bravim

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Cleuza Maria Hehr

Eliana de Deus Sobrinho

Gilsara Gonçalves Guarnier Astori

Patrick Stefenoni Kuster

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E ENSINO SUPERIOR

Leonardo Barth

Monica Nickel

Eucinéia Regina Müller

Talita Gonçalves Bernardes

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Eucinéia Regina Müller

Marciane Cosmo Louzada

Leonardo Barth

Mônica Nickel

Eliana Braun Gorl

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Fernanda Rodrigues Neves Reinholtz

Eliana de Deus Sobrinho

Sonia Maria Bassani Bravim

Ana Maria Louzada

Margareth Marta Hoffmam Pasinato

Jaqueleine Salles Velten Saibel

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS	21
TABELA 2.	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	22
TABELA 3.	INSTITUIÇÕES SITUADAS NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS	26
TABELA 4.	MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL- REDE PÚBLICA E PRIVADA	28
TABELA 5.	MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL- 6 A 14 ANOS	39
TABELA 6.	MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS: REDE PÚBLICA E PRIVADA	40
TABELA 7.	MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS: REDE PÚBLICA E PRIVADA	40
TABELA 8.	DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL	41
TABELA 9.	NÍVEIS DE APRENDIZADO CONFORME TABELA DO SAEB	42
TABELA 10.	ÍNDICE DE APRENDIZADO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO - 5º AO 9º ANO	43
TABELA 11.	EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO - 5º ANO (2009 E 2013)	43
TABELA 12.	EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO - 9º ANO (2009 E 2013)	44
TABELA 13.	COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES DE APRENDIZAGEM POR ÁREA DE ESTUDO - 5º AO 9º ANO	44
TABELA 14.	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA	48
TABELA 15.	RELAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS SITUADAS NO MUNICÍPIO	76
TABELA 16.	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE ESTADUAL	76
TABELA 17.	RELAÇÃO DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTAM À ESCOLA	76
TABELA 18.	ESCALA DE INDICADORES DE APRENDIZAGEM DO IDEB	77
TABELA 19.	DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE DO ENSINO MÉDIO	78
TABELA 20.	NÚMERO DE ALUNOS POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	85
TABELA 21.	ÁREAS DOS CURSOS EM QUE OS ESTUDANTES PARTICIPAM	86
TABELA 22.	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA EJA	94
TABELA 23.	MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA REDE ESTADUAL	115
TABELA 24.	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES- NÍVEL SUPERIOR	132
TABELA 25.	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES POR ÁREA DE CONHECIMENTO	133
TABELA 26.	INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE 2010/ 2014	147
TABELA 27.	VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	154
TABELA 28.	ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	166

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA	28
GRÁFICO 2.	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA	29
GRÁFICO 3.	DIAGNÓSTICO DE APRENDIZAGEM - 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, REDE MUNICIPAL- 2014	45
GRÁFICO 4.	DIAGNÓSTICO DE APRENDIZAGEM - 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, REDE ESTADUAL - 2014	46
GRÁFICO 5.	EVOLUÇÃO DAS METAS DO ENSINO MÉDIO	77
GRÁFICO 6.	NÚMERO TOTAL DE ALUNOS POR CURSO DE GRADUAÇÃO	84
GRÁFICO 7.	NÚMERO DE ALUNOS POR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	85
GRÁFICO 8.	NÚMERO TOTAL DE ALUNOS POR CURSO	85
GRÁFICO 9.	FORMAS DE PAGAMENTO DA MENSALIDADE	86
GRÁFICO 10.	PAGAMENTO DAS MENSALIDADES POR CURSOS	87
GRÁFICO 11.	MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA NA REDE PÚBLICA/BRASIL	115
GRÁFICO 12.	ADESÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS AOS PROGRAMAS FEDERAIS	141
GRÁFICO 13.	ESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E PRIVADA	164
GRÁFICO 14.	DADOS PARCIAIS QUANTO À ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS	165

Sumário

3. INTRODUÇÃO	13
3.1. OBJETIVOS	14
3.2. META	14
4. JUSTIFICATIVA	15
5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS.....	16
5.2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS	18
5.3. CLIMA	19
5.4. ASPECTOS AMBIENTAIS.....	19
5.4.1. Hidrografia	19
5.4.2. Vegetação	19
5.5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	20
5.6. ASPECTOS CULTURAIS	20
6. ASPECTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO DE DOMINGOS MARTINS	23
6.1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM DOMINGOS MARTINS	23
6.2. CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	24
6.3. A MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS	25
6.4. NÍVEIS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	27
6.4.1. Educação Infantil	27
6.4.2. Ensino Fundamental.....	39
6.4.3. Ensino Médio.....	80
6.4.4. Ensino Superior.....	89
6.5. MODALIDADES DE ENSINO	99
6.5.1. Educação de Jovens e Adultos	99
6.5.2. Educação Especial	108
6.5.3. Educação Profissional.....	123
7. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	128
7.3. EDUCAÇÃO DO CAMPO	140
8. FINANCIAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA	150
8.1. GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	150
8.2. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	159
8.3. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	165
8.4. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.....	168
Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle	192

1. DECRETO QUE INSTITUI A COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PME



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Educação e Esporte

DECRETO Nº 2.657 / 2014¹

NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso das suas atribuições legais, e considerando,

- a Lei Nº 13.005 de 25 junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;
- a Emenda Constitucional nº 59 de 2009;
- os preceitos de organização e planejamento;
- a necessidade de reelaboração e implementação do Plano Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º – Fica definida a Secretaria Municipal de Educação e Esporte, como responsável pela articulação para elaboração do Plano Municipal de Educação com representação dos vários segmentos corresponsáveis pela educação municipal, bem como a sociedade civil organizada.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros da Comissão para elaboração do Plano Municipal de Educação, a seguir relacionados, com seus respectivos suplentes, para comporem, a comissão para elaboração do Plano Municipal de Educação, representando os segmentos especificados a saber:

1. Secretaria Municipal de Educação e Esporte

Titular – Sônia Maria Bassani Bravim
Suplente – Margareth Marta Hoffmann Pasinato
Titular – Rosinéia Maria Bello
Suplente – Ana Maria Louzada

2. Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular – Nolvina Gomes

3. Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Maria Claudia Dalvi Cremasco
Suplente – Edna Assis

4. Secretaria Municipal da Fazenda (Finanças)

Titular – Priscila Stein Kunsch
Suplente – Josiane Letícia Trarbach

5. Secretaria Municipal de Agropecuária

Titular – Marcia Stumm
Suplente – Mario Flávio Majeski

¹ Decreto publicado no Diário Oficial do Espírito Santo no dia 10 de novembro de 2014.

6. Secretaria de Planejamento

Titular- Maiara Barcellos Morelato
Suplente - Daniel Rodrigues Stein Ferreira

7. Secretaria de Obras

Titular- Sylvia Regina Rangel de Jesus
Suplente – Mariceia Jahring Blank
Titular- Danielle da Silva Araújo de Carvalho
Suplente - Kristian Karla Vieira Santa Clara Klein

8. Conselho Tutelar

Titular – Lidia Kunder Schultz
Suplente – Leonete Lampier

9. Conselho Municipal do FUNDEB

Titular – Valkíria Bulerjand Rodrigues
Suplente – Gilsana Degen Fonseca

10. Conselho Municipal de Educação

Titular – Maria Cristina Krohling Mayer

11. Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Titular – Marlene Bautz
Suplente – Alda Maria Lampier Koehler
Titular – Gecilda Aparecida Coutinho Littig
Suplente – Joel Lopes Martins

12. Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Titular- Marilene de Souza Barros Stein
Suplente - Rosimar Wagemacher

13. Representantes da Escola Privada

Titular – Emanueli M. Mayer de Freitas
Suplente – Jéssica Jordão de Souza

14. Representantes de Professores da Rede Municipal

Titular – Josiane de Souza Lima
Suplente - Eli Espíndula
Titular - Mary Ellen Weyn Barcelos
Suplente - Deni Siqueira Kuhn
Titular - Andreia Aparecida dos Santos Huver
Suplente – Lenice Garcia de Freitas
Titular – Ivone Aparecida Boone Monhol
Suplente – Jachline Aparecida Dias Custório
Titular - Isabel Aparecida da Silva Barcellos
Suplente – Andrelina Vargas Barbosa

15. Representantes de Professores das Escolas Estaduais

Titular – Fernanda Rodrigues Neves Reinholtz

16. Representantes de Diretores da Educação Infantil

Titular – Jaqueline Fileti Barboza
Suplente - Martinéia Regina Alves

17. Representantes de Diretores do Ensino Fundamental

Titular - Angelita da Penha Mayer

18. Representantes de Diretores do Sistema Estadual

Titular - Delfina Schneider Stein
Suplente - Iraci Klipper

19. Representantes de Alunos da Rede Municipal de Ensino

Titular – Eduarda Stein Christ
Suplente – Pedro Lucas Saar Dias

20. Representantes de Alunos do Sistema Estadual de Ensino

Titular – Pedro Henrique Lemos Del Piero
Suplente – Sara Miertschink Lovatti

21. Representantes de Servidores Administrativos da Rede Municipal

Titular – Nadia Barbosa do Vale
Suplente – Lesly Bohning Waiandt
Titular – Keide Karli Monhol Peterli
Suplente – Edneia Boaventura da Silva
Titular – Jacinete Erlacher Espíndula
Suplente – Ivanete Erlacher Mariano
Titular – Rosimeria do Rosário Reis

22. Representantes de Pais/ Conselhos Escolares

Titular – Glaucio Luciano dos Santos Oliveira
Suplente – Alcione Liebmann Braun
Titular – Cintia Magna Santana Scarpe

23. Representantes do Fórum Municipal de Educação

Titular – Eliana de Deus Sobrinho
Suplente – Elisabeth Christ Uliana

24. Representantes do Poder Legislativo (Câmara Municipal)

Titular – Emerson Monhol
Suplente – Sandra Christina Neitzke Christ
Titular – Julio Maria dos Santos
Suplente – Julio Maria Crist

25. Representantes da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Expcionais)

Titular: Carolina de Paula Araujo
Suplente: Vanessa Carvalho Fajóli
Titular: Delizete da Costa Lahass
Suplente: Maria Zilda Stein Salles

26. Representantes do Ensino Superior

Titular – Leonardo Barth
Suplente – Maria Aparecida Trarbach

27. Representantes do Instituto Kautsky

Titular- Alessandra Bossler Pope
Suplente - Fátima Cristine Sant'Anna Feitosa

28. Promotoria de Justiça Cumulativa de Domingos Martins

Titular: Ricardo Alves Sacchi
Suplente: Nathália Cerqueira Simões

29. Presidente – Roseli Gonoring Hehr**30. Coordenadora - Mônica Nickel****31. Equipe Técnica** – Claudia Uliana Guarnier
Eucinéia Regina Müller
Gilsara Gonçalves Guarnier Astori
Jaqueline Salles Velten Saibel
Marciane Cosmo Louzada
Rosileide Beling Foester
Solange Degen

Art. 3º - Compete a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação – PME:

I - Elaborar o Plano Municipal de Educação com consonância com o Plano Nacional e Estadual de Educação, observando entre outros a erradicação do analfabetismo, a evasão, a universalização do atendimento ao ensino obrigatório, a melhoria da qualidade do ensino, a formação humanística, científica e tecnológica, a progressiva expansão do atendimento dos alunos na Educação Infantil;

II – Propor e realizar debates junto à sociedade, objetivando realizar trabalho representativo dos anseios sociais;

III – Elaborar cronograma de atividades, concluindo os trabalhos com dinâmica e celeridade;

IV – Decidir sobre a formação de subcomissões, dentre representantes de órgãos/representações sob a coordenação de um ou mais membros da comissão criada neste decreto;

V – Apresentar o Plano Municipal de Educação, na forma de projeto de lei, para que seja analisado pelo Chefe de Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Art. 4º - O trabalho da Comissão constitui serviço público relevante, não implicando remuneração para qualquer de um de seus membros.

Art. 5º - O Plano Municipal de Educação será elaborado a luz dos Planos Nacional e Estadual de Educação e terá metas a curto, médio e longo prazo. Caberá a comissão o monitoramento e revisão do plano para garantir que as metas sejam cumpridas, avaliando e aprimorando as estratégias, caso seja necessário.

Art. 6º - Fica a Secretaria Municipal de Educação e Esporte autorizada a editar instruções normativas para o fiel cumprimento deste decreto.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins – ES, 07 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS PREZOTI ROCHA
Prefeito Municipal

2. APRESENTAÇÃO

O presente documento compreendido por Plano Municipal de Educação origina-se a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), Lei 13.0005/2014, e emerge da necessidade de União, Estados, Distrito Federal e Municípios pensarem e planejarem a Educação para os próximos dez anos.

Pensar a educação para uma década representa, além de um esforço para que se faça presente neste documento a vontade e a necessidade popular, por meio da participação social em sua elaboração, uma possibilidade de avançarmos significativamente na garantia de uma Educação digna e de qualidade para todos. É um documento de construção coletiva em que se ouviu os anseios de alunos, profissionais da educação, pais, além da sociedade civil.

Dado o período de vigência, não se trata de um Plano de Governo, mas de um Plano de Estado que abrange em sua produção o diagnóstico da realidade educacional do Município elaborado à luz das metas do PNE e consolida-se como parâmetro para a formulação das metas e estratégias municipais. Os princípios que norteiam esta produção estão pautados no aperfeiçoamento da participação cidadã, da gestão democrática, do financiamento da educação, da atualização do currículo, da valorização dos profissionais do magistério, entre outros, e estão fundamentados na universalização e democratização, na oferta de um ensino pautado nos valores humanos, na inclusão, na igualdade, na diversidade e na promoção da justiça social.

Por compreendermos a educação como mecanismo de promoção para emancipação dos sujeitos, este documento representa o compromisso, a responsabilidade e os desejos de um coletivo que assumiu a pesquisa, a escuta, o debate, a reflexão e finalmente a concretização por meio de palavras de um caminho a ser trilhado para a garantia de um direito que é capaz de transformar vidas: A EDUCAÇÃO!!!

Roseli Gonoring Hehr

Secretaria Municipal de Educação e Esporte

3. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, Art. 214, determina a elaboração de Plano Nacional de Educação, ratificada no Art. 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 87 É instituída a década da Educação, a iniciar-se um ano a partir desta Lei.

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que “Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, dispõe:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes [...].

O presente documento foi elaborado a partir de decisão da administração de Domingos Martins em construir um Plano Municipal de Educação (PME) de forma científica, estratégica e participativa. A busca de um novo paradigma de educação para as escolas representa um instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem de forma coletiva e democrática. Esta construção, com a demonstração de um forte espírito democrático, nos enche de esperança e nos aponta para um caminho em que a educação é alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena. O PME preconiza o que está posto no Plano Nacional de Educação. De forma resumida, os principais aspectos norteadores abordados são: a universalização e a qualidade do ensino, a formação e valorização dos profissionais, a democratização da gestão e o financiamento da educação.

Portanto, além do cumprimento da determinação constitucional e da legislação vigente, existe a necessidade de sistematizar a organização da educação e ensino no Município, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, e, em todas as redes: Municipal, Estadual e Privada. O objetivo é concretizar a oferta de serviços de melhor qualidade, evidenciando avanços construídos ao longo do tempo e identificando lacunas que precisam de maior atenção nos próximos dez anos.

3.1. OBJETIVOS

GERAL

- Orientar o planejamento da construção do Plano Municipal de Educação como instrumento político e técnico norteador das ações educacionais do Município para os próximos dez anos.

ESPECÍFICOS

- Oportunizar aos profissionais e pessoas envolvidas na gestão e cogestão da educação do Município desenvolver competências para atividades de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação;
- Identificar as principais demandas educacionais da população martinense e apontar alternativas para solução;
- Direcionar as ações com segurança e presteza, de modo a alcançar os objetivos e metas fixados na sua construção;
- Avaliar o processo de implantação das políticas públicas definidas como prioritárias.

3.2. META

- Elaborar e aprovar o Plano Municipal de Educação do Município de Domingos Martins até o dia 30 de junho de 2015.

4. JUSTIFICATIVA

O instrumento de planejamento das políticas educacionais do Município, conhecido como **Plano Municipal de Educação (PME)** caracteriza-se por ser um plano global da educação no contexto municipal, pois visa à integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa. Apresenta metas para todos os níveis e modalidades educacionais ofertadas pelas redes públicas de ensino, que define propostas voltadas para a gestão democrática, para a valorização do magistério, para o financiamento, entre outras temáticas.

A construção de um Plano Municipal de Educação constituiu-se num desafio, mas também num momento de expectativas. Busca-se definir e promover a estabilidade das políticas educacionais no Município, com base nos diagnósticos realizados da situação educacional atual e da avaliação dos recursos previstos para o alcance dos objetivos e avanços desejados para a década de abrangência do plano.

O exercício de elaboração do Plano Municipal de Educação proporciona, também, ao Município, a oportunidade de coletar e sistematizar um grande conjunto de dados educacionais e de refletir sobre os diferentes níveis e modalidades da Educação, além daqueles sob a sua estrita responsabilidade.

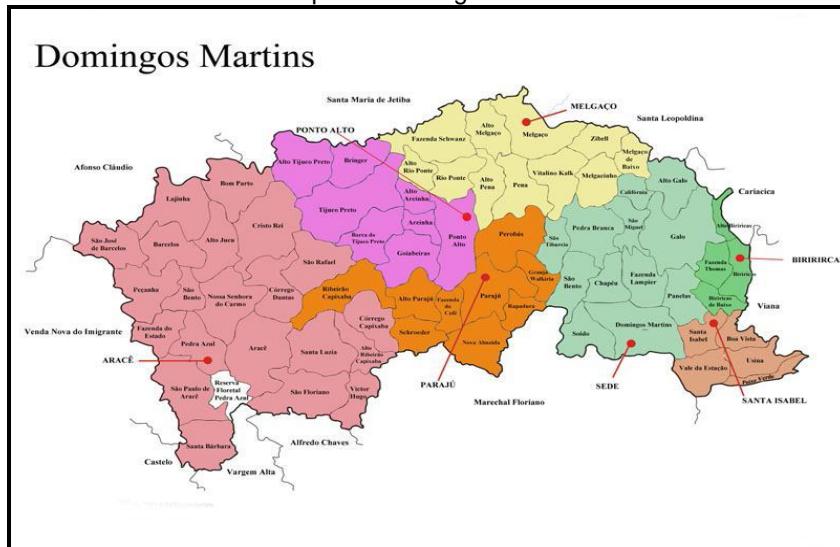
Considerando a sua importância e, atendendo aos preceitos legais, a proposta de elaboração do Plano Municipal de Educação de Domingos Martins deverá estar em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação. Para tanto, União, Estados e Municípios, em regime de colaboração, propõem-se a traçar metas e criar estratégias para que de fato o Brasil supere os desafios da universalização da Educação, com qualidade, oportunizando a todos os cidadãos o acesso, a permanência e o sucesso escolar.

Espera-se que este documento, elaborado coletivamente, norteie as ações educacionais do Município na próxima década e que os objetivos e as metas nele estabelecidos sejam ser efetivados para que se tenha uma Educação de qualidade para todos os cidadãos martinenses.

5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

O presente Plano Municipal de Educação tem como objetivo apresentar a realidade educacional, considerando as redes municipal, estadual e privada do Município de Domingos Martins. Nesse sentido foram analisados vários aspectos com a finalidade de organizar informações concretas, contextualizar os dados e apontar alternativas que contribuam para melhorar e dentro das possibilidades, sanar as dificuldades hoje existentes.

Mapa de Domingos Martins



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Domingos Martins

5.1. ASPECTOS HISTÓRICOS

A história nos revela que o Município de Domingos Martins foi colonizado a partir de 1847 por imigrantes alemães, italianos e pomeranos, entretanto etnias como a africana e indígena também fizeram parte da ocupação deste território.

Segundo relatos, o grupo indígena que aqui habitava era o Botocudo, conhecido como povo que ofereceu grande resistência à colonização do Brasil. Viviam da pesca, coleta e pequena agricultura. A contribuição que recebemos desta etnia se deu nos costumes adquiridos com o tempo, seja na construção de moradias cobertas com folhagens, o emprego do barro, o uso de cipós para confecção de

cestarias, hábitos alimentares como o próprio pão de raízes chamado de “*Milhobrot*” e etc.

Os primeiros estrangeiros a chegar foram os alemães, em 1847, quando fundaram, em Santa Isabel, a primeira colônia alemã do Espírito Santo. O grupo era formado por 39 famílias, sendo 23 católicas e 16 luteranas, vindas da região montanhosa do Hunsrück (Costa do Cachorro), na Prússia Renana, das cidades de Koblenz, Lötzbeuren e Traben-Trarbach, em número de 163 pessoas.

Em 1859, somaram-se aos primeiros colonos outros alemães, provenientes da região do Hesse do Reno. Entre 1857 e 1873, ocorreu o fluxo de pomeranos para a região de Santa Leopoldina e Melgaço (atualmente distrito de Domingos Martins). Os pomeranos vieram da região que ficava situada entre o norte da Alemanha Ocidental e a Polônia. Durante o período feudal, esta região estava vinculada ao Império Prussiano, mas, a partir de 1945, dois terços da Pomerânia foram anexados à Polônia e a outra parte ficou pertencente à Alemanha.

Embora haja registros sobre a chegada de pomeranos ao Espírito Santo entre 1829 e 1833, para participarem da construção e limpeza da estrada projetada Vitória (ES) - Ouro Preto (MG), eles não fundaram colônias nem se estabeleceram de imediato no Estado. Muitos nem permaneceram na região. O fluxo de pomeranos para as regiões de Santa Leopoldina e Melgaço se deu mais tarde, entre 1857 e 1873, num total aproximado de 2.143 pessoas.

Os pomeranos que hoje residem em Domingos Martins concentram-se mais em Melgaço (na Sede e na localidade de Califórnia) e em Paraju (na Sede e nas localidades de Tijuco Preto e Rio Ponte). Eles vieram das regiões de Koslin, Kolberg, Greifswald entre outras. Chegaram à colônia de Santa Isabel subindo o rio Santa Maria da Vitória até a cachoeira de Santa Leopoldina.

A partir de 1859, chegaram 27 italianos na colônia de Santa Isabel. No entanto, o maior fluxo destes imigrantes ocorreu para o Distrito de Aracê e teve início no século XX (por volta do ano de 1900).

Os negros escravos que vieram para o Brasil saíram de vários pontos do continente africano. Dessa forma, diversos grupos étnicos espalharam-se pelo país. Em 1878 a Colônia de Santa Isabel tinha uma população de 1898 pessoas sendo 1865 livres e 33 escravos. Há registro de que em 1848 ocorreu o primeiro batizado na Igreja Católica local, uma criança de nome Linária, filha de Manoel e Eugenia, ambos escravos.

E assim, os povos africanos adentraram neste território deixando enraizados seus hábitos e costumes tão presentes nos dias atuais.

No dia 20 de outubro de 1893, Santa Isabel desmembrou-se de Viana por meio do Decreto Estadual nº 29. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 1.307, de 30 de dezembro de 1921, o Município, antes chamado de Santa Isabel, passou a denominar-se Domingos Martins. Esta alteração se deu em homenagem ao herói capixaba Domingos José Martins, que nasceu em 09 de maio de 1781 no Município de Itapemirim e participou como líder da Revolução Pernambucana, tendo sido fuzilado em 12 de junho de 1817 na Bahia.

5.2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Domingos Martins está localizado na região centro-serrana do Estado do Espírito Santo, sua sede é também conhecida como Campinho e fica a aproximadamente 42 km de Vitória, cujo acesso principal se dá pela rodovia BR 262.

Quanto às suas características físicas e geográficas, possui um relevo acidentado e montanhoso, fazendo parte da chamada "zona serrana do centro" - região do Estado formada por terras altas, montanhosas e "frias", localizadas ao sul do rio Doce (SANTOS, 1992, p. 50).

Ainda conforme Santos, (1992, P. 50) "em decorrência da altitude, tem a seguinte distribuição aproximada: 10% estão abaixo de 500m, 35% de 500 a 800m, 30% de 800 a 1000m e 25% acima de 1000m [...]".

De acordo com Santos (1992, p. 50) o pico da Pedra Azul (1822 m), localizado em Aracê, embora seja o 3º mais alto, é o mais famoso do Município. Recebe tal denominação pela coloração azulada que toma, conforme o horário em que recebe a luz do sol. Esse pico é também conhecido por Pedra do Lagarto, por apresentar uma saliência, como se estivesse apenas encostada e com o formato de um lagarto ou lagartixa a subir a pedra, em sua parte frontal.

As altitudes, aproximadas, das principais localidades martinenses são: Aracê (1050m); Melgaço (850m); Paraju (700m); Perobas e Ponto Alto (600m); Domingos Martins (542m) e Santa Isabel (485m) (SANTOS, 1992, p. 50).

5.3. CLIMA

O Estado do Espírito Santo, de um modo geral, possui um clima tropical ou quente. O Município de Domingos Martins, porém, devido à altitude do seu relevo (90% acima de 500 m), tem um clima tropical de altitude com temperaturas mais amenas durante o ano (média anual inferior a 20° C).

5.4. ASPECTOS AMBIENTAIS

5.4.1. Hidrografia

Domingos Martins é banhado por um considerável número de rios e córregos. Seus principais rios são: Jucu Braço Norte e o Jucu Braço Sul. Do encontro destes dois rios surge o rio Jucu que, até sua foz, no Oceano Atlântico, no Município de Vila Velha, percorre cerca de 32 km de extensão (SANTOS, 1992, p. 53).

5.4.2. Vegetação

Domingos Martins é conhecido como “Cidade do Verde”, por manter preservada uma importante faixa da Mata Atlântica e registrar mais de 100 mil plantas, sendo

mais de 1.300 espécies de orquídeas e bromélias, que trazem reconhecimento nacional e internacional.

A sua vegetação é composta pelo que restou da Mata Atlântica e das capoeiras que cobre, hoje, cerca de 20% da área do Município. O restante é formado, principalmente, por pastagens, plantio de café, banana, culturas temporárias (milho, feijão, etc.) e também pelo plantio de pinheiros e eucaliptos. As áreas com matas cobrem principalmente o alto dos morros.

5.5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A economia de Domingos Martins constitui-se basicamente de hortifrutigranjeiros, sendo o maior produtor de morango e banana do Estado, dando destaque também à exploração turística.

5.6. ASPECTOS CULTURAIS

No tocante aos aspectos culturais que compõem Domingos Martins, suas contribuições manifestam-se na alimentação, na música, na arquitetura, nos festejos, dentre outras. A tradição do povo martinense pode ser constatada na "Sommerfest", ou Festa da Imigração Alemã, que ocorre desde 1987 na Sede do Município, no final de janeiro. A apresentação de grupos folclóricos, bandas típicas alemãs e desfiles alegóricos atraem milhares de visitantes todos os anos.

Existe ainda a "Pommerfest", Festa Pomerana em Melgaço, que acontece em setembro; e em outubro, "Blummefest", Festa das Flores, na Sede. Para manter a tradição trazida pelos colonizadores, em 1984 foi criado o Grupo Folclórico Bergfreunde, o primeiro no Estado do Espírito Santo. A partir daí outros surgiram de várias localidades que se apresentam nos eventos da cidade e também pelo país.

Outra forma de apreciar a cultura local é por meio das bandas de metais. No Município existem duas: a *Pommerchore Pommerweg's*, ambas do Distrito de

Melgaço, que se apresentam em festas locais e também em outras cidades. Elas surgiram dos tradicionais coros de trombones que acompanham os hinos nos cultos das igrejas evangélicas luteranas em ocasiões de casamentos, batizados, visitas a idosos e até mesmo em sepultamentos. Há ainda o Grupo Cultural Martinense, que há mais de 50 anos é presença garantida nos eventos locais. O uso de concertinas e sanfonas é outra tradição mantida, principalmente em casamentos e nos festivais de concertina.

Tanto o dialeto *Hunsrück*² quanto a Língua Pomerana³ ainda são utilizados pelos descendentes para se comunicarem e há registros de pessoas mais idosas, que não falam a língua portuguesa. Na tabela a seguir também seguem informações sobre a localização da população no Município, na área urbana e rural.

Tabela 1. Informações sobre o Município de Domingos Martins

População (Localização/ Faixa etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
Urbana	2000	385	163	908	273	737	1.050	2.304	5.820
	2007	375	215	989	406	1.060	1.347	3.429	7.821
	2010	307	207	960	336	974	1.315	3.642	7.741
Rural	2000	1.781	963	4.537	1.565	3.544	4.030	8.319	24.739
	2007	1.400	741	3.618	1.284	2.912	4.025	9.124	23.104
	2010	1.230	778	3.670	1.263	2.805	4.172	10.188	24.106

²O *Hunsrückisch* é um dialeto alemão falado na região do Hunsrück, no sudoeste da Alemanha. No Brasil, esse dialeto pode ser encontrado nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo.

³A língua pomerana, pertencente ao idioma Plattdüütsch ou Plattdietsch, manteve-se lado a lado ao Hunsrückisch no Brasil meridional, mas em menor escala. O Plattdüütsch é falado em partes dos Países Baixos, norte da Alemanha, sul da Dinamarca e em regiões do noroeste da Polônia. No Brasil, o pomerano e as formas correlatas do Platt são faladas em cidades, como Pomerode, Santa Catarina (situada perto de Blumenau). No Rio Grande do Sul existem núcleos de diversas dimensões (por exemplo na vila Dona Otilia, Município de Roque Gonzales, Rio Grande do Sul). O pomerano e outras formas do chamado alemão Platt (oriundo das regiões planas e baixas do norte europeu) também são falados no Paraná no Espírito Santo (Municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano).

Total	2000	2.166	1.126	5.445	1.836	4.281	5.080	10.623	30.559
	2007	1.775	956	4.807	1.690	3.972	5.372	12.553	31.125
	2010	1.537	985	4.630	1.599	3.779	5.487	13.830	31.847
PIB	IDH	IDI	Taxa de analfabetismo						
290.097	0.74	0.65	População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais				
			2.10		13.40				

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010)

Observando a tabela acima podemos verificar que a maioria da população do Município está situada na zona rural no período indicado. Tomando como base o ano de 2010, encontramos 67,90% das pessoas na zona rural e 32,11% na zona urbana.

Analizando a situação educacional da população em 2010, podemos perceber que ainda existe um percentual significativo de pessoas analfabetas, sendo este maior entre a população de 15 anos ou mais, período em que essas pessoas deveriam estar cursando o Ensino Médio.

Tabela 2. Taxa de Escolarização Líquida no Município

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio
77.00	39.14

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010)

6. ASPECTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO DE DOMINGOS MARTINS

6.1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM DOMINGOS MARTINS

Assim como no Brasil e no Espírito Santo, a história da constituição do Município, também perpassa pela história da Imigração Europeia em solo brasileiro. Conforme relatos populares, nas décadas de 30 e 40 do século XX, assim como no Espírito Santo, o ensino esteve diretamente ligado às Igrejas e em muitos casos, os próprios pais reuniam-se e pagavam um professor que pudesse ministrar as aulas aos seus filhos. Quando ainda não existiam os prédios escolares, o ensino era de responsabilidade da igreja. Como os pastores não sabiam falar português, toda a educação formal era realizada em língua alemã. A partir da construção das primeiras escolas e as novas políticas governamentais, os alunos passaram a aprender a língua portuguesa e a frequentar escolas mantidas pelo governo. Encontrar professores para atuar nas áreas interioranas era uma grande dificuldade na época.

Entre as primeiras escolas que passaram a existir no Município, destaca-se a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade). Situada na Sede de Domingos Martins, teve grande importância no que diz respeito ao curso ginasial, mediante o empenho e união da comunidade, para a concretização de um ensino secundário. No dia 28 de julho de 1953, foi fundado o Ginásio de Domingos Martins.

No que se refere à importância dessa instituição, o Dr. José Paulino Alves Júnior, responsável pela iniciativa do projeto de fundação do Ginásio, à época de sua inauguração ressaltou que: “A criação do Ginásio de Domingos Martins inspirou-se no postulado de patriotismo: espalhar de maneira racional a língua, que é veículo da nossa civilização e incorporar às gerações presentes na grande obra de formação da Pátria...”.

Ao todo, duzentas e quarenta famílias contribuíram financeiramente para a manutenção do Ginásio, entre elas está o senhor Theodoro Schwambach doador do terreno para a construção do prédio.

Desde a sua fundação, a CNEC foi responsável pela educação e formação cidadã de várias gerações martinenses durante 53 anos. Entretanto, no ano de 2007, o prédio foi adquirido pela Prefeitura Municipal, passando a ser denominado de Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Domingos Martins. Porém, em 2008, por meio de uma emenda parlamentar da Câmara de Vereadores do Município, a referida escola passou a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio “Mariano Ferreira de Nazareth”.

6.2. CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Conforme informações obtidas em entrevista com a Srª. Paulina Wernersbach Targueta, até os anos de 1970, não havia uma estrutura da educação no que diz respeito à organização e acompanhamento das escolas. Para melhorar este quadro, no início desta referida década foi criada a Divisão Municipal de Educação, onde a própria entrevistada atuou como coordenadora por um período de dez anos.

Neste mesmo período, o então Prefeito Municipal Moacir da Silva Vargas assinou convênio com o Governo do Estado do Espírito Santo, transferindo para o Município a responsabilidade do trabalho com as Escolas Singulares Rurais. A partir disso, estruturou-se junto a Divisão Municipal de Educação o Subnúcleo Regional de Educação. Com a criação deste setor, o acompanhamento às escolas passou a ser mais próximo e o governo do Estado ficou responsável pelo repasse de recursos para o pagamento dos professores.

No entanto, o trabalho nas escolas ainda não era o ideal. O próprio professor, responsável por ministrar as aulas, também preparava a merenda para os alunos, que em muitos casos, quando terminavam as atividades, o auxiliavam no preparo do alimento, bem como na arrumação da cozinha após o término do recreio.

Diante desta conjuntura, no início da década de 1980, o então prefeito Sr. Lourival Berger, extinguiu a Divisão Municipal de Educação e criou a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo. Em 1993 esta passou a denominar-se Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

A partir da criação desta Secretaria, ocorreram mudanças significativas na estrutura das escolas. Entre elas a contratação de serventes para o preparo da merenda e limpeza. Esta remodelação tinha por objetivo melhorar o atendimento pedagógico e, consequentemente, a qualidade do ensino.

Na década de 1990, houve uma intensificação do acompanhamento pedagógico junto às escolas Unidocentes e Pluridocentes, bem como a formação continuada dos profissionais do magistério.

6.3. A MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

O Sr. Leonardo Barth, Secretário Municipal de Educação e Esporte no período de 1989 a 2000, traçou um panorama acerca do processo de municipalização das escolas estaduais em Domingos Martins, na década de 1980. Segundo ele no ano de 1985, Marechal Floriano era distrito de Domingos Martins e a escola de Araguaia ficava sob sua supervisão, sendo transformada neste ano em escola de Ensino Fundamental com Séries Iniciais e Finais. O mesmo procedimento foi adotado com as escolas das regiões de Rio Ponte, Paraju, Ponto Alto, Pedreiras, Aracê, Cristo Rei, Córrego São Paulo, Biriricas de Cima, Melgaço, Augusto Pagung, Tijuco Preto, Luiz Pianzola e a Escola Família Agrícola de São Bento de Chapéu. Nesta época, a Escola de Santa Isabel, que pertencia a CNEC, e passou a integrar a Rede Estadual.

A partir da década de 1990, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Governo Estadual intensificou o processo de municipalização do Ensino Fundamental em 1º de janeiro de 1998. Diante desse novo contexto e em consonância com a lei maior, durante a gestão do Sr. Leonardo Barth, foram constatadas algumas deficiências na Rede de Ensino como: falta de professores para atuarem em escolas de difícil acesso; a não continuidade dos estudos nas Séries Finais do Ensino Fundamental e infraestrutura precária.

Mediante a configuração deste cenário, foram fechadas trinta e duas escolas e em seu lugar criadas unidades completas de Ensino Fundamental. Este redirecionamento educacional tinha por objetivo melhorar a qualidade do ensino,

ampliar o atendimento de professores especializados nas áreas de conhecimento e também vivenciar maior socialização, ampliando-se assim, a sua interação com outras realidades visando oportunizar-lhes novas visões.

Conforme convênio de municipalização nº 042/98 e 184/2005 foram municipalizadas quarenta e uma escolas. No segundo aditivo do convênio 042/98 foram municipalizadas mais 4 (quatro) escolas e com o convênio 184/2005 mais 3 (três) , sendo estas, Santa Isabel, Soído e Emir de Macedo Gomes. Atualmente o Município conta com 56 escolas, conforme tabela abaixo.

Tabela 3. Instituições situadas no Município de Domingos Martins

INSTITUIÇÕES ESFERA	QUANTIDADE	NÚMERO DE ALUNOS 2015						
		CRECHE	ED. INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EJA	TÉCNICO	TOTAL DE ALUNOS
Escolas Municipais Unidocentes	M	12	---	47	210	---	---	257
Escolas Municipais Pluridocentes	M	11	---	151	310	---	---	461
Escolas de Ensino Fundamental	M	17	---	366	3.152	---	---	3.518
Escola de Ensino Fundamental e Médio	M	01	---	---	481	250	179	429
Escola de Ensino Fundamental e Médio	E	05	---	---	1.051	1.320	43	96
Centros Municipais de Educação Infantil e Creches	M	08	436	245	---	---	---	681
Centro de Atendimento Educacional Especializado	P	01	---	---	107	---	---	107
Centro Educacional InPacto	P	01	---	26	26	---	---	52
TOTAL GERAL								8.015

Fonte:Tabela elaborada a partir dos dados fornecidos pelas escolas referente ao ano letivo de 2015.

Legenda: M - Municipal; E- Estadual; P- Privada

6.4. NÍVEIS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

6.4.1. Educação Infantil

A criança da Educação Infantil é um ser social em constante evolução. Ela desenvolve seu pensamento por meio de ações concretas, obtendo informações a partir das relações que consegue estabelecer com os objetos e com seu próprio corpo. Faz parte de uma organização familiar e está inserida numa determinada cultura. Sendo assim, é um indivíduo social e histórico, com características próprias de sentir e pensar o mundo.

A Educação Infantil compreende a idade de 0 (zero) a 5 (cinco) anos sendo que de 0 (zero) a 3 (três) anos o atendimento é ofertado em creches e de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos em pré-escolas. Na Rede Municipal de ensino de Domingos Martins há oferta para as turmas de três anos em tempo parcial, levando em consideração a grande quantidade de crianças nesta faixa etária fora da escola.

A Educação Infantil sendo a primeira etapa da Educação Básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil deve oferecer às crianças condições para que a aprendizagem ocorra em atividades cotidianas, como as brincadeiras e, também, naquelas provocadas por situações pedagógicas intencionais, orientadas e mediadas pelo professor, tornando-as significativas.

Cabe ao professor, de forma sistemática, planejar e organizar a sua prática educativa dentro de uma perspectiva interacionista promovendo assim, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento das capacidades e potencialidades da criança.

Coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1998), a criança é concebida como “sujeito histórico e de direitos. Nas suas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

No Município de Domingos Martins, a oferta de Educação Infantil se dá nas Redes Municipal e Privada. Esse atendimento se expandiu no período de 2007 a 2013 passando a contar com 36 unidades que atendem a este nível de ensino, alcançando 97,2% das crianças na Rede Pública e 2,8% na Rede Privada conforme tabela abaixo.

Tabela4. Matrículas da Educação Infantil – Rede Pública e Privada

Ano	Pública/unidades	Privada/unidades	
2007	96,4%	27	3,6%
2008	96,6%	28	3,4%
2009	96,6%	28	3,4%
2010	96,8%	30	3,2%
2011	97,1%	33	2,9%
2012	97,1%	34	2,9%
2013	97,2%	35	2,8%

Fonte: MEC/Inep/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

De acordo com a meta 1 do PNE, a universalização para a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos deverá ocorrer até 2016. A Rede Municipal de ensino atingiu até 2014, o percentual de 72,1% desse atendimento.

Com a Lei nº 12.796/2013 sobre a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, será necessária a expansão do atendimento visando abrir novas turmas nos CMEI's, EMEF's e escolas Uni e Pluridocentes para atender todos os alunos de 4 e 5 anos nas turmas de Educação Infantil. Observe como fica o diagnóstico de Domingos Martins quanto a Meta, doravante descrita nas tabelas.

Gráfico 1. Percentual da população de 4 e 5 anos que frequentam a escola

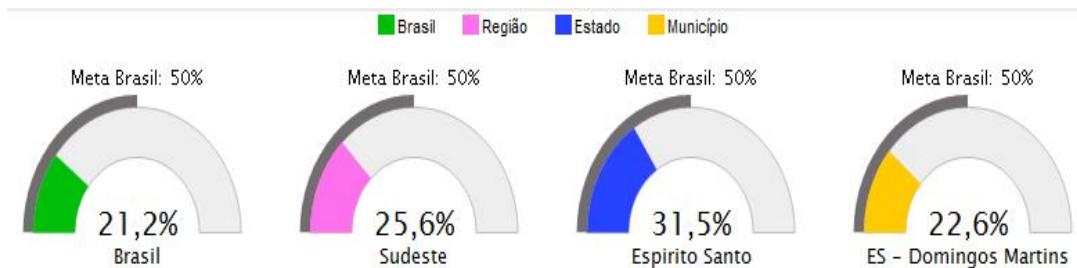


Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD)-2012

O PNE estabelece que até o final da vigência do plano, será necessário atender 50% das crianças de 0 a 3 anos. Nessas turmas a Rede Municipal de ensino

necessita ampliar o atendimento, levando em consideração que nesta faixa etária somente atendemos 22,3%.

Gráfico 2. Percentual da população de 0 a 3 anos que frequentam a escola



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-2012

Observando as tabelas mencionadas acima, podemos verificar que no período de 2007 a 2013 as matrículas e unidades escolares apresentam evolução a cada ano letivo. O crescimento em ambas as instâncias é um dado importante e demonstra que o Município vem investindo gradativamente nesse nível de ensino. Destaca-se, porém, que ainda falta estender o atendimento em 27,7% até 2025 para atingirmos a meta do PNE, que estipula o índice de 50%.

O desafio da municipalidade hoje sinaliza para a necessidade de expansão dessa modalidade de ensino necessitando de recursos financeiros para ampliar e adequar os espaços físicos, contratar profissionais, para alimentação e Transporte Escolar.

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta Municipal: Atender até 2016 100% das crianças da Educação Infantil na idade de 4 a 5 anos nas Unidocentes e Pluridocentes, nas EMEF's e nos CMEI's que oferecem este atendimento e no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos até 2025 nos CMEI's que atendem essa modalidade de ensino.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO												
1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;	<p>Alguns prédios existentes não atendem aos padrões nacionais de qualidade. Em 2015, há uma demanda reprimida de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos que procuraram a escola para efetuar as matrículas, sendo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">CMEI Cézar VelloPuppin</th> </tr> <tr> <th>B</th> <th>EI 1</th> <th>EI 2</th> <th>EI 3</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>17</td> <td>37</td> <td>26</td> <td>21</td> </tr> </tbody> </table>	CMEI Cézar VelloPuppin				B	EI 1	EI 2	EI 3	17	37	26	21
CMEI Cézar VelloPuppin													
B	EI 1	EI 2	EI 3										
17	37	26	21										

CMEI Vila Verde			
B	EI 1	EI 2	EI 3
02	05	0	01
CMEI Elena Maria Coco Fagundes			
B	EI 1	EI 2	EI 3
0	13	04	03
CMEI Jutta Batista da Silva			
B	EI 1	EI 2	EI 3
06	07	13	02
CMEI Natália VeltenPeterli			
B	EI 1	EI 2	EI 3
02	01	00	00
CMEI Cantinho de Amor			
B	EI 1	EI 2	EI 3
00	01	00	00
CMEI de Perobas			
B	EI 1	EI 2	EI 3
02	02	02	05
Legenda: B - Berçário EI - Educação Infantil			
Os distritos de Melgaço e Biriricas não possuem atendimento da Educação Infantil de 0 a 3 anos. Mediante dados coletados, os CMEI's ⁴ existentes não atendem a demanda, fazendo necessário repensar a oferta. Nas escolas Uni e Pluridocentes do campo ainda existe uma demanda reprimida de alunos pelo fato de não haver uma quantidade mínima de crianças exigidas por lei para a abertura de turmas. Além disso, ainda existe o problema do Transporte Escolar que pela legislação fica a cargo do Município. No entanto, o mesmo não possui condições de custear tal despesa, levando em consideração que esta faixa etária necessita de recursos específicos (cadeiras e acompanhantes).			
DADOS ESTATÍSTICOS DE NASCIMENTOS DO ANO DE 2009 – 426 nascidos vivos - (deste total, 6 nasceram com anomalia congênita) 2010 – 425 nascidos vivos (deste total, 5 nasceram com anomalia congênita) 2011 – 412 nascidos vivos - (deste total, 6 nasceram com anomalia congênita) 2012 - 399 - nascidos vivos - (deste total, 0 nasceram com anomalia congênita) 2013 - 489- (deste total, 3 nasceram com anomalia congênita)			
Fonte: DATASUS Em 2014 o Município de Domingos Martins possuía 1736 crianças de 0 a 3 anos. Deste total, 414 crianças estavam matriculadas 199 estavam na lista de espera 427 vagas foram ofertadas (nem sempre o local da oferta é onde há demanda e condições de atendimento no que se refere à estrutura física)			

⁴ Centros Municipais de Educação Infantil

	<p>Assim, em 2014 Domingos Martins atendeu 23,9% da demanda de 0 a 3 anos. No entanto, ainda há 1322 crianças fora da escola, o que equivale a 76,1%</p> <p>Consultando os dados populacionais da clientela de zero a 5 anos de idade do censo do IBGE⁵/2010, é possível dizer que o Município atende aproximadamente 49,5% da demanda.</p>																				
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS																					
<p>Buscar regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, União, Estado e Município;</p> <p>Mobilizar junto a instituições competentes como, por exemplo, UNDIME⁶, CONSED⁷, UNCME⁸ aumento dos recursos destinados a Educação Infantil, especialmente aqueles transferidos pelo Governo Federal;</p> <p>Construir e adequar os prédios escolares sempre que houver necessidade;</p> <p>Construir, até o final da vigência deste plano, quatro CMEI's sendo um na região de Melgaço, um em Biriricas, um em Paraju (sede) e um em Ponto Alto (na região de Tijuco Preto), de acordo com a demanda apresentada, e</p> <p>Garantir a oferta em tempo parcial para crianças de 0 a 3 anos até que a demanda reprimida seja atendida. Havendo comprovação da Assistência Social da necessidade de tempo integral, a criança poderá ser atendida conforme as condições do Município.</p>																					
1.2. Garantir que ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 3 anos oriundos do quinto de renda familiar per capita mais elevados e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">DADOS GERAIS</th> <th style="text-align: center;">TOTAL DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS</th> <th style="text-align: center;">PORCENTAGEM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">NÃO POSSUI RENDIMENTOS ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO</td><td style="text-align: center;">RENDA FAMILIAR PER CAPITA MAIS BAIXO</td><td style="text-align: center;">105</td><td style="text-align: center;">33,2%</td></tr> <tr> <td style="text-align: center;">DE 2 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS</td><td style="text-align: center;">RENDA FAMILIAR PER CAPITA MAIS ELEVADO</td><td style="text-align: center;">212</td><td style="text-align: center;">66,8%</td></tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">TOTAL DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS (FAMÍLIAS)</td><td style="text-align: center;">317</td><td></td></tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS DE ZERO A TRÊS ANOS</td><td style="text-align: center;">398</td><td></td></tr> </tbody> </table>	DADOS GERAIS		TOTAL DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS	PORCENTAGEM	NÃO POSSUI RENDIMENTOS ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO	RENDA FAMILIAR PER CAPITA MAIS BAIXO	105	33,2%	DE 2 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	RENDA FAMILIAR PER CAPITA MAIS ELEVADO	212	66,8%	TOTAL DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS (FAMÍLIAS)		317		TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS DE ZERO A TRÊS ANOS		398	
DADOS GERAIS		TOTAL DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS	PORCENTAGEM																		
NÃO POSSUI RENDIMENTOS ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO	RENDA FAMILIAR PER CAPITA MAIS BAIXO	105	33,2%																		
DE 2 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	RENDA FAMILIAR PER CAPITA MAIS ELEVADO	212	66,8%																		
TOTAL DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS (FAMÍLIAS)		317																			
TOTAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS DE ZERO A TRÊS ANOS		398																			
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS																					
<p>Mobilizar sempre que necessário, junto a instituições competentes como, por exemplo, UNDIME⁹, CONSED¹⁰, UNCME¹¹ aumento dos recursos destinados a Educação Infantil, especialmente aqueles transferidos pelo Governo Federal (PAR);</p> <p>Mobilizar e dar ciência continuamente, a todos os municípios sobre os Direitos à Escolarização referente à faixa etária de zero a três anos e</p> <p>Propor, a partir da aprovação deste plano, ações intersecretarias que proporcionem maior autonomia de renda.</p>																					
1.3) Realizar, periodicamente,	O levantamento de demanda é realizado anualmente, por meio																				

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁶ União dos Dirigentes Municipais de Educação

⁷ Conselho Nacional de Educação

⁸ União dos Conselhos Municipais de Educação

⁹ União dos Dirigentes Municipais de Educação

¹⁰ Conselho Nacional de Educação

¹¹ União dos Conselhos Municipais de Educação

em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;	da organização do fluxo escolar e busca de matrículas nas unidades de ensino.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS Manter o levantamento periódico de 0 a 3 anos e Atender, na medida do possível, a demanda apresentada.	
1.4) Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;	O Município não realiza a consulta pública como mecanismo de consulta às famílias. Serão estabelecidas as normas, procedimentos e prazos para realização desta consulta.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS Estabelecer parceria com as escolas, as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social para definição de normas, procedimentos e prazos para estabelecer mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches e Nomear até o final do primeiro semestre de 2016, uma comissão que estabeleça normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.	
1.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;	<p>Há na Secretaria Municipal de Educação e Esporte um técnico responsável pelo acompanhamento do PAR (Plano de Ações articuladas). Por meio deste programa a Secretaria obtém recursos para a construção, ampliação e reestruturação das escolas municipais de Educação Infantil.</p> <p>Em 2015, será iniciada a construção do CMEI Natália Velten Peterli, localizado na comunidade de São Bento, distrito de Aracê, com recursos advindos do PAR.</p> <p>Mediante a demanda de 1322 crianças nesta faixa etária que estão fora da escola, faz-se necessária a construção de outras unidades para atender a Educação Infantil nos seguintes distritos: Paraju, Sede, Melgaço, Aracê, Biriricas e Ponto Alto.</p> <p>No entanto, devido à dificuldade de cumprir as exigências de padrões definidos para a edificação de obras no que se refere principalmente à obtenção de terreno, a municipalidade tem realizado com muita dificuldade, construções e reformas com recursos próprios nas escolas/localidades:</p> <p>CMEI Cézar Vello Puppin -Sede do Município – ampliação, construindo 4 salas;</p> <p>CMEI Elena Maria Coco Fagundes- localizada em Santa Isabel – Construção de uma sala de aula para crianças, solarium para o berçário, depósito e sala de professores.</p> <p>CMEI Jutta Batista da Silva - localizada em Pedra Azul, distrito de Aracê – construção de mais um bloco com 3 salas de aula, sala de professor, sala de pedagogo, banheiros, pátio coberto e cozinha com depósito.</p> <p>CMEI Cantinho de Amor - localizado na comunidade de Ponto Alto, distrito de Ponto Alto: reforma do prédio instalação de duas salas pré-moldadas;</p> <p>CMEI de Perobas - localizado na comunidade de Perobas,</p>

	distrito de Paraju – elaboração de projeto complementar para ampliação.																																								
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS																																									
<p>Garantir que um técnico da SECEDU continue realizando o acompanhamento do plano de ações articuladas (PAR),</p> <p>Apresentar relatórios semestrais à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PME a partir dos relatórios do PAR e</p> <p>Construir e reestruturar as escolas, bem como adquirir equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, até o final da vigência deste plano, a partir das parcerias com o Governo Estadual e Federal ou com recurso próprio, quando houver condições.</p>																																									
1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;	<p>No ano de 2010, o Município realizou uma avaliação a partir dos indicadores da qualidade da Educação Infantil (material enviado pelo MEC¹²), no que se refere aos parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.</p> <p>A partir desta avaliação foi possível perceber algumas deficiências e potencialidades, demonstrando a realidade destas unidades de ensino. Não foi possível atender a todas as carências, mas esta avaliação possibilitou a algumas escolas direcionar as obras de construção e ampliação que foram realizadas posteriormente.</p> <p>Além disso, esta avaliação também possibilitou repensar o atendimento na Educação Infantil nas creches e nas escolas de Ensino Fundamental em que é ofertada.</p> <p>Atualmente a avaliação desta modalidade não é feita de forma sistematizada com o uso dos indicadores da qualidade da Educação Infantil, mas ela ocorre a partir das reuniões pedagógicas, formações continuadas e também em decorrência das demandas apresentadas pela comunidade escolar.</p>																																								
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS																																									
<p>Propor até o final do segundo semestre de 2016, a nomeação de uma comissão interdisciplinar (municipal estadual e privada). O objetivo é realizar a avaliação e o acompanhamento com base em parâmetros nacionais de qualidade, visando acompanhar a infraestrutura, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes e encaminhar os resultados para a comissão do plano.</p>																																									
1.7) Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades benfeitoras de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;	<p>Porcentagem de creches da Rede Pública do Município de Domingos Martins</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Pública</th> <th>Privada</th> <th></th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2007</td> <td>96,4%</td> <td>27</td> <td>3,6%</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>96,6%</td> <td>28</td> <td>3,4%</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>96,6%</td> <td>28</td> <td>3,4%</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>96,8%</td> <td>30</td> <td>3,2%</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>97,1%</td> <td>33</td> <td>2,9%</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>97,1%</td> <td>34</td> <td>2,9%</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2013</td> <td>97,2%</td> <td>35</td> <td>2,8%</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table> <p>Não existe em Domingos Martins e nem em Municípios vizinhos entidades benfeitoras com as quais se possa estabelecer uma articulação a fim de realizar esta oferta.</p>	Ano	Pública	Privada			2007	96,4%	27	3,6%	1	2008	96,6%	28	3,4%	1	2009	96,6%	28	3,4%	1	2010	96,8%	30	3,2%	1	2011	97,1%	33	2,9%	1	2012	97,1%	34	2,9%	1	2013	97,2%	35	2,8%	1
Ano	Pública	Privada																																							
2007	96,4%	27	3,6%	1																																					
2008	96,6%	28	3,4%	1																																					
2009	96,6%	28	3,4%	1																																					
2010	96,8%	30	3,2%	1																																					
2011	97,1%	33	2,9%	1																																					
2012	97,1%	34	2,9%	1																																					
2013	97,2%	35	2,8%	1																																					

¹² Ministério da Educação

	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>No momento não dispomos de entidades benéficas de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.</p>
1.8) Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;	<p>Há incentivo para que profissionais que atuam na Educação Infantil, se inscrevam nos programas de formação inicial, ofertadas pelo Governo Federal por meio da Plataforma Freire, Universidade Aberta do Brasil e também pelo programa de Formação do FEPAD¹³. Além deste incentivo, a Rede Municipal de ensino oferta formação continuada a todos os professores da Educação Infantil, inclusive aos auxiliares de creche. Esta formação está prevista em calendário elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte. O Estado não oferta esta modalidade de ensino.</p> <p>De acordo com o Censo de 2013, dos profissionais que atuam na Educação Infantil em nosso Município, em todas as redes, 102 possuem graduação o que equivale a 77,3%. Para atuar como auxiliar de creche, a municipalidade exige que o profissional tenha no mínimo o Ensino Médio e cursos na área da Educação Infantil.</p>
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>A partir da vigência deste plano, será dada continuidade aos processos de seleção e admissão de novos profissionais para atuar na Educação Infantil, junto à rede pública municipal;</p> <p>Assegurar a formação específica para atuação na área, conforme a exigência legal;</p> <p>Continuar, ou criar novas ações que incentivem a formação profissional, em serviço;</p> <p>Incentivar a implementação de programas já existentes, que visem à formação do professor e criação de novos, sempre que necessário;</p> <p>Continuar a captar e/ou realizar programas que incentivem a qualificação formal dos profissionais, garantindo formação específica na área de Educação Infantil;</p> <p>Incentivar profissionais que estão em formação a concluir os estudos;</p> <p>Acompanhar continuamente, os programas de formação continuada, através da ação dos órgãos competentes;</p> <p>Disponibilizar continuamente, assessoria aos gestores de estabelecimentos de Educação Infantil para a implementação de programas de formação continuada;</p> <p>Incentivar continuamente, os profissionais da educação a participarem das formações com vistas à promoção e ou Progressão e</p> <p>Aderir e fomentar cursos para formação inicial e continuada de professores voltados para a Educação Infantil através da Universidade Aberta do Brasil.</p>
1.9) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;	<p>O Município de Domingos Martins possui na Sede, um Polo da Universidade Aberta do Brasil, onde são ofertados cursos na modalidade de EaD, no entanto, há a dificuldade dos professores no que se refere à locomoção, bem como os horários em que muitos cursos são disponibilizados. Os poucos profissionais que realizam cursos neste polo, em sua maioria são incentivados a pesquisarem a sua prática por meio dos trabalhos de conclusão de curso realizados nesta Instituição.</p> <p>A articulação do FNDE com o Município ainda não é a ideal, pois se percebe que dos diversos cursos ofertados, muitos deles não atendem a real necessidade dos profissionais da Educação.</p> <p>Ainda não há uma articulação com as Faculdades da Grande Vitória.</p>

¹³ Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente

	<p>Além disso, no ano de 2008, foi instituído por meio da LEI Nº 2.102, DE 03 DE JULHO DE 2008 o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação no intuito de incentivar a pesquisa.</p> <p>Art. 1º Fica criado o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, doravante denominado “Centro Pedagógico”. Caracteriza-se como um espaço público de pesquisa educacional, onde serão planejados, encaminhados, desenvolvidos e avaliados projetos educacionais de formação inicial e/ou continuada por uma equipe de especialistas na área da educação, em atendimento ao que prevê Constituição Federal em seu Art. 214 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 70.</p> <p>Quanto a sua constituição, além do coordenador, a lei determina que:</p> <p>Art. 6º Integram ainda a equipe de trabalho do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação os seguintes profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 02 (dois) Sub-coordenadores educadores-pesquisadores, conforme perfil previsto no Art. 5º; b) 01 (um) bibliotecário; c) 02 (dois) técnicos em informática; d) 01 (um) secretário. <p>No entanto, o mesmo não está constituído da forma como está previsto na lei e não possui um prédio específico que possibilite a pesquisa e o estudo por parte dos profissionais da educação. Atualmente este Centro de Pesquisa está localizado dentro do prédio da Secretaria Municipal de Educação e Esporte e auxilia a organização da formação continuada dos professores em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo.</p> <p>Apesar destas dificuldades, o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, desde a sua criação, estabeleceu uma parceria com a UFES no intuito de fomentar discussões, de modo que os profissionais pudessem ter uma formação sistematizada e se sentissem motivados a refletir a sua práxis. Por meio desta parceria tem-se incentivado desde a sua criação no ano de 2008, a realização de pesquisas, escrita de artigos, participação em seminários, congressos e produção científica com destaque para o livro Práticas Pedagógicas da Educação do Campo editado pela EDUFES.</p> <p>A partir da formação continuada, discutimos, sistematizamos e estamos em elaboração do documento curricular que incorpora as experiências ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>Solicitar, sempre que houver demanda de cursos para a formação/especialização de professores voltados para a Educação Infantil através da Universidade Aberta do Brasil;</p> <p>Incentivar, continuamente, a produção de material didático local, que insira diferentes formas de inclusão, através do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação;</p> <p>Contemplar, no orçamento recurso financeiro, a partir do segundo semestre de 2016, para produção e edição de material local (língua pomerana, alemã e italiana);</p>	

Fomentar continuamente, parcerias para a produção e edição de material local (língua pomerana, alemã e italiana);
 Organizar uma comissão para construção de material didático com ênfase na realidade local, através do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação;
 Criar, até o final do ano de 2016, um link do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, no site da Prefeitura para publicação das produções;
 Publicar continuamente, no link do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, localizado no site da Prefeitura, ou em revistas periódicas as produções de professores e alunos do Município;
 Mobilizar continuamente, os profissionais da Educação Infantil para o conhecimento das Diretrizes Nacionais, dos estudos teóricos atuais, da realidade vivida e da legitimação de uma política para este nível de ensino;
 Elaborar e reelaborar, bienalmente, os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP¹⁴, através da ação dos órgãos competentes, requisitando instrumentos que comprovem a realização democrática e participativa da comunidade escolar na elaboração do projeto, como ata das plenárias realizadas, questionários e outros instrumentos de pesquisa e levantamento fotográfico mínimo e
 Avaliação bianual dos PPP's, através de indicadores de aprendizagem e do planejamento dos professores.

1.10) Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

O Município por meio do decreto de matrícula incentiva a permanência do aluno na escola mais próxima da sua residência. No entanto, ainda há uma demanda de alunos da população do campo reprimida em decorrência do número reduzido de crianças da Educação Infantil, exigidas por lei para a abertura de turmas nesta faixa etária nas escolas Uni e Pluridocentes.

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

Evitar nucleações de escolas Uni e Pluridocentes;
 Reformar até o final do ano de 2016, as seguintes escolas: EMUEF Califórnia e EMUEF Fazenda Schwambach;
 Construir e ampliar, até o final de 2017, as seguintes escolas: EMUEF Chapéu, EMUEF São Bento e EMUEF Vô Rezende;
 Construir um prédio para EMEF Tijuco Preto a partir da liberação dos recursos do PAR;
 Construir, reformar e ampliar escolas do campo, sempre que houver necessidade e
 Equipar, sempre que houver necessidade, as escolas do campo com o objetivo de oferecer estudo de qualidade e acesso às novas tecnologias.

1.11) Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a

As escolas do Município tem se adequado continuamente às necessidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na Educação Infantil. O acompanhamento a esta faixa etária dispõe de professor e auxiliar (cuidador) para o Atendimento Educacional Especializado.

No que se refere à estrutura física, os prédios novos estão sendo construídos conforme as normas de acessibilidade vigentes e os prédios antigos estão sendo reformados e adaptados, possuem equipamentos específicos e salas de recursos multifuncionais disponibilizados pelo SECADI/ MEC.

¹⁴ Projeto Político Pedagógico

transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica;	Quanto à educação bilíngue, o Município de Domingos Martins ofertou para a comunidade local, uma formação inicial em LIBRAS, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. No entanto, esta formação não foi suficiente para capacitar o profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado. Para acontecer um atendimento efetivo da demanda, é necessária a oferta de formação.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	Adquirir, sempre que houver necessidade, equipamentos específicos para o atendimento educacional especializado;
	Garantir continuamente, professor com formação adequada e especialização para atuar neste segmento;
	Ofertar a partir de 2016, cursos (Braille, LIBRAS e Educação Inclusiva) e
	Adequar, sempre que necessário, a rede física das unidades de ensino (acessibilidade).
	Garantir Transporte Escolar adequado e adaptado.
1.12) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;	A prefeitura fez adesão ao programa PSE programa Saúde na Escola, que tem por objetivo apoiar e orientar às famílias com foco no desenvolvimento integral das crianças. A Secretaria Municipal de saúde também aderiu ao programa e iniciou o atendimento em parceria com as escolas. Os primeiros atendimentos serão realizados sobre a acuidade visual, exames de tracoma, exames laboratoriais e vacinação contra o vírus HPV, garantindo o tratamento dos casos identificados como positivos.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	Manter continuamente, os referidos programas e conselhos, incentivando as famílias a participarem;
	Aderir a outros programas que forem disponibilizados, mantendo a parceria entre as Secretarias de Educação e Saúde e
	Propor uma pauta coletiva que envolva todos os conselhos e programas voltados ao desenvolvimento integral da família, promovendo uma maior interlocução dos segmentos envolvidos, por meio de reuniões semestrais.
1.13) Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;	As especificidades quanto ao atendimento da Educação Infantil são garantidas nos CMEI's. No entanto, crianças de 4 e 5 anos também são atendidas em 15 escolas municipais de Ensino Fundamental e em onze Uni e Pluridocentes que, em sua maioria, ainda não possuem uma estrutura física adequada para atender esta faixa etária. No que se refere à articulação com a etapa escolar seguinte, nas EMEF's e nas escolas multisseriadas este processo se dá de modo articulado e processual. Nos CMEI's esta articulação é feita de maneira informal, mas precisaria ser mais bem articulada entre a escola, as crianças e suas famílias. Ocorre formação continuada onde é promovido o diálogo, a discussão e a interlocução entre os profissionais de toda a rede, sendo eles da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	Garantir o funcionamento de toda estrutura existente de modo a preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares;
	Garantir o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental e
	Propor ampliação da rede física bem como adequação arquitetônica para atendimento da

<p>demanda, sempre que houver necessidade, respeitando a disponibilidade orçamentária do Município.</p>	
<p>1.14) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;</p>	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte dispõe de um profissional que faz o acompanhamento e o monitoramento, junto a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, das crianças na Educação Infantil que são beneficiárias de programas de transferência de renda.</p> <p>Além desta interlocução entre as Secretarias de Educação e Assistência e Desenvolvimento Social, ainda recebe-se apoio dos órgãos de proteção à infância que auxiliam no monitoramento do acesso e da permanência destas crianças.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>Garantir a permanência do profissional que realiza o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial das beneficiárias de programas de transferência de renda e</p> <p>Apresentar relatórios semestrais à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PME a partir da sua vigência.</p>	
<p>1.15) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;</p>	<p>É necessário estabelecer melhor as parcerias entre a Assistência Social, Saúde e proteção à infância a fim promover a busca ativa das crianças na idade de até três anos para saber se há ou não interesse da família na matrícula.</p> <p>Em 2013 o Município atendia um percentual de 22,6% de alunos na Educação Infantil na faixa etária de 0 a 3 anos na rede pública e privada</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>Colaborar continuamente, na mobilização da comunidade para utilizar os mecanismos que delineiam a assistência necessária às famílias em forma de indicadores, que possibilitam a efetivação posterior de planos de ações eficientes na superação destas defasagens sociais;</p> <p>Implementar, a partir da aprovação do PME, parcerias entre a Educação, Saúde e Assistência Social, para identificar a demanda reprimida que não está sendo atendida nas Instituições de Educação Infantil;</p> <p>Consolidar, a partir da aprovação do PME, uma Política Municipal de Atenção à Criança que evidencie o perfil da infância em Domingos Martins e que proponha ações que a qualifiquem legitimando e consolidando a colaboração dos múltiplos setores das organizações governamentais e também das não governamentais em prol das crianças;</p> <p>Criar, a partir da aprovação do PME, políticas públicas para que possam atender a demanda reprimida;</p> <p>Manter-se em constante escuta dos anseios da comunidade martinense criando alternativas possíveis para os interessados no acesso e</p> <p>Promover debates com a sociedade civil sobre o direito a assistência gratuita em creches e pré-escolas por meio da SECEDU, escolas, lideranças comunitárias entre outros.</p>	
<p>1.16) O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de</p>	<p>O levantamento da demanda é feita por meio de pesquisa juntas às unidades de ensino municipais preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos. No entanto, não há um levantamento e nem planejamento da demanda a partir de dados de natalidade junto a Secretaria de Saúde e de Assistência e Desenvolvimento Social.</p>

planejar e verificar o atendimento;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
Realizar, anualmente, o levantamento da demanda manifesta na Educação Infantil em creches e pré-escola, como forma de planejar e encaminhar as demandas.	
1.17) Estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	O Município de Domingos Martins atende as crianças de 0 a 3 anos nas creches em tempo integral. As crianças com faixa etária de 4 e 5 anos são atendidas apenas em meio turno, levando em consideração que a municipalidade não dispõe de estrutura física, recursos financeiros para pagamento de profissionais, alimentação, Transporte Escolar, entre outros.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
Garantir que as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos tenham acesso a Educação Infantil em período parcial; Atender, mediante as especificidades das famílias com diagnóstico da Assistência e Desenvolvimento Social, as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos em tempo integral e Atender 100% das crianças da faixa de 4 a 5 anos em regime parcial até o final do plano.	

6.4.2. Ensino Fundamental

Assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Essa foi e é a proposta do MEC com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do Ensino Fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos. A ampliação deste nível de ensino começou a ser discutida no Brasil em 2004, mas o programa só teve início em algumas regiões em 2006, por meio da Lei 11.274 de fevereiro de 2006 que estabeleceu prazo até 2010 para a sua implantação nos Municípios e Estados.

Em Domingos Martins, no ano de 2007, a implantação deste nível de ensino, iniciou-se de forma experimental, sendo realizado na forma de projeto piloto na Escola Municipal de Ensino Fundamental Domingos Martins, hoje EMEFM Mariano Ferreira de Nazareth e na EMEF Santa Isabel com um total de 38 alunos. No ano seguinte, foi estendido para uma EMEF localizada na zona rural e para a EMUEF São Bento e a EMPEF Fazenda Schwambach, a fim de verificar quais seriam as dificuldades, analisar o perfil dos profissionais, bem como identificar as necessidades e deficiências a serem atendidas no decorrer do processo para posterior inserção. Após este período experimental, foi possível verificar os

principais entraves, o que possibilitou realizar um planejamento direcionado, ocasionando a implantação em toda a rede no ano de 2009.

Deve-se ressaltar que para esta municipalidade a aprendizagem não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas também do emprego mais eficaz desse tempo: a associação de ambos pode contribuir significativamente para que os estudantes aprendam mais e de maneira mais prazerosa.

De acordo com o censo demográfico de 2010, a porcentagem de crianças de 6 a 14 anos que frequentavam a escola em relação à taxa de atendimento era de:

Tabela 5. Matrículas no Ensino Fundamental - 6 a 14 anos

Ano	Crianças de 6 a 14 anos que frequentam a escola	
2010	96,5%	4.366

Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

Destaca-se que os 3,5% das crianças que estavam fora da escola são decorrentes da evasão relacionada às diversas situações (trabalho, abandono injustificado, mudança de localidade, questões culturais de não valorização da escolarização, entre outros). Ainda, conforme dados do último Censo Demográfico, no Município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 10,0%. Na área urbana, a taxa era de 3,9% e na zona rural era de 12,0%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 0,9%.

Tabela 6. Matrículas no Ensino Fundamental / Anos iniciais – Rede pública e privada

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	2675	2597	78
2008	2604	2527	77
2009	2649	2581	68
2010	2602	2548	54
2011	2549	2504	45
2012	2626	2594	32
2013	2620	2597	23

Fonte: Censo Escolar – 2013 – SEDU/GEIA/SEE

Na tabela acima se percebe que no período indicado, as matrículas aconteceram de maneira estável. Em 2013, o Município contava com 2597 matrículas nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e 23 alunos matriculados na Rede Privada de ensino.

Tabela 7. Matrículas do Ensino Fundamental / Anos finais – Rede pública e privada

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	2345	2297	48
2008	2447	2385	62
2009	2531	2482	49
2010	2527	2490	37
2011	2601	2584	17
2012	2454	2446	08
2013	2273	2273	00

Fonte: Censo Escolar – 2013 – SEDU/GEIA/SEE

De acordo com a tabela acima verificamos que houve crescimento nas matrículas dos Anos Finais do Ensino Fundamental no período de 2007 a 2011. A partir de 2012 vem ocorrendo queda nas matrículas desse público, isso porque há uma defasagem de 347 alunos entre os ingressantes e aqueles que finalizaram o 9º ano em 2013.

Tabela 8. Distorção Idade/Série do Ensino Fundamental

ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL –ANOS INICIAIS											
	ESTADUAL			MUNICIPAL			PRIVADA			TOTAL		
	MI	DIS	%	MI	DIS	%	MI	DIS	%	MI	DIS	%
1º	96	0	0,00%	368	1	0,27%	0	0	0%	464	1	0,22%
2º	100	1	1,00%	447	12	2,68%	9	0	0%	547	13	2,34%
3º	118	7	5,93%	482	58	12,03%	0	0	0%	600	65	11,99 %
4º	100	16	16,00%	433	49	11,32%	9	0	0%	533	65	11,99 %
5º	118	15	12,71%	335	65	19,40%	0	0	0%	453	80	17,47 %
Total de alunos										2620	224	8,55%
ENSINO FUNDAMENTAL –ANOS FINAIS												
	MI	DIS	%	MI	DIS	%	MI	DIS	%	MI	DIS	%
6º	161	35	21,74	440	105	23,86	0	0	0	601	140	23,29
7º	125	26	20,80	402	92	22,89	0	0	0	527	118	22,39
8º	189	29	15,34	413	59	14,29	0	0	0	602	88	14,62

9º	158	21	13,29	385	73	18,96	0	0	0	543	94	17,31
Total de alunos												

Fonte: Censo Escolar – 2013 – SEDU/GEIA/SEE

Legenda: MI – Matrícula Inicial DIS – Distorção Idade-Série

A tabela acima indica que a distorção idade-série nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal registra um percentual alto de alunos que estão matriculados fora da idade indicada no ano em que estuda. Ao final do 5º ano esse percentual atinge 19,40%. Das 335 matrículas iniciais no 5º ano, 65 alunos encontram-se matriculados fora da idade certa para a série.

A Rede Estadual registra os maiores índices no 4º e 5º ano, alcançando 16% no 4º ano perfazendo um total de 16 alunos fora da faixa etária indicada para essa série.

Nos Anos Finais, o percentual de distorção idade-série está próximo dos Anos Iniciais. O maior índice de defasagem registra-se no 6º ano. Das 440 matrículas iniciais, 105 estão fora da idade certa. No 9º ano esse percentual chega a 18,96%, significando que dos 385 alunos desse nível, 73 não estão dentro da faixa etária prevista para aquele ano de estudo.

Na Rede Estadual os índices de defasagem também são muito significativos. Do 6º ao 9º ano o percentual está acima dos 20%, registrando o maior índice no 6º ano. Das 161 matrículas iniciais, 35 alunos estavam fora da faixa indicada.

Como metas para o PME é sugerido um levantamento nas comunidades do Município com o objetivo de verificar onde se encontram os alunos que ingressam nos Anos Iniciais e não terminam o 9º ano. Em específico indica-se um estudo aprofundado sobre o tema distorção idade-série e encaminhamentos para sanar essa dificuldade.

Em relação ao processo ensino aprendizagem, o Município baseia-se nos índices nacionais divulgados pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). No decorrer de cada ano, a União em cooperação com os Estados e Municípios realiza uma avaliação dos alunos do 5º e do 9º ano nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, por meio da Prova Brasil.

A Prova Brasil utiliza como parâmetros para pontuação, quatro níveis de aprendizado conforme escala do SAEB: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. Para melhor compreensão da pontuação referente a cada nível, segue tabela.

Tabela 9. Níveis de aprendizado conforme escala do SAEB

5º ANO		9º ANO		
Níveis de Aprendizado	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Insuficiente	0 a 149	0 a 174	0 a 199	0 a 224
Básico	150 a 199	175 a 224	200 a 274	225 a 299
Proficiente	200 a 249	225 a 274	275 a 324	300 a 349
Avançado	250 ou mais pontos	275 ou mais pontos	325 ou mais pontos	350 ou mais pontos

Considerando o nível de aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental, no período de 2009 a 2013, observa-se que o aproveitamento é muito diferenciado. Em específico a área de Matemática no 9º ano onde o índice de aprendizagem dos alunos é muito inferior ao previsto pelo Movimento Todos Pela Educação até 2022, que é de 70% de aproveitamento

Tabela 10. Índice de aprendizado dos alunos da rede pública de ensino 5º ao 9º ano

APRENDIZADO – 2013				
5º ANO		9º ANO		
Cidades	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
Domingos Martins	64%	69%	35%	44%
Espírito Santo	39%	39%	10%	10%
Brasil	32%	45%	16%	16%

Fonte: Prova Brasil 2013. INEP

Para realização da pesquisa foram avaliados 204 alunos do 5º ano, destes, 141 demonstraram aprendizado adequado em Língua Portuguesa e 130 em Matemática. Em relação ao 9º ano, foram avaliados 413 alunos, sendo que 181 demonstraram-se aptos em Língua Portuguesa e 144 em Matemática.

Observando a tabela torna-se evidente a discrepância no nível de aprendizado entre o 5º e o 9º ano nas áreas avaliadas. O 9º ano está muito em desvantagem em relação ao 5º ano e esse é um ponto a ser refletido no PME objetivando traçar metas que venham a curto e médio prazo solucionar essa problemática.

Considerando o índice de aprendizagem ainda defasado em relação ao desejado é importante também observar a evolução do aprendizado no período de 2009 a 2013, em todas as escolas públicas de Domingos Martins, comparando os índices ao Espírito Santo e ao Brasil.

**Tabela 11. Evolução do Aprendizado - 5º Ano
2009 a 2013**

APRENDIZADO – 2009 – 2013						
Cidades	5º ANO					
	2009		2011		2013	
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
Domingos Martins	42%	37%	53%	45%	69%	64%
Espírito Santo	36%	33%	41%	36%	45%	39%
Brasil	32%	30%	37%	33%	40%	35%

Fonte: Prova Brasil 2013. INEP

**Tabela 12. Evolução do Aprendizado - 9º Ano
2009 a 2013**

APRENDIZADO – 2009 – 2013						
Cidades	9º ANO					
	2009		2011		2013	
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
Domingos Martins	37%	27%	40%	36%	44%	35%
Espírito Santo	26%	13%	26%	16%	27%	16%
Brasil	23%	10%	22%	12%	23%	11%

Fonte: Prova Brasil 2013. INEP

Os dados das tabelas acima indicam que o Município de Domingos Martins está acima do nível de aprendizagem do Estado e do País nas séries envolvidas e também nas áreas pesquisadas. Isso não significa que pode ser considerado excelente, pois está abaixo da média nacional esperada para 2022.

**Tabela 13. Comparação dos índices de aprendizagem por área de estudo
5º ao 9º Ano**

APRENDIZADO – 2009 – 2013						
9º ANO						
2009		2011		2013		
Língua Portuguesa		Língua Portuguesa		Língua Portuguesa		
5º ano	9º ano	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano	
42%	(- 5) 37%	53%	(-13) 40%	69%	(-25) 44%	
Matemática		Matemática		Matemática		
5º ano	9º ano	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano	
37%	(-10) 27%	45%	(-11) 36%	64%	(-29) 35%	

Fonte: Prova Brasil 2013. INEP.

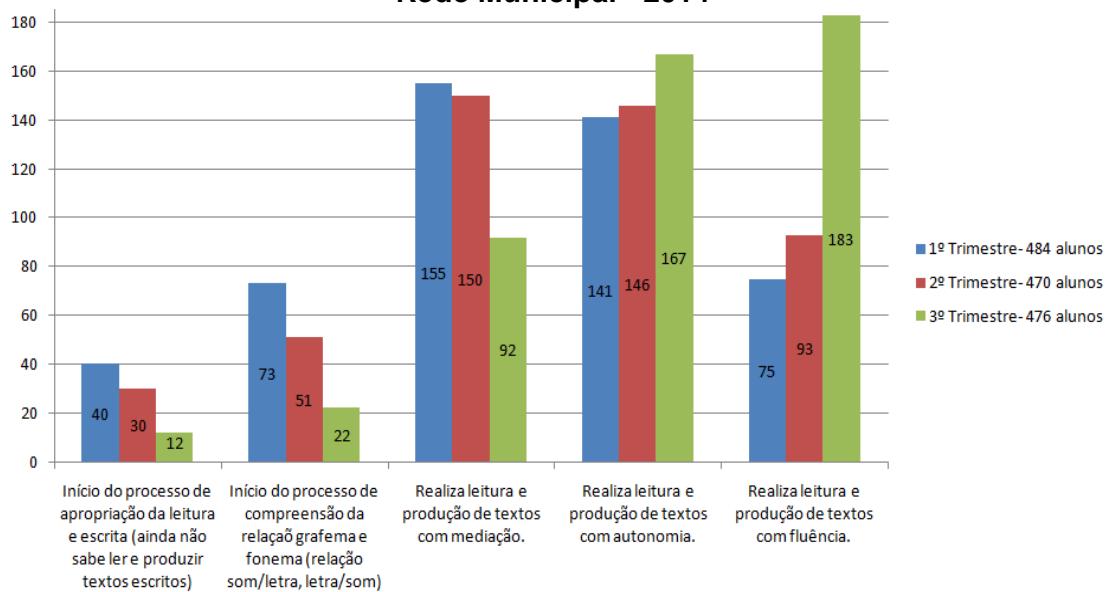
No quadro apresentado acima observamos o desempenho dos alunos na mesma área de conhecimento nos períodos de 2009 a 2013. Evidencia-se nos

percentuais explicitados que existe uma defasagem significativa de aprendizado entre o 5º e o 9º ano. Diante dessa situação surgem muitos questionamentos, que remetem a perguntas, como por exemplo: o ensino nos Anos Iniciais pode ser considerado de nível elevado que capacite os estudantes a ingressar no 6º ano com segurança e domínio dos conhecimentos básicos nas diversas áreas dando-lhes condições de prosseguir seus estudos? Ou, o ensino do 6º ao 9º ano está tão além daquilo que se aprende até o 5º ano e os alunos não conseguem acompanhar esse processo? Ou ainda, as metodologias utilizadas nos dois níveis de ensino são tão diferentes que atrapalham o desempenho dos alunos? Podemos nos perguntar também se os objetivos elencados na Prova Brasil e demais instrumentos de avaliação do MEC tem afinidade com os objetivos da Educação Municipal.

Diante da problemática apontada sugere-se como meta do PME, em curto prazo, um estudo do diagnóstico junto às escolas com a finalidade de averiguar em que nível de ensino a mesma se manifesta de maneira mais acentuada e qual o motivo dessa defasagem, para poder encontrar meios favoráveis de intervenção para solucioná-la.

Objetivando aprofundar as reflexões sobre o processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental nos três trimestres de 2014, inseriu-se um gráfico elaborado a partir do diagnóstico feito pelos professores da Rede Municipal. Observe:

**Gráfico 3. Diagnóstico de aprendizagem - 3º Ano do Ensino Fundamental
Rede Municipal - 2014**

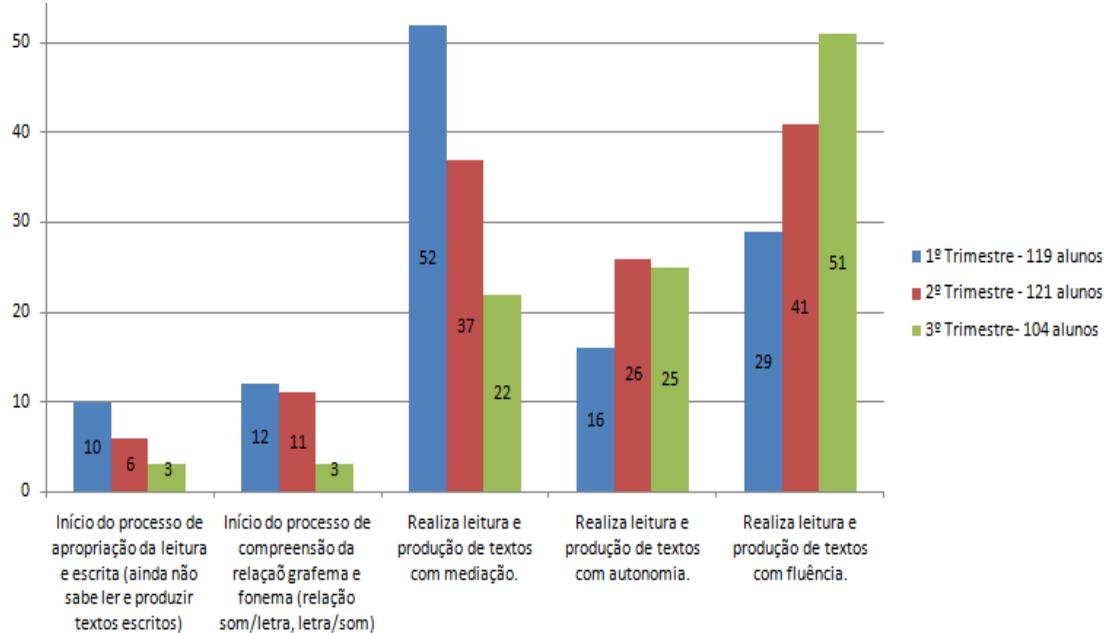


Fonte: PNAIC

Observa-se no gráfico anterior que os alunos avançaram em relação à aquisição da leitura e escrita. No entanto, do total de 476 alunos da Rede Municipal, matriculados no 3º trimestre de 2014, 12 ainda não conseguem ler e produzir textos o que perfaz 2,5%; 22 alunos estão no inicio do processo de produção de textos significando 10,4% e 92 alunos conseguem ler e produzir textos com mediação do professor ou de outra pessoa, perfazendo 19,3% do total. De maneira geral, isso significa que 23,2% dos alunos ainda não conseguem realizar leituras de textos com desenvoltura e consequentemente não produzem textos sem auxílio de um mediador.

Visualizando o gráfico da Rede Estadual de Ensino verificamos uma situação parecida à Rede Municipal. Percebe-se que de um total de 104 alunos, 3 estão na fase inicial da leitura e escrita, indicando 2,8%; 3 estão inseridos na fase inicial de compreensão da leitura e escrita, indicando 2,8%; 22 realizam leitura e produção de textos com mediação do professor somando 21,15% do total.

**Gráfico 4. Diagnóstico de aprendizagem - 3º Ano do Ensino Fundamental
Rede Estadual - 2014**



Fonte: PNAIC

Incluindo as duas redes de ensino constata-se que existem 154 alunos do 3º ano do Ensino Fundamental na fase de apropriação de leitura e escrita, o que significa 26,55% do total.

Os dados indicam que o Município necessita garantir no seu PME ações concretas para acompanhamento, avaliação e intervenções pedagógicas para auxiliar nas dificuldades apresentadas com a finalidade de saná-las no tempo oportuno, evitando que estes alunos também venham figurar o quadro dos defasados em idade e série. Para tanto, seria necessário que o Centro de Pesquisa e Apoio Pedagógico estivesse estruturado conforme a sua lei de criação para auxiliar as escolas a ajudar a solucionar as suas dificuldades no que se refere à aprendizagem dos alunos.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE 2010, a maioria das pessoas do Município está localizada na zona rural em um total de 67,90% e 32,11% na zona urbana. Considerando o percentual rural, a política educacional municipal necessita estar vinculada fortemente com a realidade do campo. Em Domingos Martins grande parte das escolas está situada e vinculada diretamente com essa

realidade. Dentre as que estão localizadas na zona rural e atendem alunos nesse contexto, o Município mantém as Escolas Municipais Unidocentes e Pluridocentes de Ensino Fundamental e também a Escola Família Agrícola dentro de um modelo específico de educação, conforme segue explicitado.

A) ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA SÃO BENTO DO CHAPÉU

A Escola Família Agrícola São Bento do Chapéu situada na comunidade de São Bento do Chapéu, distante 14 km da sede do Município de Domingos Martins, surgiu da luta dos agricultores da Associação em Defesa dos Direitos dos Produtores Rurais de São Bento do Chapéu. Os agricultores criaram a Associação em 1990 porque sentiram a necessidade de se unirem frente às inúmeras dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos da região, aquisição de insumos agrícolas para o trabalho na terra e para lutar contra opressões no campo. Uma delas, o direito de cultivar utilizando práticas herdadas dos antepassados.

No dia 1º de novembro de 1991 foi feito o lançamento da pedra fundamental da Escola Família Agrícola São Bento do Chapéu e em 09 de março de 1992, iniciaram as aulas na Escola, atendendo a 20 alunos da 5ª série do Ensino Fundamental. A EFA funciona no sistema de alternância, no qual os alunos estudam uma semana na escola e na semana seguinte ficam em casa realizando atividades teóricas complementares onde podem realizar experiências concretas da relação teoria e prática. Isto se torna possível porque a escola contempla em sua proposta curricular áreas de conhecimentos específicos para a zona rural, (Agricultura e Zootecnia). Todas as áreas de conhecimentos da Base Nacional Comum são trabalhadas na perspectiva da interdisciplinaridade, focando o trabalho do campo, como perspectiva positiva para aqueles que nele desejam viver.

Ao longo do período, a EFA foi se constituindo como unidade de ensino capaz de responder a vários desafios dos alunos que vivem na realidade campesina. Por meio de sua metodologia específica, ela objetiva formar pessoas de opinião crítica, capazes de compreender a realidade onde vivem e buscar alternativas

viáveis para melhorar esse meio. Certamente pode-se considerar que é uma instituição que expressa um diferencial com o seu jeito de ser e fazer educação notadamente pela aplicação do sistema de alternância.

Tabela 14. Número de alunos matriculados na EFA- 2015

6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
17	18	12	23

Fonte: Dados da SECEDU 2015

Como meta para o PME deve-se inserir propostas que venham fortalecer essa escola e também estratégias que sinalizem para ampliação da Educação do Campo utilizando elementos da pedagogia da alternância nas instituições com características campesinas.

B) ESCOLAS UNIDOCENTES E PLURIDOCENTES

A história das Escolas Unidocentes e Pluridocentes de Domingos Martins nos remete à primeira experiência de Educação do Campo deste território, a escola multisseriada. O seu surgimento se dá em 1847 com a chegada dos imigrantes germânicos e por muito tempo vem cumprindo o papel educacional nas várias comunidades deste Município.

Estas escolas promovem aos estudantes o reconhecimento de suas identidades e a promoção da autoestima, ajudam a criar novas percepções de sua realidade, ampliam os níveis de organização comunitária e a valorização dos saberes campesinos.

As Normas, Princípios e Diretrizes Complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, emanadas pela Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (BRASIL, 2008) determina que as Escolas Unidocentes e Pluridocentes necessitam de professores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e acompanhamento pedagógico permanente.

A mesma resolução trata do direito do aluno estudar em sua comunidade de origem, princípio ético de que as pessoas não devem ser retiradas do lugar onde vivem para receberem educação, mas de que esta deve ser garantida a todos no seu espaço de

vivencia. As famílias têm o direito a um ensino para seus filhos pensado a partir de seu lugar, com a sua real participação, vinculado à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Dentre os aspectos relevantes da manutenção das escolas em suas respectivas comunidades, destaca-se: a preservação dos valores culturais, a militância por uma educação de qualidade, a permanência no campo, local de referência para o debate sobre o desenvolvimento social e econômico da comunidade, respeito e incentivo à diversidade e o desenvolvimento de práticas sócioambientais do território local para o global.

Domingos Martins possui 22 escolas entre Uni e Pluridocentes, mas chegou a ter 63 estabelecimentos, dos quais 35 foram centralizados para unidades mais próximas – que devido ao aumento do número de alunos foram transformadas em escolas de Ensino Fundamental completo - considerando o deslocamento intracampo, numa política de centralização de escolas no biênio 1999/2000. Nos anos seguintes foram fechadas seis unidades devido à redução do número de alunos. Atualmente há uma política de permanência destas escolas na comunidade, a partir das reivindicações das famílias dos estudantes. Os pais têm demonstrado a percepção da escola como “patrimônio do seu meio de inserção” (CALIARE, 2009, p.79) e reiteram a ação política do ato educativo.

Os professores que atuam nas escolas Uni e Pluridocentes relatam algumas vantagens da escola na comunidade, destacando:

- Respeito e valorização do professor por parte dos alunos e da comunidade;
- Os temas de estudos estão relacionados à realidade local e transcende para o global;
- Há um maior tempo para a vivência da infância;
- Há diversidade de conhecimentos e faixas etárias, que contribuem para o processo ensino aprendizagem;
- Os alunos residem na comunidade, conservam a cultura local e produzem um ambiente mais humanizado;
- As relações escola x família x comunidade são intensificadas e dialógicas.

A Secretaria Municipal de Educação e Esporte realiza o atendimento a estas escolas, procurando atender às solicitações e demandas dos professores e comunidade. Ao longo da história o atendimento às unidades de ensino campesinas

sempre foi deficitário, no entanto em Domingos Martins ocorreram muitas conquistas por parte destas escolas, mas algumas deficiências vão sendo diagnosticadas e precisam ser consideradas na elaboração do planejamento da educação. O diagnóstico realizado junto aos professores dessas escolas indica que existem carências de ordem pedagógica e administrativa nos seguintes aspectos:

- O acompanhamento pedagógico ainda é insuficiente;
- As escolas participam pouco na gestão dos materiais didáticos pedagógicos;
- Dificuldade de acesso às tecnologias da comunicação e informação, bem como formação específica para fazer uso das mesmas como ferramentas pedagógicas e de inclusão digital;
- Os espaços físicos e estrutura são inadequados em 70% das escolas. Os professores não dispõem de espaço para planejamento e realização de atividades diversificadas com os alunos;
- Os professores cuidam das questões pedagógicas e administrativas da escola, sendo responsabilizados por funções para além da docência;
- Acompanhamento deficiente das questões referentes à saúde, alimentação e higiene do espaço escolar;
- Problemas na rede elétrica: a maioria das escolas que receberam computadores do Governo Federal não os utiliza porque esta não há compatibilidade;
- Falta de depósito para guardar materiais de limpeza, didáticos, permanentes e pedagógicos nas seguintes escolas: EMUEF Fazenda Schoröeder, EMUEF Califórnia, EMUEF Chapéu, EMUEF Pedra Branca, EMUEF São Bento, EMPEF Fazenda Schwambach, EMUEF Nossa Senhora do Carmo, EMUEF Fazenda Arthur Poleto, EMUEF Vô Rezende, EMUEF Goiabeiras, EMUEF AltoPena, EMPEF Fazenda Germano Schwanz, EMPEF Alto Rio Ponte, EMPEF Alto Tijuco Preto, EMPEF Floriano Augusto Dittrich, EMUEF Fazenda Schwambach, EMUEF Natalina Wernersbach. Em alguns casos todos os materiais são guardados na sala de aula, inclusive freezer e geladeira, o que dificulta o trabalho com cinco turmas na Escola Unidocente;
- Deficiências em alguns transportes escolares que atendem estas escolas, com problemas nos veículos, nos horários de atendimento e atitudes de alguns transportadores;

- Ausência de espaço adequado para aulas de Educação Física;
- Falta de oferta da Educação Infantil para as crianças de 4 e 5 anos devido ao número reduzido de alunos;
- O mito de que essas escolas não ofertam educação de qualidade.

Muitas destas necessidades são expressas por pessoas que já passaram por estas escolas, como observamos no relato de uma ex-aluna:

Desde pequenos nos sentimos a margem da sociedade, pois não se dava muito valor a nossa pequena escola que fica na zona rural [...]. Sempre foi a comunidade que manteve a escola funcionando através de mutirões para fazer o que fosse necessário e possível. (Tatiana Littig – ex-aluna da EMUEF Chapéu)

A garantia de uma política de Educação do Campo que contemple as necessidades das escolas Uni e Pluridocentes enquanto espaço de representatividade das comunidades de Domingos Martins é fundamental para a ampliação de suas áreas de ação através de uma política de valorização e de reconhecimento das identidades, particularidades culturais e convivências interculturais deste Município.

Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta Municipal: Manter a oferta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos em 100% (cem por cento) e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME. Conforme dados apresentados na tabela de nº 8, 224 alunos apresentam distorção idade-série equivalendo a 8,55% do total.

ESTRATEGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICIPIO
2.1) O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do Ensino Fundamental;	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte está promovendo estudos e reuniões com os seus profissionais para discussões e produção de documento curricular.</p> <p>A proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do Ensino Fundamental será elaborada através de documento curricular.</p>
PROPOSIÇOES MUNICIPAIS	
1 Concluir até o final de 2015, o documento curricular, garantindo direitos, objetivos de	

<p>aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do Ensino Fundamental.</p>	
2.2) Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental;	A Rede Municipal de Educação está promovendo discussões e produção de documento curricular junto aos profissionais e nesta formação, também se pretende discutir os Direitos de Aprendizagem no Ensino Fundamental. Para isso, tem realizado estudos e reuniões com os profissionais da educação, bem como com as famílias e alunos da Rede.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar garantindo, os direitos de aprendizagem por meio da formação do PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa) conforme orientações do MEC; • Convidar a Rede Privada para a discussão sobre os direitos de aprendizagem e • Continuar a oferta da formação continuada, a fim de sistematizar os direitos e objetivos de aprendizagem no documento curricular.
2.3) Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental;	<p>Nas Redes Estadual e Municipal, no ciclo de alfabetização o acompanhamento é realizado por meio de ficha de diagnóstico de aprendizagem.</p> <p>A partir de 2015, a proposta do Município é realizar este acompanhamento individualizado com as turmas do 4º ano. Para os anos seguintes, pensa-se em adotar este acompanhamento gradativamente a cada ano.</p> <p>No que se refere às taxas de aprovação e reprovação temos os seguintes dados no ano de 2014.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matrículas totais do Ensino Fundamental Regular: 4616 Reprovados: 184 (3,98%) Evadidos: 85 (1,84%) Aprovados: 3815 (82,64%) Transferidos: 232 (5,02%) Concluíram a 8ª série: 355 - Matrículas totais da EJA: 555 Ensino Fundamental: 225 Ensino Médio: 330
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Universalizar, a partir da aprovação deste PME, o atendimento de todas as crianças, jovens e adolescentes do Ensino Fundamental; • Organizar um grupo multidisciplinar de trabalho para orientar e acompanhar as escolas em relação ao desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento individualizado aos alunos do Ensino Fundamental; • Oferecer atividades em contraturno, sempre que houver necessidade, a partir das especificidades de cada comunidade e outros em parceria com os Governos Estadual, Municipal e Federal e • Criar a partir da aprovação deste PME, um setor de Estatística na Secretaria Municipal de Educação e Esporte para tabulação, avaliação e análise dos dados obtidos nas pesquisas.
2.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de	A Secretaria Municipal de Educação e Esporte dispõe de um profissional que faz o acompanhamento e o monitoramento, junto a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e órgãos de proteção à infância, das crianças, adolescentes e jovens do Ensino Fundamental que são beneficiários de programas de transferência de renda.

<p>transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;</p>	<p>Quando identificadas situações de discriminação, preconceito e violência no ambiente escolar, as unidades de ensino, apesar das dificuldades no que se refere ao tempo de execução e também a disponibilidade de recursos financeiros, realizam projetos de intervenção como palestras com temas direcionados a esta problemática visando superar esta situação.</p> <p>Sendo necessário, a escola e a Secretaria Municipal de Educação e Esporte fazem contato com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude objetivando a busca de outras ações que possam auxiliar a minimizar esta problemática.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>• Dar continuidade ao acompanhamento e o monitoramento, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, das crianças, e adolescentes e jovens que são beneficiários de programas de transferência de renda;</p> <p>• Dar continuidade ao desenvolvimento de programas e projetos visando o estabelecimento de ações sócio-educativas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população;</p> <p>• Elaborar projetos educacionais e sociais a partir da aprovação deste PME, viáveis e compatíveis com a realidade do Município, buscando parcerias com órgãos estaduais e federais, ONG's, entidades privadas visando à manutenção da frequência e do apoio à aprendizagem do educando;</p> <p>• Expandir, a partir da aprovação deste plano, as ações da Secretaria Municipal de Educação e Esporte em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o interior do Município, atendendo às famílias com carência econômica comprovada;</p> <p>• Estreitar, a partir da aprovação deste plano, o relacionamento da Secretaria Municipal de Educação e Esporte com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para elaboração de projetos e ações sócio-educativas e</p> <p>• Contribuir, continuamente, na elaboração de projetos junto a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para garantir a renda mínima.</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>• Oportunizar, semestralmente, encontros entre Conselho Tutelar e Equipes Gestoras das Escolas;</p> <p>• Criar, a partir da aprovação deste PME, um setor de Estatística no Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação para tabulação, avaliação e análise</p>	<p>A busca ativa é realizada por meio das escolas, que informam a Secretaria Municipal de Educação e Esporte e ao Conselho Tutelar, os alunos que estão evadidos. O Conselho Tutelar também age a partir de denúncias recebidas através da comunidade.</p> <p>Em localidades em que há presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, há apoio à permanência dos alunos nas escolas pelo fato desta instituição somente confirmar¹⁵ os adolescentes que estão matriculados e frequentando os Anos Finais do Ensino Fundamental.</p> <p>Visando reduzir a evasão escolar nas comunidades de Rio Ponte e Alto Tijuco Preto, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte estabeleceu uma parceria junto ao MEPES para que os professores participassem de uma formação específica com o objetivo de rever o trabalho realizado a fim de que o mesmo pudesse ir ao encontro da realidade dos educandos.</p>

¹⁵ Por meio da confirmação, o jovem se compromete com a participação responsável na vida comunitária: participar nas celebrações, nos grupos de estudo e serviço e nas assembleias; servir de madrinha ou padrinho no Batismo e de testemunha na bênção matrimonial; contribuir com seu tempo, seus dons e seu dinheiro.

<p>dos dados obtidos nas pesquisas referentes à evasão escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter a partir da aprovação deste plano, o mapeamento das crianças e os adolescentes que estão fora da escola para garantir a conclusão em idade certa o Ensino Fundamental; • Informar, continuamente, por meio de ofício ao Conselho Tutelar às crianças que estão fora da escola para as devidas providências e • Visitar a família dos alunos com um grupo formado por Escola e Conselho Tutelar; • Reunir, anualmente, a comunidade local para discutir e definir ações para a diminuição da evasão escolar. 	
<p>2.6) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;</p>	<p>As escolas do Município ainda carecem de recursos tecnológicos que possibilitem a articulação do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e equipar, sempre que necessário e a partir da disponibilidade financeira, as escolas do campo com recursos tecnológicos;
	<ul style="list-style-type: none"> • Adotar, quando houver oferta, o Programa de Inclusão Digital que atenderá tanto a demanda comunitária quanto escolar;
	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias, para ofertar formação continuada em tecnologias educacionais para os professores do campo;
	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias com a iniciativa privada e demais secretarias para ofertar cursos de capacitação em tecnologias para a comunidade;
	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar a rede elétrica em todas as escolas municipais, a partir da aprovação deste plano, devendo estar totalmente adequada para funcionamento até o final de 2016 e
	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar o ponto da internet em todas as escolas da rede, a partir da aprovação deste plano, devendo estar totalmente adequada para funcionamento até o final de 2016.
	<p>2.7) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;</p>
	<p>O Município de Domingos Martins ainda não é um sistema de ensino. No entanto, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte organiza 4 calendários diferenciados em decorrência de características culturais, demográficas e religiosas que influenciam diretamente no ambiente escolar. No que se refere às condições climáticas e colheita, não há registro de falta de alunos em decorrência destes fatores.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar até o final da vigência deste plano, o próprio sistema de ensino para o Município e
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as especificidades e adequar o calendário quando ocorrer à demanda.
	<p>2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão</p>
	<p>O Município de Domingos Martins possui peculiaridades culturais em que se destacam a cultura alemã, italiana, pomerana e a africana.</p>
	<p>Visando incentivar a preservação da língua e da cultura, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte incluiu na estrutura curricular aulas de alemão, italiano e pomerano nas comunidades em que há predominância destas culturas.</p>

cultural;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover, continuamente, parcerias com a Secretaria de Cultura e Turismo, ACAES, Consulados, ALCIES para a realização de cursos de línguas no Município; • Garantir a continuidade dos trabalhos de resgate e preservação das culturas por meio de mostras culturais, realização de palestras que envolvem a culinária, língua e também a dança folclórica e • Fomentar e custear a elaboração de materiais pedagógicos para dar suporte ao ensino de línguas. 	
2.9) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;	A formação continuada com foco na Educação do Campo tem aproximado às famílias ao ambiente escolar. De modo geral, elas têm grande participação nos projetos das escolas, pois se disponibilizam para contribuir com ações como: contação de histórias, organização da horta escolar, coordenação de oficinas de artesanato e culinária, organização das festas escolares, gincanas, entre outras atividades. Além disso, ainda percebe-se uma grande participação no Dia da Família na Escola, em reuniões de pais e outras atividades em que a escola necessita do seu apoio.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar, a partir do primeiro semestre de 2017, mecanismos (projetos, reuniões, palestras, visitas, oficinas entre outros) para incentivar a participação dos pais ou responsáveis nas atividades e Projetos Políticos Pedagógicos, para o acompanhamento escolar de seus filhos em todas as escolas do Município. 	
2.10) Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos Anos Iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades;	<p>Nos últimos 10 anos o Município tem adotado uma política de valorização das escolas campesinas. Realiza ações em que incentiva as famílias a matricularem os seus filhos em escolas próximas às suas residências. Além disso, ainda tem realizado obras de infraestrutura e também tem feito melhorias no que se refere à telefonia e a instalação da internet.</p> <p>Entendendo que a escola é o núcleo da comunidade, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte tem mantido as escolas Uni e Pluridocentes mesmo que estas não tenham a quantidade mínima de alunos, garantindo-lhes Transporte Escolar, professor com formação adequada, servente e acompanhamento pedagógico.</p> <p>Apesar dos investimentos realizados nas escolas multisseriadas, ainda há muitas carências, pois, o professor assume funções administrativas e pedagógicas e não recebe incentivo financeiro diferenciado para atuar nestas unidades de ensino. Além disso, o Transporte Escolar também precisa ser aprimorado.</p> <p>No que se refere às populações indígenas e quilombolas, Domingos Martins não possui estas especificidades.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir, que no período de matrículas, os alunos sejam matriculados na escola mais próxima da sua residência, conforme legislação municipal; • Promover, sempre que necessárias reuniões nas escolas Uniram e Pluridocentes para sensibilização dos pais/famílias quanto ao trabalho pedagógico que realiza e sobre a importância de sua manutenção para comunidade; • Garantir, continuamente, nas escolas multisseriadas, o efetivo atendimento pedagógico e administrativo e • Analisar continuamente, a demanda de alunos de comunidades que tiveram escolas fechadas 	

<p>e que podem ser reabertas, ofertando assim os anos iniciais do Ensino Fundamental nas comunidades campesinas.</p>	
2.11) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;	Quando a população itinerante se faz presente em nosso Município, há o atendimento nas escolas municipais.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Garantir a continuidade do atendimento às populações itinerantes quando estas se fizerem presentes. 	
2.12) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;	<p>A municipalidade oferta o Projeto Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes na Sede e em algumas localidades do interior.</p> <p>Incentiva os estudantes a participarem de atividades esportivas e artísticas, e competições municipais, estaduais e nacionais.</p> <p>Além disso, no que se refere ao trabalho interno na sala de aula, os professores são estimulados a inscreverem os alunos nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, Matemática e de Astronomia, Conferências Nacionais para o Meio Ambiente entre outras.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Criar a partir do primeiro semestre de 2017, a Secretaria Municipal de Esportes, desmembrando-a da Educação; Ampliar a partir do primeiro semestre de 2016, a oferta do Projeto Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes nos locais em que houver maior necessidade e condições de atendimento; Ampliar em pelo menos 70% o número das crianças e adolescentes do Município matriculadas no Projeto Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes até o final da vigência deste plano; Determinar que a Gerência de Esporte, a partir da aprovação deste plano, crie critérios de acompanhamento de participação das crianças e adolescentes no Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte, ao que se refere à frequência escolar; Elaborar, por meio da Gerência de Esportes, relatórios anuais, sobre a participação das crianças e adolescentes no Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte no que se refere à frequência escolar, encaminhando-os à SECEDU e a comissão do PME e Viabilizar, sempre que necessário recursos financeiros e materiais para incentivar a participação em concursos, eventos e competições; 	
2.13) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte, por meio da Gerência de Esporte, realiza ações de incentivo às práticas esportivas, através dos projetos “Criança Cidadã nas Artes e no Esporte” e do “Campeões do Futuro” que é oferecido nas seguintes modalidades e comunidades:</p> <p>Aracê – Campeões do Futuro e Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte na modalidade de Futebol de Campo e Futsal.</p> <p>Paraju – Futsal e Futebol de Campo – Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte</p> <p>Melgaço – xadrez e Futebol de Campo - Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte</p> <p>Santa Isabel – Ginástica rítmica (Campeões do Futuro), Futsal, Basquetebol, Voleibol - Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte.</p>

	<p>Biriricas – Futsal - Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte.</p> <p>Ponto Alto – Futsal e Futebol de Campo - Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte.</p> <p>Sede - Artes, Futebol de Campo, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Taekwondo, Ginástica Rítmica e Xadrez - Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte e Campeões do Futuro</p> <p>Além disso, ainda há um incentivo para a realização e participação das escolas nas Olimpíadas Escolares em que os alunos são estimulados a participarem das suas diversas modalidade e etapas.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar, continuamente, recursos para incentivar a realização e participação das escolas nas Olimpíadas Escolares; • Estimular os alunos a participarem das Olimpíadas Escolares nas suas diversas modalidade e etapas; • Garantir a continuidade do Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte e “Campeões do Futuro” nas comunidades em que já ocorre a oferta e • Ampliar, a partir das necessidades das comunidades e condições de atendimento, a oferta Projeto Criança Cidadã nas Artes e no Esporte e “Campeões do Futuro”

<p>Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.</p>	<p>Meta Municipal: Desenvolver ações que garantam alfabetizar todas as crianças, considerando as individualidades de aquisição de conhecimentos, no máximo, até o final do 3º (terceiro) Ano do Ensino Fundamental.</p>
<p>ESTRATÉGIA DO PNE</p> <p>5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;</p>	<p>REALIDADE DO MUNICÍPIO</p> <p>Os processos pedagógicos de alfabetização entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental encontram-se em fase de articulação.</p> <p>No entanto, o documento vigente da Educação Infantil, aponta a necessidade de redimensionamento, tendo em vista que seus princípios teóricos e filosóficos se diferem das discussões realizadas com o ciclo de alfabetização.</p> <p>Tomando como base essa preocupação, a partir de 2014, iniciou-se um processo de discussão e reformulação do currículo da Educação Básica, com vistas à interlocução da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.</p> <p>Dos profissionais que trabalham no ciclo da alfabetização, todos participam da formação continuada viabilizada pelo MEC através do PNAIC, com bolsa de estudos.</p> <p>No entanto, há necessidade de uma política de alfabetização a nível municipal.</p> <p>Quanto ao apoio pedagógico nas escolas Uni e Pluridocentes, ainda há carência no assessoramento pedagógico.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar até o final do segundo semestre de 2016, uma política de alfabetização a nível municipal; • Garantir um técnico da SECEDU para analisar as avaliações diagnósticas para acompanhamento do ciclo de alfabetização; • Reavaliar periodicamente e adequar a Proposta Pedagógica Municipal do ciclo de alfabetização; • Aderir a programas Estaduais ou Federais que visam à formação de professores voltada para a alfabetização; • Garantir formação continuada específica para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental; • Garantir por meio da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, o atendimento pedagógico aos professores que atuam na alfabetização; • Criar caso haja necessidade, uma equipe multidisciplinar para realizar trabalho no contraturno, com alunos que apresentam dificuldades no período de alfabetização; • Estudar junto às escolas quais e como serão as atividades a serem realizadas no contraturno (oficinas); • Garantir alimentação e transporte para os alunos que estiverem no contraturno; • Estabelecer parcerias intersetoriais para a oferta de atividades no contraturno; • Criar até o final do primeiro semestre de 2017, estratégias para avaliar anualmente os profissionais em designação temporária que atuam na rede de ensino municipal; • Criar critérios de restrição para processo seletivo baseados nas avaliações de anos anteriores, a partir do final de 2017. 	
5.2) Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro Ano do Ensino Fundamental;	<p>A Rede Municipal de ensino já participa dos instrumentos de avaliação em âmbito Estadual (PAEBES) e Nacional (ANA e Provinha Brasil).</p> <p>No âmbito Municipal são realizados diagnósticos trimestrais a fim de aferir a alfabetização das crianças, com vistas à implementação de medidas pedagógicas cabíveis.</p> <p>Há a necessidade de estruturar o Centro de Pesquisa e Formação de Professores para o monitoramento dos avanços e resultados da alfabetização para alcançar o objetivo desta estratégia.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
5.3) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como	<p>Das 49 unidades de ensino, somente 2 não possuem internet instalada.</p> <p>No entanto, na maioria das escolas são encontrados desafios no que se refere à velocidade de conexão da internet, a incompatibilidade nas instalações elétricas, a manutenção dos equipamentos tecnológicos, bem como recursos humanos e formação específica para atuar nessa área. Além disso, ainda percebe-se que as salas de informática das escolas são pouco utilizadas.</p> <p>Em relação a outros recursos tecnológicos, como data show, lousa digital, câmera fotográfica, estes são utilizados com maior</p>

recursos abertos;	educacionais	frequência.		
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS				
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar até o final do ano de 2016, a rede elétrica para garantir o funcionamento dos equipamentos de informática recebidos; • Buscar parcerias por meio da UAB, até o final do ano de 2017, para a oferta de formação continuada de professores para utilizar com eficácia as tecnologias educacionais para a alfabetização; • Estruturar até o final de 2016, a Coordenação de Tecnologias com a quantidade de técnicos necessários para o atendimento adequado às escolas em todas as regiões; • Garantir continuamente, por meio da Coordenação de Tecnologias, a manutenção dos equipamentos de informática e • Realizar, quando necessário, a adequação dos espaços físicos para a instalação dos laboratórios de informática; 				
5.4) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;	<p>Há a necessidade de fomentar o uso das tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras. Para tanto, o Município está em processo de revisão do documento curricular.</p>			
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS				
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias por meio da UAB, até o final do ano de 2017, para a oferta de formação continuada de professores para utilizar com eficiência as tecnologias educacionais para a alfabetização e • Incentivar continuamente os profissionais da educação quanto ao uso das tecnologias. 				
5.5) Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;	<p>O Município de Domingos Martins, é considerado campesino, com 80% de seu território com produção agrícola e sua população é formada por povos descendentes de alemães, pomeranos, indígenas, africanos e italianos.</p> <p>Em Domingos Martins não existem comunidades quilombolas e indígenas.</p> <p>Em algumas regiões há predominância de pomeranos, alemães e italianos, e conforme a localização da escola é desenvolvido um trabalho para fortalecer e resgatar a língua destes povos.</p> <p>Existe um programa específico para língua pomerana, o PROEPO e também há parceria com a ALCIES (Associação de Língua e Cultura Italiana no Espírito Santo) e com a ACAES (Associação da Cultura Alemã no Espírito Santo) para desenvolver um trabalho nas escolas com as línguas italianas e alemãs respectivamente.</p> <p>No entanto, há carência em recursos financeiros e humanos para a produção e publicação de material didático, com vistas à valorização desta língua, que atendam as especificidades da Educação do Campo.</p>			

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir por meio da Coordenação de Línguas e do Centro de Pesquisa e Formação de Professores, a formação continuada para os professores de acordo com as especificidades de língua local; • Manter a coordenação de Línguas na Secretaria Municipal de Educação e Esporte de modo que esta possa orientar, acompanhar, avaliar e replanejar as atividades a serem desenvolvidas nas escolas; • Criar, até o final do ano de 2017, incentivos para a produção de material didático pelos docentes do Município, por meio da Coordenação de Línguas e do Centro de Pesquisa e Formação de Professores para uso nas escolas com as especificidades de língua local; • Buscar parcerias para apoio financeiro para a publicação de material didático próprio para uso nas escolas com as especificidades de língua local; • Garantir o funcionamento anual do PROEPO no Município e • Estabelecer e manter parcerias com a ALCIES, com a ACAES e com a Secretaria de Cultura e Turismo a fim de fortalecer as atividades propostas acima. 	
5.6) Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte realiza levantamentos periódicos com os seus profissionais sobre as reais necessidades de formação inicial a fim de viabilizar articulação com MEC e com a SEDU para a oferta de cursos de formação inicial e continuada.</p> <p>Existe uma demanda de profissionais que se interessa em continuar seus estudos, por meio de pós-graduação. Constatou-se também a necessidade de formação continuada.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias por meio da UAB, até o final do ano de 2017, para a oferta de formação continuada e programas de pós-graduação stricto sensu de professores para utilizar com eficiência as tecnologias educacionais para a alfabetização e o uso de práticas pedagógicas inovadoras. 	
5.7) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	<p>O Município visa garantir a alfabetização das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeitando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, considerando os tempos, modos, ritmos e percursos de aprendizagem dos sujeitos público-alvo da Educação Especial/Inclusiva.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a continuidade do atendimento aos alunos portadores de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação com vistas ao aprendizado adequado no ciclo da alfabetização, sem estabelecimento de terminalidade temporal. 	

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

Meta Municipal: Ampliar gradativamente a oferta de educação em tempo integral, a partir dos repasses financeiros das esferas estadual e federal.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em	Em Domingos Martins a oferta da Educação Básica em tempo integral se registra em sete escolas da Educação Infantil e no ano de 2014, iniciou-se em uma do Ensino Fundamental

<p>tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;</p>	<p>conveniada ao Programa Mais Educação.</p> <p>Nas demais escolas existe a dificuldade de implantar o ensino em tempo integral pelo fato de o Município não dispor de estrutura física, transporte, recursos humanos e financeiros para manter as crianças no ambiente escolar por um período superior a 4 h e 20min.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a oferta da educação em tempo integral a partir dos repasses realizado pela União; • Avaliar, a partir de dados estatísticos, a vulnerabilidade das comunidades para organizar escolas em tempo integral de acordo com a real necessidade das comunidades locais e • Prover as escolas de turno integral com profissionais multidisciplinares para o desenvolvimento das atividades previstas no PNE <p>6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;</p> <p>Uma das formas da municipalidade receber recursos é por meio do PAR. No entanto, o mesmo impossibilita a captação de recursos para a construção de escolas que atendam a educação em tempo integral. Ou seja, se a escola tem uma demanda de 200 alunos nos dois turnos, deveria ser construída uma escola com espaços alternativos (quadra, laboratórios, refeitório, auditório, biblioteca, entre outros) para atendê-los em turno integral. No entanto, isto não acontece porque o PAR só libera recursos para o atendimento destes 200 alunos em apenas um turno, impossibilitando um planejamento e a execução da escola em tempo integral.</p> <p>Assim, para que este tipo de educação aconteça, o Município teria que oferecer uma grande contrapartida, alugando espaços alternativos e arcando com despesas de transporte e alimentação. No entanto, a municipalidade não dispõe de recursos financeiros para este fim.</p> <p>Vale ressaltar que nos últimos 8 anos, a municipalidade tem investido na construção, ampliação e reforma de escolas com recursos próprios e também em parceria com o Estado. Porém como os projetos são pré-determinados e padronizados, impossibilitam a mudança da estrutura física para a adequação e o atendimento da escola em tempo integral.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear as escolas municipais para ampliação gradativa de acordo com as necessidades da comunidade local e • Buscar parcerias para o desenvolvimento de projetos no contraturno das escolas e dentro das possibilidades orçamentárias, ampliar a estrutura física e recursos humanos.
<p>6.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios,</p>	<p>Para institucionalizar e manter a educação em tempo integral em Domingos Martins, há uma necessidade de contrapartida financeira da União por meio do PAR e também do Estado, uma vez que o Município recebeu várias escolas estaduais que foram municipalizadas.</p>

<p>inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear e identificar as escolas municipais que necessitam de ampliação dos espaços físicos para a realização de atividades da educação em tempo integral; • Criar, junto com a Secretaria Municipal de Obras, projetos arquitetônicos adequados para a construção, ampliação e reforma de espaços físicos para a realização de atividades da educação em tempo integral e • Buscar parcerias para o desenvolvimento de projetos de ampliação e reestruturação das escolas públicas, instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos bem como a produção de material didático e a formação de recursos humanos.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;</p>	<p>Domingos Martins caracteriza-se como um Município campesino, pois, 95% das escolas estão localizadas na zona rural e contam com poucos espaços culturais e de lazer.</p> <p>As comunidades não dispõem de bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários que são espaços do meio urbano e encontram-se somente na Grande Vitória, distantes cerca de 120km de algumas escolas.</p> <p>No entanto, vale ressaltar que em algumas comunidades, as igrejas apoiam ações da escola cedendo os seus espaços para a realização de projetos.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar até o final do ano de 2018, políticas públicas que garantam a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e culturais e • Adquirir até o final da vigência deste plano, veículos para a realização de atividades extracurriculares conforme disponibilidade orçamentária.
<p>6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;</p>	<p>No Município não há entidade privada de serviço social vinculada ao sistema sindical.</p> <p>O SENAR (buscar significado da sigla) oferta cursos por meio do Sindicato dos Trabalhadores</p> <p>Nos últimos 5 anos o Instituto Kautsky oferta à comunidade cursos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informática • Inglês • Elétrica • Corte e Costura • Cabeleireiro
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Articular, sempre que houver necessidade, parcerias junto às entidades privadas de serviço social para a prestação de serviços educacionais.

6.6) Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de Educação Básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;	<p>Art. 13. Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999.</p> <p>O Município oferta a educação de forma gratuita e tem aplicado anualmente os seguintes percentuais:</p> <p>2010: 26,20% 2011: 26,60% 2012: 28,40% 2013: 25, 46% 2014: 29,40%</p> <p>A Escola Família Agrícola trabalha com a pedagogia da alternância e atende alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental em tempo integral em regime de internato. Além desta unidade de ensino, todos os 8 CMEI's (0 a 3 anos) atuam em tempo integral.</p>
---	--

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

- Garantir a continuidade de oferta da educação em tempo integral nas escolas que já trabalham nesta modalidade;
- Ampliar gradativamente a educação em tempo integral, a partir dos repasses financeiros da União, bem como observando a disponibilidade de estrutura física, transporte, recursos humanos e financeiros para manter as crianças no ambiente escolar por um período superior a 4 h e 20min;
- Criar a partir de 2017, preferencialmente, na EMEF Rio Ponte a educação de tempo integral com foco na educação do campo, ou em outra escola de acordo com a demanda e
- Elaborar a partir do ano de 2016, ações diferenciadas para a EMEF Antonio Francisco Erlacher considerando o contexto social, cultural e econômico da comunidade.

6.7) Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;	<p>A Escola Família Agrícola trabalha com a pedagogia da alternância e atende alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental em tempo integral em regime de internato. Além desta escola, o Município possui um CMEI no meio rural que atende crianças de 0 a 3 anos em tempo integral.</p> <p>Mediante orientação da União, a municipalidade deve ampliar a oferta de educação em tempo integral nas escolas do campo, mas aguarda uma contrapartida das esferas nacional e estadual no que tange ampliação e reestruturação das escolas públicas, bem como mobiliário adequado, recursos humanos e financeiros.</p>
---	---

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

- 6.7.1 Realizar a ampliação da Escola Família Agrícola de São Bento do Chapéu para atendimento dos alunos da EMUEF São Bento do Chapéu até o final de 2016.
- 6.7.2 Realizar até o final do ano de 2017, reforma da Escola Família Agrícola de São Bento do Chapéu.
- 6.7.3 Garantir um técnico agrícola nas escolas que desenvolvem atividades com foco na educação do campo;
- 6.7.4 Ampliar gradativamente o atendimento da educação em tempo integral nas escolas do campo, a partir dos repasses financeiros da União.

6.8) Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária	<p>A municipalidade atende a maioria dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação somente em um turno. Em alguns casos, as crianças podem ser atendidas no contraturno.</p> <p>Para garantir a oferta da educação em tempo integral para os</p>
---	---

de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;	alunos do AEE é necessário ampliar o atendimento nos demais espaços alternativos (quadra, laboratórios, refeitório, auditório, biblioteca, entre outros) para acolhê-los em turno integral e realizar atividades extracurriculares.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar, gradativamente, a oferta da educação em tempo integral para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação a partir dos repasses financeiros da União, bem como observando a disponibilidade de estrutura física, transporte, recursos humanos e financeiros para manter as crianças e adolescentes no ambiente escolar por um período superior a 4 h e 20min.
6.9) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.	<p>84% das escolas do Município ainda não possui atendimento em Tempo Integral. Na Escola Família Agrícola, são realizadas atividades voltadas para a agricultura baseadas na pedagogia da alternância.</p> <p>Domingos Martins desenvolve o Projeto Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes que realiza atividades em algumas comunidades. No entanto, este projeto atende somente as crianças que moram próximo à escola, que podem alimentar-se em casa e voltar para a realização das atividades e que não dependem do Transporte Escolar ou que as famílias arcam com esta responsabilidade.</p> <p>Este projeto é avaliado de forma positiva pelas famílias que são atendidas. No entanto, para a sua ampliação é preciso a realização de investimentos financeiros e contratação de pessoas.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar gradativamente, a partir de 2016, a oferta do Projeto Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes nas comunidades que apresentam maior carência;
	<ul style="list-style-type: none"> Realizar anualmente, por meio das coordenações de Artes e Esportes da Gerência de Esporte, um diagnóstico para verificar onde será possível a ampliação da oferta do Projeto Criança Cidadã nas artes e nos Esportes;
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar financeiramente a ampliação do Projeto Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes nas comunidades que apresentam maior carência e
	<ul style="list-style-type: none"> Realizar, a partir de 2016, parcerias com as comunidades e também com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o compartilhamento de espaços para a realização de atividades do Projeto Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes.

Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEb	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais Do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais Do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Meta Municipal: Fomentar e garantir a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais do IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	6,3	6,5	6,7	6,9
Anos Finais Do Ensino Fundamental	6,2	6,4	6,6	6,8

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
7.1) Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a Base Nacional Comum dos Currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do Ensino Fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;	O Município encontra-se em fase de elaboração do documento curricular pautado nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na modalidade EJA/ alfabetização, respeitando a diversidade regional e local.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um diagnóstico, no início de cada ano letivo, para conhecer as principais dificuldades de aprendizagem dos alunos, para que elas sejam trabalhadas e sanadas até a aplicação das próximas avaliações nacionais; • Implantar o Novo Currículo Municipal logo após o seu lançamento no início do ano de 2016 e • Criar uma comissão formada por membros do Conselho Municipal de Educação para o acompanhamento da Implantação do Novo Currículo Municipal, logo após o seu lançamento. 	
<p>7.2) Assegurar que:</p> <p>a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;</p> <p>b) No último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;</p>	<p>Nas avaliações externas o Município, nas últimas medições, tem alcançado bons índices educacionais. Em relação à média nacional, os resultados são satisfatórios.</p> <p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte investe em formação continuada com ênfase na Educação do Campo no intuito de aprimorar ainda mais a qualidade da educação e tendo como consequência a melhoria dos índices.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar junto aos alunos e famílias, no início do ano letivo de 2016, os motivos que levam ao desinteresse com a Educação; • Criar uma campanha de valorização da Educação, em parceria com diversos setores, que atinja toda a comunidade no decorrer do ano de 2016; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Realizar Concurso Público para profissionais do Magistério até o 2º ano de vigência deste plano; • Continuar os investimentos em formação continuada dos profissionais da Educação; • Ampliar gradativamente, a partir de 2016, os recursos financeiros destinados ao Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação; • Investir continuamente, em materiais didáticos e pedagógicos e recursos tecnológicos que sirvam de estratégias para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem; • Aprimorar, continuamente, a estrutura física das escolas para que elas se tornem ambientes atrativos e adequados para o desenvolvimento das aulas e • Realizar anualmente, um diagnóstico geral da rede física, para que no prazo final de vigência deste plano, todas as escolas sejam contempladas. 	
<p>7.3) Constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;</p>	<p>No momento o Município ainda não dispõe de um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino. No momento, aguarda-se uma contraproposta do Estado para a elaboração da avaliação institucional.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar, através da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, a cada 2 anos, o perfil do aluno, dos profissionais da escola, da infraestrutura, dos recursos pedagógicos e das características de cada modalidade de ensino e escola e • Propor ao Estado a realização de uma avaliação institucional baseado no perfil da modalidade e da realidade do aluno. 	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte possui alguns instrumentos de avaliação e autoavaliação dos profissionais efetivos da Rede. Além disso, ainda realiza avaliação com os gestores escolares envolvendo as famílias, os alunos e funcionários buscando o aprimoramento da gestão democrática;</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar, a cada 2 anos, a partir do início de vigência deste plano, o perfil do aluno, dos profissionais da escola, da infraestrutura, dos recursos pedagógicos e das características de cada modalidade de ensino e escola; • Elaborar um plano estratégico com ações que visem à melhoria da qualidade educacional, a partir da vigência do novo Currículo Escolar Municipal; • Estender a avaliação que a Secretaria Municipal de Educação e Esporte já realiza com seus 	

<p>profissionais efetivos do Magistério, aos contratados temporariamente, a partir de 2016 e</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar, a partir da aprovação deste plano, instrumentos de acompanhamento e ajuda para que os problemas detectados junto às escolas sejam sanados. 	
7.5) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;	A Secretaria Municipal de Educação e Esporte possui um profissional que está responsável pelo acompanhamento do PAR. Por meio deste programa, o Município tem conseguido garantir recursos financeiros no que se refere à construção de escolas, quadras e também recursos tecnológicos em cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública. No entanto, não se conseguiu captar recursos que possam auxiliar na formação dos professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos pelo fato de ainda não terem sido abertas estratégias que beneficiem o Município.
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a formação de uma equipe para a execução e acompanhamento das ações planejadas, a partir do ano de 2016. 	
7.6) Associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional;	O FNDE disponibiliza recursos financeiros para as escolas que não conseguem atingir a meta determinada pelo IDEB. No momento, não temos nenhuma escola priorizada para o recebimento deste recurso, uma vez que todas as que foram avaliadas conseguiram atingir a meta proposta.
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reivindicar junto ao Governo Federal uma modificação na assistência técnica financeira que contemple também as escolas que atingiram a meta do IDEB, como forma de assegurar a garantia dos seus bons resultados. 	
7.7) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do Ensino Fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da Educação Básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte faz adesão aos exames aplicados pelos Governos Estadual e Federal, no intuito de verificar a qualidade da educação e da formação continuada, com foco na Educação do Campo, ofertada pelo Município. Além disso, apoia e orienta o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.</p> <p>Vale ressaltar que as escolas municipais não trabalham com foco no resultado do IDEB, mas sim pela qualidade da aprendizagem. Os resultados da avaliação são consequência do trabalho desenvolvido pelas escolas.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar cotidianamente métodos de avaliação reflexivos, modernos, formativos, a fim de preparar o aluno para realização dos exames a nível nacional e estadual. 	
7.8) Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;	O Município não possui indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos e aguarda orientações da União para a elaboração desta avaliação.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar instrumentos específicos para a avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue, depois de recebidas as orientações da União. 	
7.9) Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PNE, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios;	<p>Em Domingos Martins, o índice educacional das últimas medições tem alcançado as metas sugeridas pelo IDEB.</p> <p>Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Educação e Esporte prioriza um aprendizado em que os estudantes, enquanto sujeitos de direito, se apropriam dos conhecimentos visando a sua inserção no tempo espaço em que vivem com consciência crítica.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reestruturação do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, a partir da implantação do novo Currículo Escolar Municipal e • Elaborar um estudo para verificar as razões do distanciamento entre as notas das escolas e criar um plano estratégico que vise à melhoria dos índices educacionais, levando em consideração dados como a estrutura física, material didático e formação profissional, sempre que houver a divulgação dos resultados destas avaliações. 	
7.10) Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da Educação Básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de Educação Básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;	Todos os resultados do IDEB são divulgados junto à Rede Municipal de Ensino e são realizadas ações de orientação e acompanhamento da qualidade da Educação Básica junto aos diretores e pedagogos das escolas de Ensino Fundamental, tendo em vista que esta Secretaria prima por um processo de ensino-aprendizagem em que os estudantes se constituam como sujeitos críticos, criativos, solidários, entre outros.

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS						
<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar o IDEB¹⁶ para executar ações voltadas para a sua melhoria e • Reestruturar o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal, para que ele esteja apto a realizar estudos que, a partir dos resultados do IDEB, promovam a melhoria da qualidade de ensino. 						
7.11) Melhorar o desempenho dos alunos da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:	Neste caso, compete ao Município, em colaboração com as políticas educacionais do Estado e da União, orientar e aplicar políticas educacionais municipais a fim de potencializar os resultados de ensino, buscando aprimorar seus resultados nas avaliações externas utilizadas na composição da média do Pisa, garantindo assim, a sua contribuição para o alcance metas projetadas a nível nacional.					
PISA	2015	2018	2021			
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473			
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS						
<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar o PISA para executar ações voltadas para a sua melhoria e • Reestruturar o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal, para que ele esteja apto a realizar estudos que, a partir dos resultados do PISA, promovam a melhoria da qualidade de ensino. 						
ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO					
7.12) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;	Das 49 unidades de ensino, somente 2 não possuem internet instalada, porém, encontram-se desafios no que se refere a velocidade de conexão da internet, incompatibilidade nas instalações elétricas, manutenção dos equipamentos tecnológicos, bem como recursos humanos e formação específica para que os profissionais possam fazer uso das tecnologias educacionais.					
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS						
<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos e materiais tecnológicos para as escolas, com a finalidade de atender e assegurar a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, a partir da vigência deste plano e • Implantar sistemas modernos e eficientes de tecnologias educacionais para acompanhamento de resultados, a partir da vigência deste plano; 						
7.13) Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da Educação do Campo na faixa etária da educação escolar obrigatória,	O Município atende gratuitamente aos estudantes da Educação do Campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, com frota própria e terceirizada, exigindo no edital de licitação, atendimento às normas e exigências do Detran e legislação vigente.					

¹⁶ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

<p>mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;</p>	<p>No entanto, percebe-se que não ocorre a renovação e padronização integral da frota, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.</p> <p>A municipalidade possui parceria com o Governo Federal fornecendo veículos para atender a necessidades das escolas do campo. O Município possui uma frota de 20 veículos. Para melhor atender faz-se necessário a aquisição de no mínimo 3 ônibus de porte médio e 2 micro-ônibus.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>7.14) Desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;</p>	<p>A partir da formação continuada, as escolas desenvolvem projetos com prática reflexiva. Cada escola possui uma realidade e um projeto conforme a demanda da comunidade.</p> <p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte tem incentivado os professores a escreverem artigos que no ano de 2010 foram agrupados no livro: Práticas Pedagógicas na Educação do Campo, editado pela EDUFES.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>7.15) Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;</p>	<p>Das 49 unidades de ensino, somente 2 não possuem internet instalada, porém, encontram-se desafios no que se refere a velocidade de conexão da internet, incompatibilidade nas instalações elétricas, manutenção dos equipamentos tecnológicos, bem como recursos humanos.</p> <p>Domingos Martins já possui internet 4G, mas ainda não está disponível para a maioria da população. De modo geral das 56 instituições de ensino situadas na cidade, 21 delas possuem laboratório de informática o que equivale a 38% do total.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	

¹⁷ Conselho Nacional de Secretários de Educação

<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e construir espaços para laboratórios de ciências e bibliotecas até o final da vigência deste plano; • Adquirir equipamentos e materiais para os laboratórios de ciências e bibliotecas, a partir da implantação do novo Currículo Escolar Municipal e • Estender o acesso à rede mundial de computadores para todas as escolas com banda larga, a partir da implantação deste plano. 																			
7.16) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;	<p>As EMEF's que possuem AEC's¹⁸ ou Conselho Escola recebem recursos para aquisição de Alimentação Escolar. Além disso, há CMEI's, Escolas de Ensino Fundamental e Uni e Pluridocentes que são contempladas com programas pontuais do PDDE¹⁹/ FNDE (Escola do Campo, Escola Sustentável, Atleta na Escola entre outros).</p> <p>Além destes programas, todas as escolas recebem anualmente recursos do PDDE Educação Básica que são usados para a realização de compras de material de consumo e permanente visando à melhoria da qualidade da Educação Básica.</p> <p>No Município, treze escolas foram contempladas com o programa “Escola Acessível” entre os anos de 2011 a 2014. Este recurso é destinado a realizar reformas, construção e adequações de acessibilidade e para comprar materiais de tecnologia assistiva.</p> <table border="1"> <tr> <td rowspan="4">2011</td><td>EMEF CORREGO SAO PAULO</td></tr> <tr><td>EMEF ANTONIO FRANCISCO ERLACHER</td></tr> <tr><td>EMEF AUGUSTO PETER BERTHOLD PAGUNG</td></tr> <tr><td>EMEF BIRIRICAS DE CIMA</td></tr> <tr> <td rowspan="3">2012</td><td>EMPEF FLORIANO AUGUSTO DITTRICH</td></tr> <tr><td>EMEF SANTA ISABEL</td></tr> <tr><td>EMEF LUIZ PIANZOLA</td></tr> <tr> <td rowspan="3">2013</td><td>CMEI CEZAR VELLO PUPPIN</td></tr> <tr><td>EMEFM MARIANO FERREIRA DE NAZARETH</td></tr> <tr><td>EMEF SOIDO</td></tr> <tr> <td rowspan="2">2014</td><td>EMEF EUGENIO PINTO SANTANNA</td></tr> <tr><td>EMEF JOSE ULIANA</td></tr> <tr> <td colspan="2">EMEF FAZENDA OSVALDO RETZ</td></tr> </table> <p>Fonte: Dados do SIMEC</p>	2011	EMEF CORREGO SAO PAULO	EMEF ANTONIO FRANCISCO ERLACHER	EMEF AUGUSTO PETER BERTHOLD PAGUNG	EMEF BIRIRICAS DE CIMA	2012	EMPEF FLORIANO AUGUSTO DITTRICH	EMEF SANTA ISABEL	EMEF LUIZ PIANZOLA	2013	CMEI CEZAR VELLO PUPPIN	EMEFM MARIANO FERREIRA DE NAZARETH	EMEF SOIDO	2014	EMEF EUGENIO PINTO SANTANNA	EMEF JOSE ULIANA	EMEF FAZENDA OSVALDO RETZ	
2011	EMEF CORREGO SAO PAULO																		
	EMEF ANTONIO FRANCISCO ERLACHER																		
	EMEF AUGUSTO PETER BERTHOLD PAGUNG																		
	EMEF BIRIRICAS DE CIMA																		
2012	EMPEF FLORIANO AUGUSTO DITTRICH																		
	EMEF SANTA ISABEL																		
	EMEF LUIZ PIANZOLA																		
2013	CMEI CEZAR VELLO PUPPIN																		
	EMEFM MARIANO FERREIRA DE NAZARETH																		
	EMEF SOIDO																		
2014	EMEF EUGENIO PINTO SANTANNA																		
	EMEF JOSE ULIANA																		
EMEF FAZENDA OSVALDO RETZ																			
<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar na Secretaria Municipal de Educação uma comissão para acompanhamento, monitoramento e fiscalização das verbas recebidas pelas escolas, a partir da implantação deste plano; • Transferir recursos a nível municipal às escolas, para investimento em pequenos reparos e • Normatizar os repasses de recursos para as escolas realizarem pequenos reparos. 																			
7.17) Ampliar programas e aprofundar ações de	O Município não realiza suplementação financeira nos programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e																		

¹⁸ Associação Escola Comunidade

¹⁹ Programa Dinheiro Direto na Escola

<p>atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;</p>	<p>assistência à saúde. Atende os estudantes da Educação Básica por meio dos Programas Federais ofertando material e livro didático, transporte e alimentação escolar (ocorre uma adequação do cardápio respeitando os costumes regionais e locais).</p> <p>Além destes programas direcionados a Educação, a Secretaria Municipal de Saúde realiza ações como: o Programa Saúde na Escola, saúde bucal e mental, exame de tracoma, palestras de gravidez na adolescência, controle do colesterol infantil, hanseníase, entre outros.</p> <p>No que se refere à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, esta realiza ações de combate às drogas lícitas e ilícitas.</p>
--	--

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

- Realizar, anualmente, um diagnóstico para detectar se há a necessidade de suplementação financeira nos programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- Elaborar, trimestralmente, o cardápio das escolas com colaboração e avaliação da nutricionista da SECEDU;
- Incentivar e apoiar o cultivo de horta nas escolas para complementação alimentar;
- Assegurar o serviço nutricional eficiente a toda rede;
- Propiciar formação permanente com os funcionários responsáveis pela elaboração do cardápio e preparo da merenda escolar;
- Solicitar apoio aos técnicos agrícolas do Município para a implantação da horta escolar.
- Equipar as escolas com material para cultivo de horta;
- Buscar parceria com a comunidade no que diz respeito ao espaço para a realização da horta;
- Elaborar projeto de lei municipal sempre que necessário para complementação do recurso destinado à alimentação escolar, a partir da vigência deste plano e
- Buscar parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde para ampliar programas de atendimento ao estudante; com assistência social, psicológica, odontológica, fonoaudióloga, além de exames de Acuidade Visual e outros periódicos (fezes, urina, Hemograma), a partir do ano de 2016.

<p>7.18) Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;</p>	<p>Quanto à energia elétrica todas as escolas são contempladas.</p> <p>Em relação ao abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, nem todas as unidades de ensino possuem. A Secretaria Municipal de Educação e Esporte está se adequando para regularizar essas pendências.</p> <p>No que se refere às práticas esportivas, bens culturais e artísticos, o Município de Domingos Martins necessita atender as comunidades onde há escolas Uni e Pluridocentes. Quatro EMEF's ainda não possuem quadras para práticas esportivas e em duas há necessidade de reforma.</p> <p>Em relação aos laboratórios de ciências, há somente uma escola que possui e utiliza em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB.</p> <p>No que tange a acessibilidade de pessoas com deficiência aos prédios escolares, tem ocorrido de forma gradativa de acordo com as novas construções, reformas e ampliações. De acordo com o Censo Escolar, algumas escolas vêm recebendo recursos do MEC para adequações arquitetônicas (Escola Acessível).</p>
--	--

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e construir espaços para laboratórios de ciências e bibliotecas; • Adquirir equipamentos e materiais para os laboratórios de ciências e bibliotecas; • Construir rede de esgotos e de poços artesianos; • Ofertar água tratada para todas as unidades escolares, com vistoria semestral para coleta e análise da qualidade água e • Construir quadras poliesportivas anexas às escolas onde houver necessidade até o final deste plano. 	
<p>7.19) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;</p>	<p>Através do PAR, o Município já mantém o regime de colaboração.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e construir espaços para laboratórios de ciências e bibliotecas, de acordo com a necessidade, a partir da implantação deste plano; • Adquirir equipamentos e materiais para os laboratórios de ciências e bibliotecas, de acordo com a necessidade, a partir da implantação deste plano; • Construir e estender a rede de esgoto e de poços artesianos, em localidades onde há esse sistema. Onde não há possibilidade, as fossas devem ser esgotadas de acordo com a necessidade, a partir da implantação deste plano; • Ofertar água tratada para todas as unidades escolares, com vistoria semestral para coleta e análise da qualidade água e • Construir quadras poliesportivas anexas às escolas até o prazo final da vigência deste plano. 	
<p>7.20) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;</p>	<p>As unidades de ensino estão aos poucos sendo equipadas com recursos tecnológicos digitais. Devido à localização geográfica de algumas unidades de ensino, a captação de sinal para internet não é possível.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir recursos tecnológicos para equipar as escolas, a partir da vigência deste plano; • Capacitar professores para utilização adequada dos materiais e equipamentos, de acordo com a aquisição destes recursos; • Prover recurso financeiro para contribuir na aquisição de computadores pelos professores e • Viabilizar um profissional formado em biblioteconomia para assessorar as bibliotecas escolares, a partir de 2016. 	
<p>7.21) A União, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, estabelecerá, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei,</p>	<p>Até a presente data aguardamos a publicação dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica.</p>

<p>parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar instrumentos para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino, logo após a publicação dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica pelo Governo Federal.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>7.22) Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;</p>	<p>Uma parcela das escolas está informatizada e em rede, porém, algumas, apresentam problemas para o funcionamento dos computadores, devido à instalação elétrica, resultando na falta de acesso a internet.</p> <p>Sobre a formação do pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação e Esporte foi realizada adesão ao Programa Formação pela Escola, ofertado pelo FNDE, bem como há formação específica para os segmentos coordenados pela própria Secretaria.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos tecnológicos para atender 100% das escolas municipais com ampliação da rede de internet, até o quinto ano de vigência deste plano;
	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar equipe técnica e pedagógica por região para suporte nas unidades escolares, a partir do próximo ano e
	<ul style="list-style-type: none"> • Aderir a programas estaduais e nacionais para atender a formação dos gestores escolares e pessoal técnico da secretaria.
<p>7.23) Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;</p>	<p>Alguns profissionais da educação realizaram cursos específicos ao combate à violência na escola. Além disso, a municipalidade apóia e executa o PROERD²⁰, em parceria com a Polícia Militar, nas turmas do 5º e 7º anos do Ensino Fundamental, com o intuito de conscientizar as crianças e adolescentes a não fazerem uso de drogas lícitas e ilícitas.</p> <p>Contamos com a Lei Municipal nº 12.091 de 2012 que institui o Trimestre Antidrogas nas escolas.</p> <p>As escolas municipais desenvolvem projetos que estimulam a paz e o bom convívio social entre a comunidade escolar.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar os programas de combate à violência, a partir de 2016; • Efetivar ações práticas de incentivo à boa convivência e aos cuidados com a Saúde a partir do segundo semestre de 2016 e • Inserir, a partir da aprovação deste plano, na proposta curricular princípios de “Direitos Humanos”, durante a elaboração do Novo Curriculo Educacional Municipal. 	

²⁰Programa Educacional de Resistência às Drogas

<p>7.24) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;</p>	<p>O Município dispõe de um abrigo denominado "Casa Lar – Pedacinhos para Unir" que recebe crianças em regime de liberdade assistida e em situação de risco social.</p> <p>Durante a permanência neste espaço, as crianças e adolescentes frequentam regularmente as escolas próximas, bem como participam de projetos sociais como o "Criança Cidadã nas Artes e nos Esportes" no horário de contraturno escolar.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar em parceria com a Assistência Social e demais segmentos para o fortalecimento e a implementação de ações para o atendimento das crianças que permanecem no abrigo assegurando-lhes os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. <p>A temática é abordada pelas escolas durante todo o ano letivo por meio de projetos e atividades que possibilitam reflexões acerca da importância da cultura Afro-brasileira e Indígena no processo histórico de construção da identidade do nosso país.</p> <p>O Município está em fase de elaboração do documento curricular, onde estão sendo discutidas as relações étnico-raciais com todos os profissionais da rede municipal de educação.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar as ações para o fortalecimento da cultura afro-brasileira no currículo escolar, a partir de 2016; • Acompanhar continuamente, as ações da coordenação municipal para as relações étnico-raciais e • Implantar cronograma para a fiscalização das ações específicas. <p>A política do Município de Domingos Martins é de manter as escolas Uni e Pluridocentes em suas comunidades, a fim de preservar a identidade cultural, as práticas socioculturais, o desenvolvimento sustentável, as formas particulares de organização do tempo, garantindo a participação da comunidade local na gestão e nas decisões da instituição de ensino.</p> <p>Nas escolas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foi incluído no currículo a língua materna de acordo com a realidade regional (Italiana, Pomerana e Alemã). Porém, há carência de profissionais habilitados para atuar nessas áreas.</p> <p>Quanto à formação inicial e continuada dos profissionais da educação, ela ocorre anualmente, voltada para a perspectiva da Educação do Campo, pautada na inclusão e diversidade.</p>

<p>educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em Educação Especial;</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o espaço físico das unidades escolares para ampliação da oferta de vagas; • Dar continuidade a formação continuada da Educação do Campo levando em consideração as especificidades do Município e • Continuar com a oferta das línguas maternas com a oferta de formação continuada.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>7.27) Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;</p>	<p>O Município está em fase de elaboração do documento curricular e contempla propostas pedagógicas da Educação do Campo voltada a atender as especificidades regional e local.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Reformular a proposta pedagógica de acordo com as especificidades e necessidades de cada escola, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal; • Oferecer, suporte técnico e pedagógico para conclusão/elaboração dos PPP's, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal; • Assegurar que, em um ano, a partir da aprovação do Novo Currículo Municipal, todas as escolas tenham formulado seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para Ensino Fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais e • Rever, a cada 2 anos, os Projetos Políticos Pedagógicos e fazer as adequações necessárias.
<p>7.28) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle</p>	<p>As Unidades escolares têm boa participação das famílias e comunidade através das AEC's e Conselho Escola. Cita-se ainda o Conselho do FUNDEB, do CAE²¹ e o Conselho Municipal de Educação fazendo com que se estabeleça o controle social e cumprimento das políticas públicas educacionais.</p>

²¹ Conselho de Alimentação Escolar

social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação dos pais, comunidades e sociedade civil nas ações para o cumprimento das políticas públicas e • Estender para a sociedade civil o programa de “Formação pela Escola”.
7.29) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte dispõe de profissionais que fazem a articulação com as outras secretarias visando à melhoria da qualidade educacional.</p> <p>Além disso, acontecem encontros mensais da “Rede de Assistência à Criança e ao Adolescente” com envolvimento de vários segmentos, Secretarias Municipais e Ministério Público.</p>
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expandir as discussões para além dos representantes dos segmentos, envolvendo pais, alunos e comunidade, sobre problemas sociais e condições para melhoria do aprendizado, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal; • Continuar o desenvolvimento de programas e projetos visando o estabelecimento de ações socioeducativas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população; • Elaborar projetos viáveis e compatíveis com a realidade do Município, visando à captação de recursos federais ou de outras instâncias; • Expandir as ações juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o interior do Município, atendendo às famílias com carência econômica comprovada, a partir da implantação deste plano; • Estreitar o relacionamento com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para elaboração de projetos e ações socioeducativas e • Contribuir na elaboração de projetos junto a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para garantir a renda mínima das famílias carentes.
7.30) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte e Secretaria Municipal de Saúde realizam parceria com ações de prevenção, promoção e atenção à saúde através do Programa “Saúde na Escola”.</p>
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a parceria entre as Secretarias Municipais para o acompanhamento periódico do desenvolvimento integral dos alunos.
7.31) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade	<p>É oferecido acompanhamento por fonoaudiólogo (Programa Saúde Vocal do Professor), bem como, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, o atendimento a saúde mental com profissionais específicos.</p>

educacional;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias para a oferta de prioridades dos serviços de Saúde aos profissionais da educação (médicos, dentistas, psicólogos, exames etc.) 	
7.32) Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;	O Município aderiu ao Sistema Nacional e Estadual de avaliação, cujos resultados são encaminhados para as escolas, bem como a comunidade escolar, a fim de aprimorar as práticas pedagógicas e servirem de diagnóstico.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação para que ele esteja apto a realizar estudos que promovam a melhoria da qualidade de ensino, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal. 	
7.33) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;	Por meio do Plano Nacional do Livro e da Leitura e pelo programa Nacional Biblioteca na Escola, as escolas recebem acervo literário visando à formação de leitores e leitoras, para os alunos e professores das diversas áreas. Quanto à capacitação de profissionais da educação, se faz através da formação do PNAIC e por oficinas de "Contação de Histórias" e pelo Programa "A Gazeta na Sala de Aula".
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar o Centro de Formação e Pesquisa para que ele esteja apto a realizar estudos que promovam a melhoria da qualidade de ensino, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal. 	
7.34) Instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;	No momento não trabalhamos com este programa que visa à preservação da memória nacional, mas nas unidades de ensino. Este assunto é abordado através de projetos pedagógicos.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar nas escolas a criação de projetos e práticas que promovam e consolidem a preservação da memória municipal, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal. 	
7.35) Promover a regulação A demanda da Educação Básica tem sido suprida pelas escolas	

da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;	públicas municipais e estaduais, garantindo o cumprimento da função social da educação.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Como esta estratégia não corresponde à realidade municipal não há proposição a ser feita. 	7.36) Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Como esta estratégia não corresponde à realidade municipal não há proposição a ser feita. 	

6.4.3. Ensino Médio

No Brasil, cerca de 2,9 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,6 milhões são jovens de 15 a 17 anos que deveriam cursar o Ensino Médio. O desafio da universalização até 2016, imposto pela Emenda Constitucional nº 59, é monumental.

A recente melhora das taxas de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio, mas o país ainda está longe de alcançar patamares ideais. Altas taxas de evasão persistem neste nível de ensino. O modelo curricular ultrapassado, baseado em um número excessivo de disciplinas torna a etapa desinteressante para o jovem do século 21.

Para melhor atender as turmas do Ensino Médio foi regulamentado pela Portaria Ministerial Nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Através dele, o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos Estaduais e

Distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito. As ações do Pacto têm por objetivos:

I - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio;

II - promover a valorização pela formação dos professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio;

III - rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio - DCNEM.

No Município de Domingos Martins o Ensino Médio é ofertado pela Rede Estadual e conta com cinco escolas que atendem ao Ensino Fundamental e Médio localizadas em 5 distritos:

Tabela15 . Relação das escolas estaduais situadas no Município

Escolas	EEEFM “Teófilo Paulino”	EEEFM “Pedreiras”	EEEFM “Gisela Salloker Fayet”	EEEFM “Ponto Alto”	EEEM “Melgaço”
Localidade	Sede	Aracê	Paraju	Ponto Alto	Melgaço

De acordo com o Censo Escolar o atendimento das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Médio nas unidades escolares estaduais apresenta o seguinte panorama:

Tabela 16. Número de alunos matriculados na Rede Estadual

2010	2011	2012	2013
1.008 estudantes	1.044 estudantes	1.148 estudantes	1.216 estudantes

<http://www.qedu.org.br/cidade/2681-domingos-martins/censo-escolar>

De acordo com o Censo de 2010, a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que frequentavam a escola era de 68,5%. Pautando-se neste percentual, e considerando a taxa de matrículas de 85% prevista até 2025, teremos que aumentar em 17% o atendimento nesta faixa etária.

Tabela 17. Relação de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola

Ano	Crianças de 15 a 17 anos que frequentam a escola	
2010	68,5%	1.101 alunos

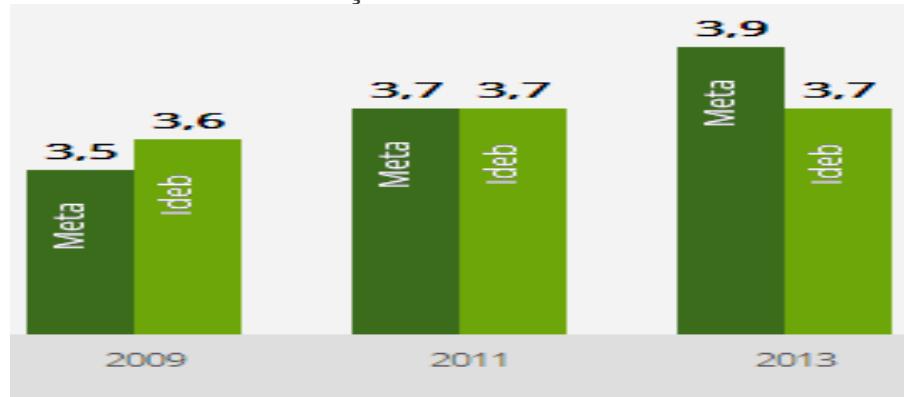
Fonte: IBGE/Censo Demográfico / Preparação: Todos Pela Educação

Observando a tabela abaixo que trata da apropriação da aprendizagem adequada para cada etapa de ensino, previsto no PNE que coloca como objetivo de qualidade as metas do IDEB, indicador composto pelas notas em Língua Portuguesa e em Matemática da Prova Brasil e pelo fluxo escolar, podemos perceber que a média para o Ensino Médio em 2015 é de 4,3 isso significa que terá que haver um avanço de 0,9 pontos até 2021

Tabela 18. Escala de Indicadores de Aprendizagem do IDEB

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

De acordo com dados do IDEB não houve variação na qualidade da aprendizagem nos anos de 2011 para 2013 ambos permaneceram com o percentual de 3,7 sendo que em 2013 o país não atingiu a meta prevista que era de 3,9.

Gráfico 5. Evolução das Metas do Ensino Médio

Políticas para o Ensino Médio – ENEM

O Exame Nacional para o Ensino Médio – ENEM é uma política de fortalecimento do Ensino Médio. Foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da Educação Básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade.

A partir de 2009 o ENEM passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Foram implantadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Nesse sentido, o Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais.

A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de Ensino Superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

As universidades possuem autonomia e poderão optar entre quatro possibilidades de utilização do novo exame como processo seletivo:

- Como fase única, com o sistema de seleção unificada, informatizado e online;
- Como primeira fase;
- Combinado com o vestibular da instituição;
- Como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

O Ensino Médio, como última etapa da Educação Básica, apresenta muitos desafios a serem superados durante a vigência do PNE, e, sobretudo do PME. Torna-se necessário apresentar metas e estratégias concretas que sinalizam para a superação da distorção idade-série, da defasagem nas matrículas e também na qualidade do aprendizado. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 19. Distorção Idade/Série- Ensino Médio

Distorção idade-série – Ensino Médio

1º ano			2º ano			3º ano			TOTAL		
MI	DIS	%	MI	DIS	%	MI	DIS	%	MI	DIS	%
521	145	27,83	397	65	16,37	298	45	15,10	1216	255	20,97

Fonte: Censo Escolar – 2013 – SEDU/GEIA/SEE

Legenda: MI – Matrícula Inicial DIS – Distorção Idade-Série

<p>Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).</p> <p>Meta Municipal: Acompanhar e apoiar a universalização, do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, até o final da vigência deste plano.</p>											
ESTRATEGIA DO PNE			REALIDADE DO MUNICIPIO								
<p>3.1) Institucionalizar programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;</p>			<p>Em Domingos Martins o Estado possui 5 escolas de Ensino Médio regular. A maioria faz parte do Programa Ensino Médio Inovador que visa o redesenho curricular. Atualmente este programa não é ofertado na EEEM Melgaço pelo fato de não haver a quantidade mínima de alunos.</p> <p>Apesar das ações já realizadas, ainda há uma grande parcela de jovens que está fora da escola por não se identificar com o currículo pelo fato de estes pertencerem a comunidades campesinas, onde o Ensino Médio não está atrelado a Educação do Campo.</p>								
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS											
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar a partir de 2016 junto aos governos Estadual e Federal, projetos e programas para atendimento de EJA²² Ensino Médio profissionalizante; • Propor a partir da aprovação deste PME, junto ao Estado a revisão do Currículo Estadual para o Ensino Médio no Município de Domingos Martins, levando em consideração as especificidades da Educação do Campo e • Reivindicar a partir de 2016 a ampliação da oferta de vagas para o Ensino Médio nas comunidades campesinas. 											
<p>3.2) O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação - CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, proposta de direitos e objetivos de</p>			<p>Por se tratar do Ensino Médio, o Município está aguardando a elaboração do documento curricular que será produzido pelo Estado.</p>								

²² Educação de Jovens e Adultos

<p>aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de Ensino Médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;</p>	
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por se tratar do Ensino Médio, o Município está aguardando a elaboração do documento curricular que será produzido pelo Estado. 	
<p>3.3) Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio;</p>	<p>Por se tratar do Ensino Médio, o Município está aguardando a elaboração do documento curricular que será produzido pelo Estado.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por se tratar do Ensino Médio, o Município está aguardando a elaboração do documento curricular que será produzido pelo Estado. 	
<p>3.4) Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;</p>	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte, por meio da Gerência de Esporte, realiza ações de incentivo ao esporte, como o Projeto Campeões do Futuro, que é extensivo aos alunos do Ensino Médio da Rede Estadual. O projeto oferta as seguintes modalidades e comunidades:</p> <p>Aracê – Campeões do Futuro e Criança Cidadã na modalidade de Futebol de Campo e Futsal.</p> <p>Paraju – Futsal e Futebol de Campo – Projeto Criança Cidadã</p> <p>Santa Isabel – Ginástica rítmica (Campeões do Futuro), Futsal, Basquetebol, Voleibol - Projeto Criança Cidadã.</p> <p>Biriricas – Futsal - Projeto Criança Cidadã.</p> <p>Ponto Alto – Futsal e Futebol de Campo - Projeto Criança Cidadã.</p> <p>Sede - Artes, Futebol de Campo, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Taekwondo (Campeões do Futuro), Ginástica Rítmica (Campeões do Futuro), xadrez.</p> <p>Além disso, ainda há um incentivo para a realização e participação das escolas nas Olimpíadas Escolares em que os alunos são estimulados a participarem das suas diversas modalidades e etapas.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solicitar ao Estado que a partir de 2016 amplie a oferta de atividades esportivas e as integre ao currículo escolar. 	

<p>3.5) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;</p>	<p>O Município de Domingos Martins não realiza reforço no turno complementar e estudos de recuperação e progressão parcial pelo fato de não dispor de espaço físico, recursos humanos, financeiros e Transporte Escolar para a realização destas atividades.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>3.6) Universalizar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;</p>	<p>As escolas Estaduais de Ensino Médio participam de avaliações externas em âmbito estadual (PAEBES) e nacional (SAEB E ENEM)</p> <p>O Município sedia anualmente a aplicação das provas do ENEM²³ como possibilidade de certificação do Ensino Médio.</p>

²³ Exame Nacional do Ensino Médio

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a realização dos Exames Estaduais e Nacionais no Município, com oferta de espaço físico e auxiliar na divulgação; 	
3.7) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;	As escolas da Rede Estadual ofertam o Ensino Técnico Profissionalizante, desvinculado do Ensino Médio. No entanto, a maioria destes cursos está voltada para a realidade urbana, não contemplando a peculiaridade das populações do campo.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Propor ao Estado que a partir de 2016, estabeleça parcerias com órgãos como SEBRAE²⁴, SENAR²⁵, Sindicatos Rurais para promoção de cursos que atendam esta demanda e • Elaborar, a partir de 2016, projeto que demonstre as reais necessidades do Município e encaminhar à Secretaria Estadual de Educação de modo que esta possa rever os cursos ofertados em Domingos Martins. 	
3.8) Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;	Domingos Martins possui um Comitê Municipal de Bolsa Família formado por representantes da Educação, Saúde e Assistência Social que desenvolvem ações integradas de acompanhamento e monitoramento do programa. Este Comitê também realiza visitas informativas às comunidades acerca do atendimento das famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Continuar as visitas às comunidades para monitorar o Programa Bolsa Família e • Atualizar e informar os dados referentes aos beneficiários dos programas de transferência de renda. 	
3.9) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;	Durante a realização das visitas, o Comitê Municipal de Bolsa Família orienta os diretores das escolas a entarem em contato com as famílias para que ocorra o retorno do estudante à escola. Caso este não retorne, é feito contato com o Conselho Tutelar e se ainda assim não ocorrer o retorno, então é acionado o Ministério Público.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar e apoiar as ações do Comitê Municipal de Bolsa Família; • Garantir a continuidade da parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de 	

²⁴Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário.

²⁵Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

<ul style="list-style-type: none"> • Educação e Esporte para que sejam detectadas as reais causas da evasão ou abandono e • Comunicar até o final do mês de fevereiro junto ao Conselho Tutelar a relação de alunos concluentes do nono ano na Rede Municipal de ensino, para que seja feito o acompanhamento de sua matrícula no Ensino Médio na Rede Estadual. 	
<p>3.10) Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;</p>	<p>Em Domingos Martins, não há nenhuma política estabelecida na assistência social que tenha por objetivo fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 anos.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e realizar a busca ativa da população de 15 a 17 anos que se encontram fora da escola em articulação com os serviços de assistência social, saúde e de proteção à adolescência e à juventude, até o final do segundo semestre de 2017.
<p>3.11) Redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);</p>	<p>Atualmente o Ensino Médio é oferecido: nos três turnos na EEEFM Teófilo Paulino; matutino e noturno na EEEFM Pedreiras, na EEEM Ponto do Alto e na EEEFM Gisela SalokerFayet e apenas noturno na EEEM Melgaco.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto, a partir de 2016, que demonstre as reais necessidades do Município e encaminhar à Secretaria Estadual de Educação de modo que este possa rever os cursos oferecidos em Domingos Martins.
<p>3.12) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;</p>	<p>Quando a população itinerante se faz presente, os mesmos são atendidos nas escolas Estaduais conforme a demanda.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar continuamente o atendimento a população itinerante no Ensino Médio, quando ela se fizer presente.
<p>3.13) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;</p>	<p>Não existe um programa institucionalizado. Quando os professores identificam estas situações de discriminação, preconceito e violência no ambiente escolar, as unidades de ensino, apesar das dificuldades no que se refere ao tempo de execução e também a disponibilidade de recursos financeiros, realizam projetos de intervenção e palestras com temas direcionados a esta problemática visando superar os problemas encontrados no ambiente escolar.</p> <p>Em casos em que estes projetos não surtem o efeito esperado, a escola e a Secretaria de Educação fazem contato com os com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude objetivando a busca de outras ações que possam auxiliar a minimizar esta problemática.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	

<ul style="list-style-type: none"> • Propor ao Estado, a partir da aprovação deste PME, a realização de formação continuada acerca desta temática para que os professores possam trabalhar eficazmente. 	
3.14) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas	As escolas da Rede Estadual desenvolvem projetos de iniciação científica envolvendo alunos e professores. Além disso, o governo estadual promove anualmente uma Feira de Ciência e Tecnologia objetivando fomentar o interesse dos jovens por esta temática.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a divulgação em âmbito municipal dos projetos e cursos realizados pela rede estadual.

6.4.4. Ensino Superior

A Educação Superior caracteriza-se como um dos níveis da educação formal brasileira. É ministrada em instituições de Ensino Superior, conhecidas pela sigla IES, públicas e privadas, e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Em seu artigo 8º, a Lei 9.394/96 define as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, evidenciando-se os Sistemas Federal e Estaduais de Educação Superior e seus níveis de competência e responsabilidade, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação.

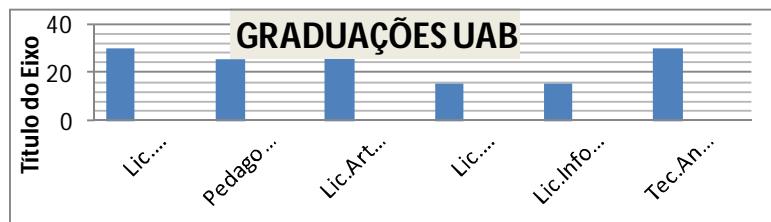
O Sistema Federal de educação é integrado pelas Universidades Federais, pelos Centros Federais de Tecnologia, pelas Escolas Técnicas Federais, Instituições de Educação Superior Privadas, Confessionais, Comunitárias e Filantrópicas, na forma da lei, conforme disposto no art. 20 da LDB. O Sistema Estadual de Educação Superior congrega as IES públicas Estaduais e Municipais. As instituições que integram o Sistema Estadual de Educação Superior, na atual legislação, reportam-se ao Ministério da Educação (MEC) apenas quando do credenciamento do Ensino a Distância e, por opção, ao aderirem à Avaliação Institucional pelo Sinaes (BRASIL, 2004). Até 2003, essas instituições submetiam-se ao Exame Nacional de Cursos, que foi substituído pelo Exame Nacional de Avaliação do Ensino Superior, ao qual é facultativa a adesão.

No que se refere ao Ensino Superior, o Município de Domingos Martins sedia um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB)²⁶ que oferta diversos cursos de

²⁶No âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, o polo é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos

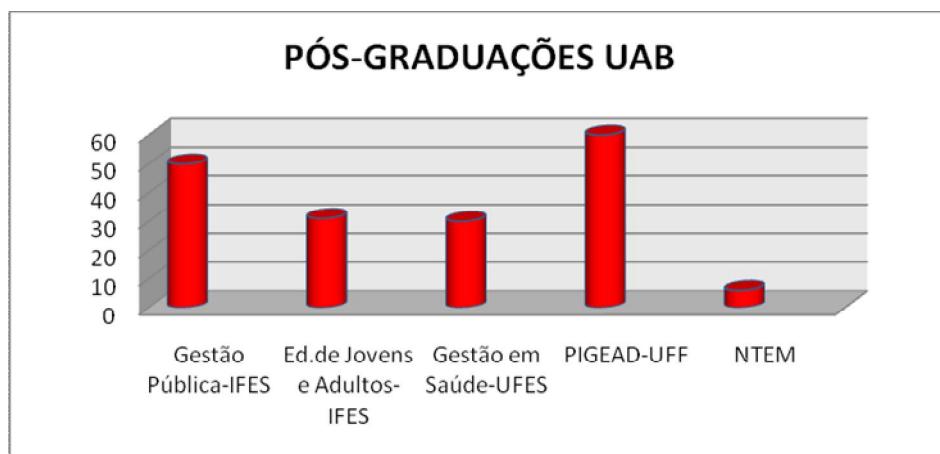
extensão, graduação, especialização e aperfeiçoamento. Este polo não dispõe de sede própria. Para que haja a ampliação dos cursos há a necessidade da construção de um espaço físico próprio. Os cursos ofertados são:

Gráfico 6. Número de alunos por curso de Graduação



Fonte: Dados referentes ao ano de 2015 fornecidos pela secretaria da UAB

Gráfico 7. Número de alunos por curso de Especialização



Fonte: Dados referentes ao ano de 2015 fornecidos pela secretaria da UAB

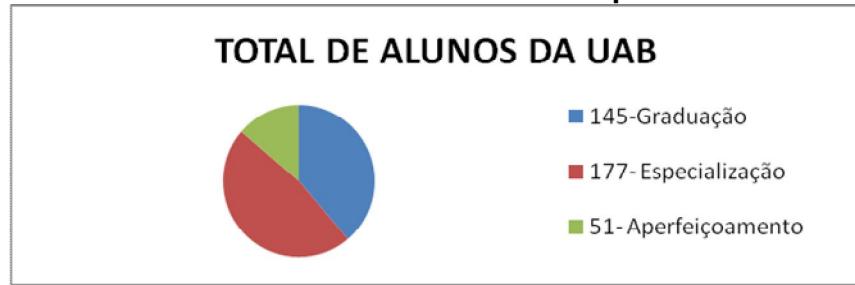
Tabela 20. Número de alunos por curso de Aperfeiçoamento

APERFEIÇOAMENTO	Nº DE ALUNOS
Dimensões da Humanização- UFES	15
Complementação Pedagógica- IFES	36

Fonte: Dados referentes ao ano de 2015 fornecidos pela secretaria da UAB

No que se refere ao quantitativo geral dos cursos ofertados no polo da UAB de Domingos Martins, encontramos os seguintes dados:

cursos e programas de EaD de responsabilidade das instituições públicas de Ensino Superior (IPES) formadoras. O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na Educação Básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da Educação Básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de Ensino Superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância.

Gráfico 8. Número total de alunos por curso

Fonte: Dados referentes ao ano de 2015 fornecidos pela secretaria da UAB

Embora o Polo da UAB de Domingos Martins já oferte alguns cursos, percebe-se que por estar situado em um Município campesino, há necessidade de oferecer cursos em outras áreas, como por exemplo, engenharias voltadas para a área da agricultura, veterinária, meio ambiente, alimentos e curso superior em administração, turismo, entre outros. Destaca-se ainda a carência de profissionais nas áreas de Geografia, História, Matemática, Ciências, Biologia, Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras Modernas e Educação Física.

No que se refere ainda ao Ensino Superior, grande parcela dos municípios frequentam cursos superiores na região da Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio e Venda Nova do Imigrante. Realizando um levantamento do perfil dos (as) alunos (as) que se deslocam de Domingos Martins para outras localidades e Instituições de Ensino Superior, encontramos um quantitativo de 145 estudantes que vão para outras cidades em busca de curso superior. Destes, 128 estudam em Instituição Privada e 17 em Instituição Pública Federal como observamos na tabela a seguir:

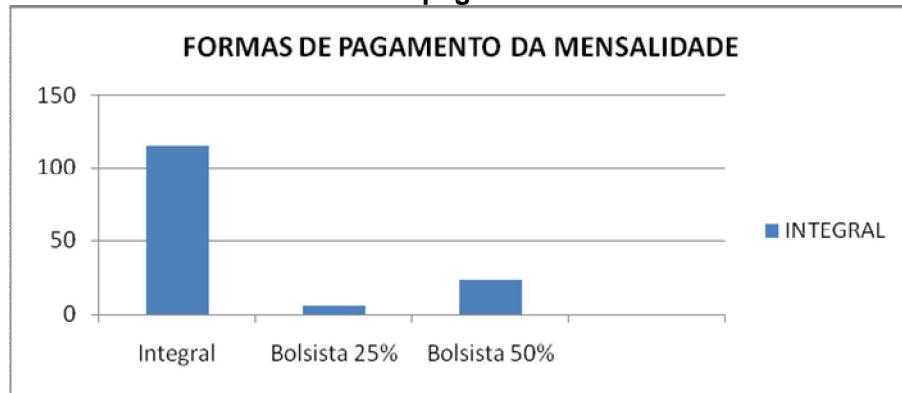
Tabela 21. Área dos cursos em que os estudantes participam

CURSO	Nº DE ESTUDANTES
Direitos Humanos	42
Finanças	13
Artes	08
Saúde	21
Educação	41
Engenharia	17
Jornalismo	02
Não respondeu	01

Fonte: Questionário respondido pelos estudantes no ano de 2014, em pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Desse quantitativo informado, 124 estudantes afirmaram realizar o curso na modalidade presencial, 17 na modalidade à distância e 04 estudantes não responderam ao que foi questionado. No que se refere à forma de pagamento de mensalidade, encontramos os seguintes dados:

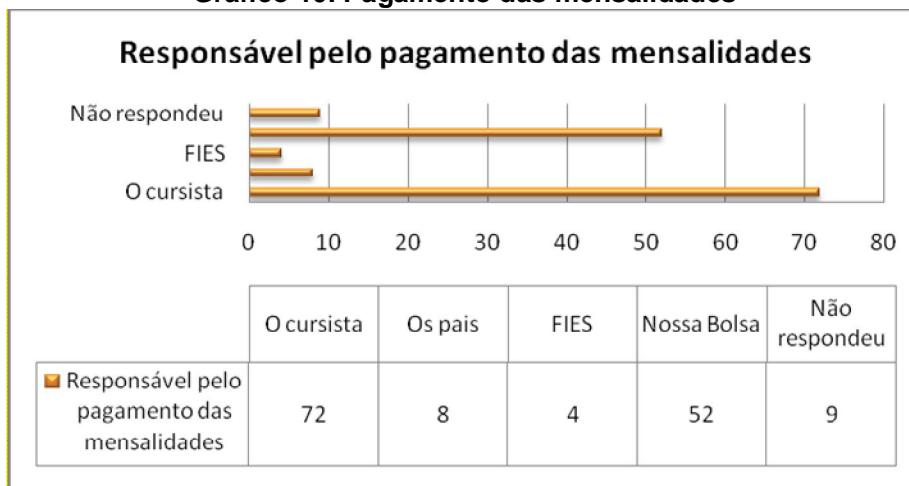
Gráfico 9. Formas de pagamento da mensalidade



Fonte: Questionário respondido pelos estudantes no ano de 2014, em pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Quanto ao responsável pelo pagamento da mensalidade, destacam-se os seguintes quantitativos.

Gráfico 10. Pagamento das mensalidades



Fonte: Questionário respondido pelos estudantes no ano de 2014, em pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta Municipal: Essa meta é de competência da União.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
12.1) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;	<p>No ano de 2014, foi solicitada por meio do PAR, a construção de um Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil com Sede no Distrito de Santa Isabel, uma vez que a Prefeitura possui um terreno nesta localidade e o disponibilizou para a construção.</p> <p>O Município conta com Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em espaço compartilhado com a EMEFM Mariano Ferreira de Nazareth. Oferta cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, licenciaturas em Filosofia, Pedagogia, Letras/Português, Informática, Física, Artes Visuais, Curso Tecnólogo em Analise e Desenvolvimento de Sistemas, Complementação Pedagógica em Matemática, Letras, Geografia e Ciências. Especialização em Gestão em Saúde, Gestão Pública, Novas Tecnologias no Ensino de Matemática, Planejamento, Implementação e Gestão em EAD, Programa de Educação de Jovens e Adultos e Informática na Educação. Aperfeiçoamento Dimensões da Humanização.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Articular, a partir da aprovação do plano, junto a União por meio do PAR, a construção de um Polo de Apoio Presencial da UAB em Domingos Martins para que o mesmo esteja pronto até o final do ano de 2018. 	
12.2) Ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;	<p>Embora o Polo da UAB de Domingos Martins oferte alguns cursos, há carência de professores nas áreas de Geografia, História, Matemática, Ciências, Biologia, Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras Modernas e Educação Física.</p> <p>Além disso, por se tratar de um Município campesino, há necessidade de oferta de cursos como engenharias voltadas para a área da agricultura, veterinária, meio ambiente, alimentos e curso superior em administração, turismo, entre outros.</p> <p>No entanto, para a ampliação dos cursos no âmbito do Polo da UAB de Domingos Martins, se faz necessária a construção de um espaço físico próprio.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Otimizar, a partir da aprovação do plano, a liberação de recursos com a União para a construção do polo de apoio presencial e/ou locação de espaço que atenda a proposta de expansão; Buscar parceria com as IES para a abertura de novos cursos após a construção do polo de apoio presencial; Estimular continuamente os alunos do Ensino Médio a ingressarem nos cursos de Ensino Superior da UAB e também nos cursos técnicos ofertados pelos IFES e Divulgar, a cada ano, junto aos alunos do Ensino Médio as instituições de Ensino Superior, localizadas próximas ao Município de Domingos Martins. 	
12.3) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos	O cumprimento desta meta depende da iniciativa da União.

<p>cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • As metas do Ensino Superior são de competência do Governo Federal
<p>12.4) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;</p>	
	<p>O Polo da UAB de Domingos Martins oferta Complementação Pedagógica em Ciências e Matemática. Quanto ao curso de Ciências Biológicas na modalidade à distância, o mesmo não foi oferecido por não dispor de laboratório.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar parceria com as IES para a abertura de novos cursos após a construção do polo de apoio presencial da UAB e
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a oferta de novos cursos pela UAB após a construção do polo de apoio presencial da UAB
<p>12.5) Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;</p>	<p>Segundo dados do Ministério da Educação, em 2014 o Município conta com 7.839 estudantes matriculados no Ensino Médio. (MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação).</p> <p>Grande parte desses estudantes que ingressa no Ensino Superior, e, residentes em Domingos Martins, frequenta cursos superiores na região da Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio e Venda Nova do Imigrante. No entanto, não temos dados de quantos estudantes são atendidos pelos programas de financiamento estudantil e da quantidade de cotistas cursando Ensino Superior.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar mapeamento anual junto às instituições que ofertam Ensino Médio, buscando obter a quantidade de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, que desejam ingressar no Ensino Superior de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico; Manter parcerias com Universidades (UAB) e IES²⁷ que ofertam EAD²⁸ a fim de oportunizar o acesso dos municípios em cursos de Ensino Superior e Divulgar e estimular o ingresso da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior. 	
12.6) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;	Meta de competência da União e do Estado.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Informar ao estudante do Ensino Médio acerca dos seus direitos e oportunidades de financiamento para ingressar no Ensino Superior.
12.7) Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;	O cumprimento da meta depende de iniciativa das Universidades e Institutos Federais de Educação, por meio de seus Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar os projetos de extensão em andamento e os que surgirão, implementando outros cursos de formação para auxiliares da Educação Infantil, Gestores Escolares, Secretários Escolares e cursos da área de serviço social e saúde.
12.8) Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;	<p>O cumprimento da meta depende de iniciativa das Universidades e Institutos Federais de Educação, por meio de seus Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC, em observância a Resolução 02/2002, que trata dos estágios obrigatórios e atividades complementares.</p> <p>O Município tem convênio com as IES para a oferta de estágios, porém a quantidade de estagiários contratados ainda é muito pequena.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar vagas para estágio remunerado e não remunerado de alunos estudantes das Instituições de Ensino Superior nas unidades de ensino.
12.9) Ampliar a participação proporcional de grupos	Os editais dos cursos ofertados no polo UAB de Domingos Martins preveem a inclusão dos grupos historicamente

²⁷ Instituições de Ensino Superior

²⁸ Educação a Distância

historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;	desfavorecidos.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
• Responsabilidade do Governo Federal.	
<p>12.10) Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
• Fiscalizar e acompanhar a construção do polo da UAB a fim de assegurar as condições de acessibilidade, na forma da legislação.	
12.11) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;	<p>Através do Projeto Interinstitucional da Secretaria Municipal de Educação e Esporte com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES tem-se desenvolvido estudos e pesquisas na Educação do Campo, na Educação Especial, Educação Infantil, Linguagens, Formação de Professores, Currículo e Cultura, entre outros.</p> <p>Na Rede Estadual, a produção científica é estimulada nos cursos de formação ofertados pelo Estado.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
• Manter a parceria com a UFES de modo a fomentar os estudos e pesquisas na área educacional por meio do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissional, até o final deste plano e	
• Fazer o levantamento anual a partir do ano de 2016 até o final da vigência deste plano, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento acerca das necessidades culturais, sociais, econômicas e históricas a serem pesquisadas e disponibilizar os espaços para a realização destas pesquisas.	
12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;	<p>Esta meta não é executada pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, mas realiza-se divulgação por meio de material impresso, por meio eletrônico de programas e cursos de graduação e pós-graduação.</p> <p>Na Rede Estadual de ensino que ofertam o Ensino Médio há o Programa Universidade para Todos, o Programa Nossa Bolsa e o Preparatório do ENEM.</p> <p>Esta estratégia não é de competência do Município.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
• Colaborar continuamente, com o Governo Federal na divulgação de programas e ações de incentivo a mobilização estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.	
12.13) Expandir atendimento específico às populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;	O Município de Domingos Martins tem a maioria de sua população vivendo no campo (67,90% - (Censo Demográfico do IBGE 2010). Possui um Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB que atende uma parcela muito pequena desta população, haja vista, que os editais são abertos a todos, não havendo diferenciação para esta clientela.

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Continuar ofertando o Programa de Formação Continuada em “Educação no Campo” para os Profissionais da Educação fortalecendo cotidianamente a valorização e a identidade do trabalhador rural, o conhecimento de seu território, de atividades sustentáveis e consequentemente do desenvolvimento local; Buscar, até o final do ano de 2016, parceria junto com a UFES por meio do Polo da UAB para nova oferta de cursos superiores e de especialização em Educação do Campo e ofertar estes cursos sempre que houver demanda e Divulgar os cursos de graduação em Educação do Campo ofertados pelas IES. 	
12.14) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;	<p>Conforme dados do Censo de 2013, dos professores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, 96,6% possuem Ensino Superior, desses, somente 11,4% possuem curso na área específica. No Ensino Médio o total de professores com curso Superior é de 100% e desses, 20,9% possuem formação específica na área de atuação.</p> <p>Formação específica nos anos Finais do Ensino Fundamental: Matemática – 12,5% e Ciências – 10,9%.</p> <p>Formação específica no Ensino Médio: Matemática - 60%; Biologia – 16,7%; Química – 25% e Física – 50%.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Fazer o mapeamento anual junto às instituições que ofertam Ensino Médio para verificar os interessados em ingressar em cursos de Ciências e Matemática e Buscar parceria, a partir de 2016, para a oferta de Cursos em Ciências e Matemática por meio da UAB ou demais instituições que oferem estes cursos. 	
12.15) Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;	A biblioteca do polo da UAB possui um pequeno acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade da pessoa com deficiência física.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Requerer junto a União, por meio do PAR, a ampliação do acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais do Polo da UAB para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. 	
12.16) Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;	O Município de Domingos Martins possui um Polo da UAB que segue determinações de seleção conforme estabelecidas pelos editais das Instituições Federais que ofertam cursos neste polo, contemplando outras formas de ingresso, como por exemplo, a nota do ENEM.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> As ações desta estratégia são de competência das IES. 	
12.17) Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;	As instituições que ofertam cursos no polo da Universidade Aberta do Brasil realizam editais internos de transferência de curso ou modalidade.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> As ações desta estratégia são de competência das IES. 	
12.18) Estimular a expansão e	O Município não possui Instituição de Ensino Superior, no

<p>reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica;</p>	<p>entanto, há um polo da UAB que necessita de uma sede própria. No ano de 2008, Domingos Martins, juntamente com os Municípios de Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina criaram um consórcio para aquisição de um terreno na localidade de Caramuru para a construção de um campus IFES para a oferta de cursos técnicos, superior e mestrado profissional que atenda a demanda destes Municípios.</p> <p>Em 2015, o IFES de Caramuru, localizado no Município de Santa Maria de Jetibá, iniciou as suas atividades ofertando os cursos de administração e técnico em informática.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • As ações desta estratégia são de competência da União.
<p>12.19) Reestruturar com ênfase na melhoria de prazos e qualidade da decisão, no prazo de 2 (dois) anos, os procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema federal de ensino;</p>	<p>O Município não possui instituição de Ensino Superior, mas sofre os efeitos da qualidade da formação inicial e das especializações ofertada pelas IES da iniciativa privada no mercado de trabalho.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • As ações desta estratégia são de competência da União.
<p>12.20) Ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos - PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação;</p>	<p>Os cursos oferecidos no âmbito da UAB são mantidos pelas Instituições Federais. No entanto, há uma grande quantidade de alunos que estudam em instituições privadas da Grande Vitória que são beneficiados pelo FIES.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • As ações desta estratégia são de competência da União.

12.21) Fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.	Os cursos da UAB vinculados a UFES utilizam, quando necessário, os laboratórios da Universidade Federal do Espírito Santo, no entanto, devido à distância e o custo de deslocamento, esta atividade é esporádica. O polo possui materiais para laboratórios de Artes Visuais e Física, porém, falta espaço físico para sua instalação.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • A partir da construção do Polo da Universidade Aberta, esta estratégia será contemplada. 	

6.5. MODALIDADES DE ENSINO

6.5.1. Educação de Jovens e Adultos

No Município de Domingos Martins a Educação de Jovens e Adultos, teve início em 1990, quando se verificou através de levantamentos estatísticos, o pequeno número de alunos matriculados no Ensino Regular, pois culturalmente, parte da população se preocupava apenas em concluir a 4^a série do Ensino Fundamental. Foi necessária, então, a realização de uma campanha envolvendo além da Secretaria de Educação, o Ministério Público, a Igreja Católica e Luterana, além da sociedade civil. O objetivo era oferecer à população que não teve oportunidade de estudar, o acesso à educação, para a formação de cidadãos ativos em sua comunidade.

A princípio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi implantada em convênio com o Centro de Estudos Supletivos de Vitória, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Os professores vinham da Capital, sempre aos sábados para tirar as dúvidas dos alunos e aplicar as avaliações.

Em 1995 foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação a autorização 47/94, que permitiu à municipalidade a oferta da EJA, através de módulos. A Secretaria Municipal de Educação e Esporte passou a aplicar as suas próprias avaliações e fornecer certificados. Para esse atendimento foi criada a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio de Domingos Martins, posteriormente estendida ao ensino regular.

Depois de consolidada na Sede do Município, a EJA passou a ser itinerante, percorrendo durante a semana os distritos de Parajú, Melgaço e Aracê. As sextas e sábados o atendimento voltava para a Sede. Essa medida foi tomada visando

facilitar o acesso a essa modalidade de ensino, dificultada pela distância, chuvas e estradas.

A princípio eram atendidos os alunos de 1^a a 4^a séries, com provas de nivelamento e 5^a a 8^a séries, através de módulos. A partir de 2000 a escola passou a oferecer o Ensino Médio que foi amparado durante este ano pela Resolução 275/2000. Em 2005 o Conselho Estadual de Educação aprovou o funcionamento da EJA Ensino Médio através da Resolução 1142/2005 com efeitos retroativos ao ano letivo de 2000.

No início do ano letivo de 2007, passou-se a ofertar a modalidade EJA na forma semipresencial, iniciando com uma turma de 15 alunos.

Nos anos de 2008 e 2009 foram criados polos de atendimento nos distritos de Aracê, Melgaço e Rio Ponte, coordenados pela EMEFM Mariano Ferreira de Nazareth, que ofertava esta modalidade na Sede.

Em 2014 iniciou-se o processo de transferência de responsabilidade da EJA, séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, do Município para o Governo Estadual, concluído em 2015. A partir de então, o Centro de Estudos de Educação de Jovens e Adultos de Vitória passou a coordená-la, mas utilizando as instalações cedidas pela municipalidade, que também disponibiliza a Auxiliar de Secretaria Escolar e a Auxiliar de Serviços Gerais.

Hoje o Município de Domingos Martins se responsabiliza pela oferta de Alfabetização, em parceria com os governos Estadual e Federal, com o Programa Brasil Alfabetizado, e séries iniciais do Ensino Fundamental com recursos próprios.

Tabela 22. Número de alunos matriculados na EJA

INSTITUIÇÕES ESFERA	NÚMERO DE ALUNOS 2015	
	EJA	
Escola de Ensino Fundamental e Médio	M	179

Escola de Ensino Fundamental e Médio	E	43
TOTAL GERAL		222

M- Municipal / E- Estadual

Meta 9 : Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta Municipal: Elevar em 3,79% a taxa de alfabetização de modo a atingir 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
9.1) Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;	<p>No ano de 2015 o Município possui 89,26% de sua população alfabetizada. Para atingir a meta de 93,5% da proposta no PNE ainda é necessário alfabetizar 3,79%.</p> <p>Conforme dados do Censo de 2010, o número de analfabetos em Domingos Martins era de 2658 pessoas, o que correspondia a 10,74%. Neste mesmo período a média de analfabetismo nacional era de 9,37%. Do total de analfabetos, 11,17% são do sexo masculino e 10,30% do sexo feminino.</p> <p>No que se refere a sua área de habitação, 3,70% estão no meio urbano e 13,06% estão no meio rural. Dados através de ações de programas como Alfabetização e um direito e Brasil Alfabetizado</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos;	<p>De acordo com o Censo SEDU/GEIA 2013 o Município possui 349 jovens e adultos defasados em idade-série no Ensino Fundamental e Médio, demanda para a EJA.</p> <p>Nesse sentido, o Município busca parcerias com o Estado visando ampliar a demanda de vagas para atender os jovens e adultos que ainda não tiveram acesso a escolarização na idade certa.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar uma mobilização em torno da importância da alfabetização entre os jovens e adultos, a partir da implantação deste plano; • Diagnosticar até o final do ano letivo de 2015 a demanda para reabertura das turmas de EJA no campo e

<ul style="list-style-type: none"> Capacitar os professores para atuar na EJA, através do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, a partir da vigência do Novo Currículo Municipal. 	
9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;	<ul style="list-style-type: none"> O Município oferta com recursos próprios, o atendimento pós-alfabetização para dar continuidade aos estudos iniciados através do Programa Brasil Alfabetizado.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Manter a oferta da EJA nas escolas em que já funciona esta modalidade e se houver um aumento na demanda verificar a possibilidade de abertura de novos polos de funcionamento, após levantamento de demanda que será realizada anualmente; Ofertar EJA nos distritos quando houver demanda. Realizar levantamentos continuamente, nas comunidades através das instituições religiosas, cooperativas ou associações a fim de detectar necessidade de ampliação do atendimento da EJA; Fazer parcerias com empresas e prefeitura a partir de 2016, para articular a alfabetização de seus funcionários e assegurar mais eficácia no cargo que desenvolvem e Criar programa de incentivo ao funcionário público municipal para o aumento de sua escolaridade, até o ano de 2017.
9.4) Criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;	O Município não foi convidado a aderir ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Buscar a adesão a programas nacionais de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.
9.5) Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;	As chamadas públicas acontecem a cada final e início de ano letivo, visando à busca de jovens e adultos para a retomada das atividades escolares e conta com a parceria das Secretarias Municipais de Saúde, de Assistência e Desenvolvimento Social, comunidades, diretores, professores e igrejas.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Criar grupos para discussão e definição de ações para mobilização e conscientização juntamente as instituições religiosas e lideranças locais, secretarias municipais, para fomentar o aumento dos atendimentos a Jovens e Adultos alfabetizados e atingir qualidade satisfatória ao atendimento dessa realidade, a partir da implantação do Novo Currículo Municipal.
9.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;	Quando procurado o Município aplica provas de nivelamento com o objetivo de encaminhar o jovem ou adulto para o nível de ensino correspondente.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Manter a oferta da EJA na Rede de Ensino Municipal; Realizar levantamentos anuais da quantidade de jovens e adultos que necessitam do programa de alfabetização; Realizar avaliação das experiências da Educação de Jovens e Adultos para referenciar o trabalho desenvolvido nas escolas e divulgá-los como maneira de atrair mais educandos; Atingir pelo menos 10% ao ano de jovens e adultos matriculados nas turmas de

<p>Alfabetização ofertadas pelo Município ou em parceria com o Governo Estadual, até o terceiro ano de vigência deste plano e</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar levantamentos anuais nas comunidades através das instituições religiosas, cooperativas ou associações a fim de detectar a necessidade de abertura de turmas de Alfabetização. 	
9.7) Executar ações de atendimento ao (à) estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;	<p>Os alunos da Educação de Jovens e Adultos são atendidos pelo Transporte Escolar municipal, bem como tem direito a alimentação. Em relação ao atendimento oftalmológico, essa articulação é feita diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p>No que diz respeito à alimentação e ao transporte, os alunos do Programa Brasil Alfabetizado não recebem esse benefício.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Realizar diagnóstico anualmente para conhecer as carências da EJA e elaborar, se necessário, programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde; Aderir ao programa nacional de atendimento oftalmológico com fornecimento de óculos e Criar programa municipal de acuidade visual até o quinto ano de vigência deste plano.
<p>9.8) Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;</p>	<p>O Município de Domingos Martins não possui sistema penitenciário ou delegacia que faça a reclusão de infratores.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Como não existe esta realidade no Município não há necessidade desta proposição
9.9) Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);	<p>O Município esta revisitando o documento curricular para atender as especificidades dessa modalidade.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Reelaborar o Projeto Político Pedagógico da EJA no prazo de um ano após a implementação do Novo Currículo Municipal para a Educação.
9.10) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta	<p>O Município de Domingos Martins não apresenta essa demanda específica.</p>

das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar no ano de 2016 um levantamento junto aos empregadores públicos e privados para averiguar se há esta demanda no Município; • Fazer parcerias com empresas e Prefeitura para articular a alfabetização de seus funcionários e assegurar mais eficácia no cargo que desenvolvem e • Criar programa de incentivo ao funcionário público municipal para o aumento de sua escolaridade, a partir do segundo ano de implantação deste plano.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
9.11) Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;	O Município de Domingos Martins não realiza esse atendimento, nem dispõe de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Universidades de capacitação tecnológica.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
9.12) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.	Existe a necessidade de elaboração e implementação por parte do Município de uma política de erradicação do analfabetismo para jovens, adultos e idosos. Quanto às atividades recreativas, culturais e esportivas existe um programa específico desenvolvido pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a oferta da alfabetização para idosos, respeitando suas especificidades e localização geográfica, a partir da constatação da demanda existente e • Propor parcerias, a partir da aprovação deste plano, com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para se aliar a EJA para idosos às atividades

<p>recreativas, culturais e esportivas, a partir da vigência deste plano.</p>	
<p>Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.</p>	
<p>Meta Municipal: Apoiar a Rede Estadual de Ensino, nas matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.</p>	
ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
10.1) Manter programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica;	A rede municipal de ensino possuía um programa próprio para a EJA até o ano de 2014, mas que não estava relacionado à Educação Profissional.
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar continuamente as ações da Rede Estadual para consolidar o programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica. 	
10.2) Expandir as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;	A Rede Municipal de ensino possuía um programa próprio para a EJA até o ano de 2014, mas que não estava relacionado à Educação Profissional.
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar, divulgar e incentivar a matrículas de jovens e adultos continuamente; • Criar, em parceria com as demais secretarias a partir de 2016, um programa de incentivo para a alfabetização dos servidores que ainda não são alfabetizados ou que desejam ampliar seus estudos para concluir os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (como por exemplo: liberá-lo às 15h para estudar num programa próprio de alfabetização) e • Apoiar e estabelecer parcerias com empresas para articular a alfabetização de seus funcionários e também dos servidores da municipalidade para assegurar mais eficácia na função que exercem. 	
10.3) Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de Educação a Distância;	<p>A Rede Municipal de ensino possuía um programa próprio para a EJA até o ano de 2014, mas que não estava relacionado à Educação Profissional.</p> <p>No entanto, quando a EJA era de responsabilidade do Município, as populações itinerantes eram atendidas sempre que buscavam atendimento.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar, sempre que necessário, os locais que oferecem a modalidade EJA considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de Educação 	

<p>à Distância;</p> <p>10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;</p>		<p>Os jovens e adultos com deficiência recebem atendimento educacional especializado, mas sem relação com o Ensino Profissionalizante.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS		
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar, sempre que necessário, a ampliação das oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional. 		
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS		
<p>10.5) Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;</p>		<p>A Rede física da escola que atende a EJA está adequada para atendimento desta demanda, porém, o ensino não é profissionalizante.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS		
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar continuamente acompanhamento para manutenção da rede física que atende a EJA de acordo com sua demanda e • Apoiar parcerias, a partir de 2016, para a implantação da EJA profissionalizante. 		
<p>10.6) Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;</p>		<p>As ações do Município estão voltadas apenas para a conclusão e certificação do Ensino Fundamental e Médio, não existindo ações que visem à formação profissionalizante e tecnológica.</p> <p>No entanto, a partir de 2014, iniciou-se um processo de revisão curricular, onde esta demanda será discutida.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS		
<ul style="list-style-type: none"> • Aderir aos programas federais e estaduais que contemplam esta meta; • Apoiar continuamente iniciativas que contemplam os eixos tecnológicos, culturais e cidadania nas escolas e • Apoiar continuamente as ações que visem Educação Profissionalizante na EJA. 		
<p>10.7) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das</p>		<p>Está ocorrendo um estudo para a reformulação do programa curricular da EJA, levando em consideração as especificidades da clientela.</p> <p>O material didático utilizado no Ensino Fundamental e Médio é fornecido pelo Governo Federal através do PNLD, porém, ainda não é articulada à Educação Profissional.</p>

redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;	
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os docentes que atuam na EJA, para participarem da reformulação do programa curricular para atender com qualidade esta modalidade de ensino e • Realizar, sempre que necessário, a reformulação do programa curricular da EJA, a fim de rever as especificidades da clientela e da diversidade regional.
10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;	Até o presente momento, o Município não desenvolve esta ação por não ter apoio e ou parcerias estabelecidas com entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos.
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar, sempre que houver demanda a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência.
10.9) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;	O Município ainda não contempla o aluno da EJA no que se refere às ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico.
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e aderir ao programa nacional de assistência ao estudante quando o mesmo for institucionalizado.
10.10) Orientar a expansão da oferta de Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes	Domingos Martins não possui sistema penitenciário ou delegacia que faça a reclusão de infratores para orientar a expansão da oferta de Educação de Jovens e Adultos.

nacionais em regime de colaboração;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Não há instituição que atende às pessoas privadas de liberdade no Município. 	<p>10.11) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.</p> <p>O Município iniciou um processo de revisão curricular, onde as especificidades do público da EJA deverão ser contempladas, no entanto, não existe a oferta de cursos técnicos. A oferta dessa modalidade se dá através do Ensino Médio da Rede Estadual.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio e • Realizar continuamente, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, um diagnóstico para verificar quais cursos poderão ser ofertados em nível de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio. 	

6.5.2. Educação Especial

A responsabilidade delegada aos Estados e Municípios em pensar políticas públicas assegurados em leis para assumirem processos inclusivos para pessoas com deficiências, nos possibilita dialogar enfocando o assunto como um exercício que vem se processando gradativamente.

Consolidar as políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva a partir de documentos legais também possibilita ao Município de Domingos Martins pensar a favor da construção de uma escola que defende uma educação para todos. Dialogando com alguns textos encontramos Mantoan (2002) que nos descreve esses espaços como

“[...] escolas inclusivas delas esperamos que definam uma educação que prime pela cidadania global, plena, livre de preconceitos. Isto é, escola que se dispõe a reconhecer as diferenças, a independência e a complementaridade entre as pessoas. A construção de uma escola que se diz responsável pelo processo educativo de todos seus alunos caracteriza-se por reconhecer e valorizar as diferenças que os educandos trazem para o cotidiano da sala de aula, bem como a heterogeneidade de turma e dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento.” Mantoan (2002,p.84)

Embassados na linha de raciocínio de Mantoan (2002), lideranças municipais e profissionais gestores da Secretaria Municipal de Educação e Esporte defendem e sinalizam para as instituições escolares a construção de uma política inclusiva.

A **Lei Orgânica de Domingos Martins de 1990**, em seu capítulo II, no art. 189 trata da necessidade de integração do aluno com deficiência e para tanto estabelece que a municipalidade esteja obrigada a garantir unidades escolares equipadas e aparelhadas para que se efetive tal ação.

O **Regimento Comum da Rede Municipal de Domingos Martins**, em seu capítulo VI, na seção I trata da Educação Especial, nos artigos 16, 17 e 18. Trata esta educação como modalidade de ensino, define quem são os alunos com necessidades educacionais especiais e destaca o processo de avaliação para identificação da necessidade que o aluno apresentar.

O documento **Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Domingos Martins**, em seu artigo 82, determina as competências da Coordenação da Educação Inclusiva, vinculada à Gerência Técnico - Pedagógica, dentro da Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Essas políticas impulsionam a participação e o desenvolvimento de eventos e formações que foram e são promovidos pelo MEC via Municípios polo; Conselho Estadual de Educação, Universidade Federal, além do próprio curso de pedagogia que ganhou novas disciplinas e especializações que surgiram mediante essa nova demanda. Também se encontrou fortalecimento nos Municípios vizinhos para a organização de encontros para debater a Educação Inclusiva. Este movimento foi iniciado em parceria com Santa Maria de Jetibá. Depois participaram Venda Nova do Imigrante e Marechal Floriano e por fim retornou-se ao formato inicial, quando foi elaborado um documento de orientação e composição da equipe da Educação Inclusiva, bem como suas responsabilidades. Esse setor foi denominado de Centro de Referência de Educação Inclusiva - CREI. Coube a cada Município discutir com os seus gestores a normatização do CREI.

O CREI tem por objetivo articular políticas públicas de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, nas escolas municipais, oferecendo subsídios aos

profissionais da educação e atendimentos aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse espaço favorece e possibilita romper com velhos paradigmas efetivando uma lógica contrária a exclusão. Nesse sentido se tem muito a fazer, conforme adverte Jesus (2008, in Vieira, p.224) que para esse desafio das escolas inclusivas tenha êxito:

É preciso acreditar que é [...] possível um trabalho concreto, com todos os alunos sem negar especificidades de alguns, a partir de um trabalho coletivo de colaboração crítica de toda escola. [...] conhecer funções, papéis, atitudes de cada espaço ocupado por todos envolvidos para que, de fato, possamos intervir pela via da formação do trabalho em colaboração.

Para garantir um atendimento significativo, mobilizador, no sentido de fazer esse movimento de inclusão, o que constitui maior preocupação é a formação inicial e continuada dos profissionais da educação para atendimento do público alvo da Educação Especial na perspectiva da Inclusão. Atualmente temos alunos e alunas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades matriculadas em 33 escolas, desde a Educação Infantil até o 9º ano. Em 32 unidades há professores para a realização do Atendimento Educacional Especializado. Além do professor também há a contratação de auxiliares, em 12 instituições, que acompanham o aluno ou aluna conforme suas necessidades físicas e psicológicas. Também este novo profissional que surge na escola carece de formação.

Ressalta-se que há um número significativo de professores com Especialização em Educação Inclusiva e que estes têm atuado no Atendimento Educacional Especializado. Porém quando se trata das especificidades como ensino de LIBRAS, ensino de Braille, ensino da Comunicação Alternativa e outros percebe-se a grande barreira da ausência de profissionais com as respectivas formações.

Para dar conta da multiplicidade que cerca o cotidiano da prática educativa se requer pensarmos em uma organização escolar que conte com a cooperação e o trabalho em equipe, com vistas à reflexão e reconstrução do espaço educacional. (2004, p.04).

Entende-se que por meio dos processos de formação é possível desencadear movimentos de colaboração entre os profissionais, que resultarão em ações mais positivas e que possibilitarão, de fato, a construção, a aprendizagem, “o vir a ser” para esses alunos e alunas.

Em relação à acessibilidade das escolas: o Município possui em torno de 50% construções, ampliações e reformas contemplando as normas de acessibilidade. Quando se recebe as Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, há uma exigência do Ministério da Educação que haja na escola um espaço disponível para a instalação do material. Hoje são 18 SRM. Em 02 escolas há espaços específicos. Em 05 escolas, os gestores conseguiram adaptar outros espaços que não estavam em uso, especialmente salas de aula e a própria sala do diretor ou pedagogo. E em 11 escolas as salas estão em espaços totalmente improvisados, que geralmente sofrem interferência durante o atendimento ao aluno. As obras novas, de reforma e ampliação precisam contemplar estes espaços físicos destinados à instalação das Salas de Recursos Multifuncionais.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta Municipal: Garantir a continuidade do processo de universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ampliar o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
4.1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos	<p>Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, estão matriculados nas Redes Municipal, Estadual e Privada de ensino e recebem o atendimento educacional especializado - AEE na própria escola pública. O atendimento realizado em algumas escolas acontece no contraturno e em outras no mesmo turno.</p> <p>Nas APAE's e PESTALOZI há alunos que recebem o atendimento educacional especializado e clínico.</p>

termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar o atendimento educacional especializado, complementar e suplementar, no contraturno para que seja garantida uma segunda matrícula do aluno na unidade escolar e/ou instituição especializada, a fim de garantir o repasse do FUNDEB; Pensar em ações para garantir gradativamente o atendimento no contraturno aos alunos do AEE, a partir do início do ano letivo de 2016, e atender 100% da demanda até o final de 2025, conforme a necessidade; Garantir Alimentação e Transporte para os alunos do AEE que permanecerem no contraturno na escola; Manter o trabalho colaborativo no mesmo turno em que o aluno frequenta a sala de aula do Ensino Regular e Aumentar de acordo com a necessidade, os recursos financeiros via União ou em parceria com a Prefeitura para garantir o atendimento dos alunos com necessidades especiais no contraturno no que se refere à alimentação incluindo almoço, ao transporte garantindo que estes possam retornar às suas casas em tempos diferentes dos demais alunos da escola do ensino regular, recursos humanos para acompanhá-los durante o almoço até o horário de estudo e outras ações que se fizerem necessárias para a garantia desse atendimento a partir de 2016.
4.2) Promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;	<p>O Município já realiza o atendimento escolar às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sendo destas, Cegueira: 00 Baixa Visão: 06 Surdez: 01 Deficiência auditiva: 04 Surdocegueira: 00 Deficiência intelectual: 65 Deficiência Física: 15 Deficiência Multipla: 11 Transtorno global do desenvolvimento: 09 Altas habilidades/ superdotação: 42</p> <p style="text-align: center;">DADOS ESTATÍSTICOS DE NASCIMENTOS DO ANO DE:</p> <p>2009 – 426 nascidos vivos - (deste total, 6 nasceram com anomalia congênita)</p> <p>2010 – 425 nascidos vivos (deste total, 5 nasceram com anomalia congênita)</p> <p>2011 – 411 nascidos vivos - (deste total, 6 nasceram com anomalia congênita)</p> <p>2012 - 399 - nascidos vivos - (deste total, 0 nasceram com anomalia congênita)</p> <p>2013 - 489- (deste total, 3 nasceram com anomalia congênita)</p>
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar recursos junto à união a partir da aprovação deste PME, para garantir e manter a universalização do atendimento de crianças de 0 a 3 anos nos CMEI's envolvendo atendimento especializado, recursos humanos especializados, transporte, entre outros.
4.3) Implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades	<p>A Rede Municipal de ensino conta com dezoito salas de recursos multifuncionais em funcionamento e dez salas em fase de adesão. A Rede Estadual tem 04 salas, sendo uma em cada instituição de ensino. Todas as salas são disponibilizadas pela SECADI/ MEC</p> <p>A SECEDU oferece formação continuada em Educação Inclusiva desde o ano de 2006. Também temos participado de formações ofertadas pela Secretaria Estadual de Educação – SEDU e</p>

<p>quilombolas;</p>	<p>Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Alguns professores realizaram Especialização latu-sensu em Atendimento Educacional Especializado através da Plataforma Freire e também em instituições privadas. O Município ainda não possui professores habilitados por área de deficiência.</p> <p>A Rede Estadual oferta formação continuada para seus profissionais por meio da Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>4.4) Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;</p>	<p>Conforme a demanda das escolas em relação à matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, foram abertas vagas e realizado processo seletivo para a contratação de professores e auxiliares para o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o atendimento com profissionais com formação específica para o AEE • Fazer o levantamento das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de todo o Município a partir da 	

²⁹Plano de Ações Articuladas

³⁰ Universidade Aberta do Brasil

<p>aprovação do PME e continuamente por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde e Instituição Especializada, encaminhando a demanda para a SECEDU;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir o atendimento educacional especializado consecutivamente conforme a necessidade e especialidade e • Estabelecer, a partir do ano de 2016, parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para agilizar o atendimento aos alunos do AEE da rede municipal junto aos órgãos de saúde. 	
<p>4.5) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da Educação Básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p>	<p>Atualmente a Secretaria Municipal de Educação e Esporte possui um Centro de Referência da Educação Inclusiva (CREI) e dispõe de um psicólogo, uma fonoaudióloga, uma professora especialista em deficiência visual e uma pedagoga com especialização em Educação Inclusiva. Por meio deste centro, são realizadas formações continuadas com professores e auxiliares que atuam no AEE, bem como acompanhamentos às escolas e às famílias.</p> <p>O CREI no seu texto de criação prevê outros profissionais da área da saúde e da assistência social para complementar o trabalho da equipe com o propósito de contribuir para o desenvolvimento integral do público alvo da Educação Especial/Inclusiva.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir no CREI professores gestores especializados nas áreas das deficiências citadas a seguir: Deficiência Intelectual, Deficiência Mental, Deficiência Visual, Deficiência Auditiva e Altas Habilidades – Superdotação a partir do ano de 2016; • Fortalecer a partir da aprovação deste PME, as parcerias com a Saúde e a Assistência e Desenvolvimento Social para atendimento clínico e social e • Fomentar parcerias, a partir de 2016, com o Centro de Atendimento ao Surdo (CAS), Centro de Atendimento Pedagógico ao Cego (CAP), Núcleo de Altas Habilidades e Superdotação (NAHS) e instituições que atendam alunos com deficiência intelectual para a oferta de formação continuada nas áreas específicas. 	
<p>4.6) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;</p>	<p>Os alunos com deficiência utilizam o Transporte Escolar, que é comum a todos. Durante o ano de 2008, o Município recebeu livros didáticos em BRAILLE.</p> <p>As escolas construídas e reformadas a partir de 2003 estão em conformidade com a lei de acessibilidade.</p> <p>Para os alunos com baixa visão há um trabalho de adaptação do material didático: ampliação e utilização de materiais adequados.</p> <p>No que se refere ao trabalho com alunos com altas habilidades ou superdotação existe um trabalho com esse público na Rede Estadual.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar parceria com a UAB para a oferta de cursos na área de AEE • Adquirir Materiais adequados e Adaptados para os Deficientes Visuais e Auditivos conforme demanda, por meio de Programas Federais ou Recursos Próprios; • Manter a comunicação permanente com o Centro de Atendimento ao Surdo (CAS), Centro 	

<p>de Atendimento Pedagógico ao Cego (CAP), Núcleo de Altas Habilidades e Superdotação (NAHS) e as instituições que atendem alunos com deficiência visual, auditiva, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferecer formação continuada na área de Altas Habilidades e Superdotação para professores da rede pública via Núcleo de Altas Habilidades e Superdotação (NAHS) ou em parceria com Instituições de Ensino Superior, a partir de 2016; • Identificar os alunos com Altas Habilidades e Superdotação a partir da aprovação do Plano e iniciar esse atendimento a partir de 2016; • Adquirir transporte adaptado de acordo com a necessidade a partir da aprovação do PME com recurso próprio e em parceria com o Estado; • Observar e exigir em caso de transportes terceirizados que a empresa seja responsável pela oferta do transporte adequado; • Fiscalizar continuamente a utilização do transporte adaptado pela gerência de transporte da SECEDU juntamente à equipe de Educação Inclusiva; • Ofertar passe, a partir de 2016, livre para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, bem como para o seu acompanhante para efetivar o seu atendimento, quando houver necessidade, em parceria com empresas privadas ou recursos próprios; • Incentivar a pesquisa, aquisição e produção de tecnologias assistiva, a partir de 2016; • Dotar a partir de 2016, em parceria com o Estado e a União, as bibliotecas escolares e públicas de acervo literário Falado, Ampliado e em BRAILLE; • Implementar e universalizar o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos, seus familiares e para comunidade escolar a partir da aprovação do PME até 2018; • Garantir a continuidade das construções e reformas respeitando a lei de acessibilidade, sempre que houver necessidade; • Incluir nas Diretrizes do Plano Diretor Municipal que todas as edificações respeitem a Lei de Acessibilidade; • Fiscalizar o cumprimento dessa Lei por meio do grupo de acompanhamento e avaliação do PME; • Adequar as salas de aula, a partir de 2016, de acordo com o número de alunos por sala, observando o que estabelece a legislação vigente (Regimento Municipal); • Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos em Educação Especial e • Manter um banco de dados atualizados da Educação Especial, anualmente, via Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação de Domingos Martins. 	<p>4.7) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;</p> <p>Em 2015, o Município possui 2 alunos com baixa visão, 1 aluno surdo e 1 com deficiência auditiva que possui uma prótese auditiva. Para os alunos com baixa visão, há o professor do AEE responsável pela adaptação de materiais didáticos.</p> <p>O Município não dispõe de professores para atendimento dos alunos Surdos e Cegos.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de Materiais Adequados e Adaptados para os Deficientes Visuais e Auditivos, por meio de recursos Estaduais, Federais ou próprios, sempre que necessário; • Manter a comunicação permanente com o Centro de Atendimento ao Surdo (CAS), Centro 	

<p>de Atendimento Pedagógico ao Cego (CAP) e</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ofertar e manter a formação de professores em Braille e Libras a partir da aprovação do PME. 	<p>4.8) Garantir a oferta de Educação Inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;</p> <p>Os alunos estão matriculados e frequentando a rede regular de ensino.</p> <p>A SECEDU disponibiliza professores e auxiliares para atender os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e esse trabalho configura-se em ação colaborativa no mesmo turno, o que permite uma boa articulação com os professores da sala comum.</p> <p>A equipe do Centro de Referência em Educação Inclusiva (CREI/SECEDU) formada por fonoaudióloga, professora, pedagoga e psicólogo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanha os trabalhos das escolas por meio de visitas e formações continuadas, orientando e dialogando com os profissionais e familiares. • Faz a intermediação entre as escolas e a SECEDU para prover de recursos humanos e materiais. • Faz a intermediação com outros segmentos sociais: ação social, saúde, conselho tutelar, instituições especializadas, ministério público e outros que se fizerem necessário. • Participa de formações promovidas por Universidades, Município Polo, que discutem os processos de educação inclusiva.
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar um Fórum anual de discussões entre todos os segmentos que atendem ao aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação a partir da aprovação do PME; • Garantir que junto à Coordenação de Educação Inclusiva tenha profissionais com formação específica nas áreas das deficiências: Mental, Visual, auditiva, Física e Altas habilidades/Superdotação; • Garantir junto à equipe do CREI o profissional fonoaudiólogo e • Garantir que o setor responsável pela Educação Especial seja representado legalmente junto ao Conselho Municipal de Educação e Conselho do FUNDEB, para que juntos acompanhem o trabalho desenvolvido em relação às políticas públicas de atendimento ao aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e Altas Habilidades - Superdotação. 	<p>4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com</p> <p>É realizado um trabalho pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SECMAS) em parceria com a SECEDU para aplicação de questionários afim de recolhimento de dados do BPC- Benefício de Prestação Continuada na Escola. Identifica-se a necessidade de fortalecer os vínculos entre as secretarias acima mencionadas.</p> <p>No que se refere aos beneficiários dos demais programas de transferência de renda, atualmente a Secretaria Municipal de Educação e Esporte dispõe de um profissional que faz o acompanhamento e o monitoramento, junto a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Além desta interlocução recebe-se apoio dos órgãos de proteção à infância que auxiliam no monitoramento destas crianças, adolescentes e jovens.</p> <p>Quando identificadas situações de discriminação, preconceito e</p>

	<p>vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;</p> <p>violência no ambiente escolar, as unidades de ensino, apesar das dificuldades no que se refere ao tempo de execução e também a disponibilidade de recursos financeiros, realizam projetos de intervenção e palestras com temas direcionados a esta problemática visando superar os problemas encontrados no ambiente escolar. Em casos em que estes projetos não surtem o efeito esperado, a escola e a Secretaria de Educação fazem contato com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude objetivando a busca de outras ações que possam auxiliar a minimizar esta problemática.</p> <p>A equipe de Educação Especial e as escolas têm o compromisso e o desejo de garantir o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, mas, na prática ainda há muito por fazer.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar ações, a partir da aprovação do Plano, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para discutir sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola e • Criar, implementar e desenvolver metodologias de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem desse público via SECEDU, CREI e Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Professores, a partir de 2016.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>4.10) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p>	<p>No momento, o Município não dispõe de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias e materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, pois, carece de profissionais especializados na área das novas tecnologias. No entanto, vale ressaltar que possui materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva nas salas de recursos multifuncionais.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar, a partir da aprovação do plano, junto ao Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, pesquisas e produções voltadas para o desenvolvimento de metodologias materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, a partir da aprovação do PME; • Ofertar formação na área das tecnologias e recursos didáticos a partir da aprovação do plano em parceria com as instituições do Ensino Superior nos próximos 3 anos de vigência do Plano.
<p>4.11) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram</p>	<p>Ainda não há no Município um diálogo intersetorial para a realização de pesquisas interdisciplinares que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.</p>

medidas de atendimento especializado.	<p align="center">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar, a partir da aprovação do plano, junto ao Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para a formulação de políticas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais do público alvo; • Organizar um planejamento estratégico a partir da aprovação do plano, no qual contemple a implementação do trabalho integrado entre as diferentes secretarias e instituições e • Intensificar um diálogo intersetorial envolvendo todas as secretarias periodicamente e por meio do fórum anual.
4.12) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;	Identifica-se uma necessidade urgente de articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida, uma vez que esta articulação ainda não acontece em Domingos Martins.
4.13) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;	<p align="center">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar um levantamento a nível municipal para identificar as pessoas com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória até o final de 2015; • Implementar em parceria com o Estado a Educação de Jovens e Adultos, o atendimento diurno para essa população, a partir de 2016; • Garantir a esse público, a partir de 2016, o acesso à educação independente da logística residencial, considerando que muitas dessas pessoas moram na zona rural, onde não é possível formar turmas com o quantitativo de alunos estabelecido por lei e • Efetivar esse atendimento com professores itinerantes nos próximos dois anos. <p>Quanto à ampliação das equipes de profissionais que atuam diretamente no processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, esta tem se dado de maneira gradativa conforme a demanda de alunos.</p> <p>Identifica-se a necessidade de profissionais formados nas especificidades do público-alvo da Educação Especial/Inclusiva.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Ofertar, a partir de 2016, formação nas áreas específicas da deficiência, (Braille,Libras e Comunicação Alternativa) a partir da aprovação do PME com recursos próprios e em parceria com instituições de Ensino Superior e com o Centro de Atendimento ao Surdo (CAS), Centro de Atendimento Pedagógico ao Cego (CAP), Núcleo de Altas Habilidades e Superdotação (NAHS) e Garantir, sempre que ofertados, o acesso da formação continuada por meio do Centro de Pesquisa e Formação de Professores de Domingos Martins Esporte e UAB³¹ dos cursos ofertados pelo MEC. 	
4.14) Definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	<p>O Município, não dispõe de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.</p> <p>Encontra-se em fase de discussão e sistematização do Documento Curricular Municipal que aponta para a necessidade de elaboração desses indicadores.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar junto ao Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. 	
4.15) Promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;	<p>Atualmente o Município não dispõe de um setor específico que trata dos dados estatísticos e demográficos de Domingos Martins. As informações de que dispomos, encontram-se em banco de dados estaduais e federais - que nem sempre estão atualizados. Há a necessidade da criação deste setor em âmbito municipal.</p> <p>.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar, a partir de 2016, junto ao Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. 	
4.16) Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	<p>O Município sente a necessidade de implementação dessa proposição no que se refere à formação inicial e pós-graduação. Esta deliberação não compete à municipalidade.</p> <p>No que se refere à formação continuada, a SECEDU tem investido e garantido a discussão e implementação de estudos dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.</p>

³¹ Universidade Aberta do Brasil

<p>aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • O Município deve fomentar essa estratégia junto a UAB e Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município que em parceria com as instituições de Ensino Superior devem alavancar essa iniciativa. <p>4.17) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;</p>	<p>Para a APAE de Domingos Martins, a contrapartida se efetiva com Transporte Escolar e com recursos humanos (servente e pedagogo).</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Manter as parcerias existentes; • Promover encontros semestrais entre as instituições envolvidas com recursos específicos destinados a Educação Especial para estudo e deliberação sobre alunos público alvo e • Promover o diálogo por meio do fórum anual. <p>4.18) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;</p>	<p>No Município, identificamos a necessidade de ampliar as parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, conveniadas com o Poder Público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover encontros semestrais entre as instituições envolvidas para encaminhamentos de ações no que se refere à formação continuada e produção de material didático acessível e • Promover o diálogo por meio do fórum anual. <p>4.19) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.</p>	<p>O Município tem mantido o compromisso, a todo tempo, de inserir a instituição especializada nos processos de discussões e estudos, inclusive, na elaboração do documento curricular com vistas à inclusão.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

- Promover, a partir da aprovação deste PME, espaços de participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo e a instituição especializada envolvendo-os nos processos de discussões e estudos, inclusive, na elaboração do documento curricular com vistas à inclusão e demais documentos normativos da educação.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta Municipal: Essa meta é competência da União.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;	<p>O Município já viabiliza a oferta da Educação de Jovens e Adultos no sentido de ampliar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos.</p> <p>Buscando promover a permanência do aluno no campo, a municipalidade oferta formação de professores tendo como temática a Educação do Campo, visando valorizar as ações campesinas e instigar a sua identificação e permanência na escola.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
8.2) Implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;	<p>O Município aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado para oferecer a modalidade de alfabetização dos jovens, adultos e idosos, bem como a oferta do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio a população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar continuamente ações de incentivo nas comunidades para ingresso na EJA para a população em distorção idade-série ou fora da escola; • Oportunizar sempre que necessário acesso e permanência de todos os jovens e adultos independente do local onde residem ou do número de alunos daquela localidade; • Viabilizar esse atendimento, que pode ocorrer por meio do professor itinerante e • Garantir recursos financeiros próprios ou em parceria com a esfera estadual e da União para realizar Formação continuada para os professores que atuam esta modalidade de ensino.

<p>8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;</p>	<p>Os alunos da Educação de Jovens e Adultos são encaminhados para exames de certificação de Ensino Fundamental e Médio, tais como: ENEM e exames ofertados pela Secretaria Estadual de Educação e ENCEEJA que certifica a conclusão do Ensino Fundamental e Médio.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer condições logísticas de acesso aos interessados em participar dos exames nacionais e estaduais de Certificação da Conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio. 	
<p>8.4) Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;</p>	<p>No Município esses cursos são ofertados esporadicamente por meio dos sindicatos, SEBRAE e Associação Comercial.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar continuamente a iniciativa dos setores indicados para fortalecer a oferta de cursos profissionalizantes para os municípios e • Apoiar a instalação de escolas profissionalizantes particulares no Município de modo que haja incentivo à profissionalização. 	
<p>8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;</p>	<p>Visando estimular a ampliação do atendimento desses estudantes de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos na rede pública regular de ensino a Secretaria Municipal de Educação e Esporte conta com a parceria dos agentes de saúde/comunitários, as igrejas, as associações comunitárias, os líderes de comunidades na identificação, busca e orientação ao retorno à escolaridade.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar junto à comunidade e aos órgãos competentes uma avaliação da evasão escolar planejando ações locais para atendimento desses estudantes por meio da SECEDU e das instituições de ensino. 	
<p>8.6) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.</p>	<p>Essa busca ativa já acontece em parceria com os agentes de saúde/comunitários, as igrejas, as associações comunitárias, os líderes de comunidades na identificação, busca e orientação ao retorno à escolaridade.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

- Orientar, a partir da aprovação do plano, as lideranças das comunidades e segmentos sociais quanto à importância da educação como inclusão e integração social a fim de sensibilizá-los a ajudar na tarefa de identificar e encaminhar os jovens que se encontram a margem da educação.

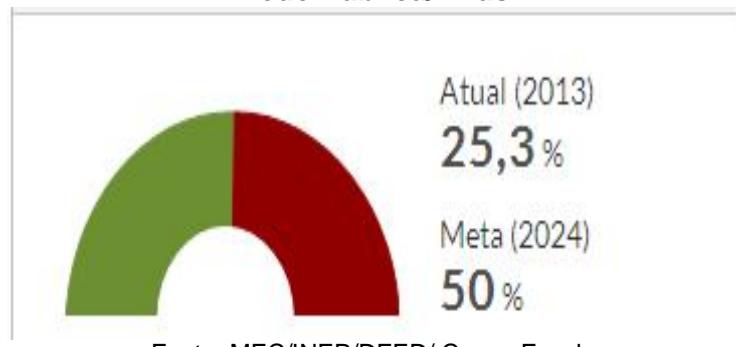
6.5.3. Educação Profissional

Existem políticas públicas voltadas para o estímulo do ingresso no Ensino Profissionalizante. As matrículas na Educação Profissional registradas nos últimos anos demonstram que há interesse, principalmente por parte dos jovens, em ingressar em cursos que os habilitem para o exercício de uma profissão em curto prazo. No entanto, observa-se que apesar da oferta dessa modalidade de ensino, a escola e o mundo do trabalho carecem de sintonia.

As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional. Além disso, a amarra das disciplinas obrigatórias sobrecarrega o Ensino Médio profissionalizante, pois o aluno é obrigado a cumprir não apenas as disciplinas relacionadas ao curso como também toda a carga do Ensino Médio regular.

De acordo com os dados do gráfico abaixo o Brasil ainda registra um percentual baixo de matrículas. A proposta do governo é duplicar essas matrículas até o ano de 2014, período do PNE.

Gráfico11 . Matrícula na Educação Profissional Técnica-Rede Pública/ Brasil



Na Rede Estadual do Município o maior número de matrículas encontra-se registrado nos anos de 2011 e 2012. Em 2013 houve um decréscimo de 48,20%.

Tabela 23. Matrículas de Educação Profissional Técnica de nível médio na rede estadual

Ano	Total
2007	73
2008	75
2009	68
2010	54
2011	183
2012	139
2013	67

Fonte: MEC/INEP/DEED

<p>Meta 11: Triplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.</p> <p>Meta Municipal: Apoiar a Rede Estadual de ensino na triplicação das matrículas da Educação Profissional técnica de Nível Médio.</p>					
<p>ESTRATEGIA DO PNE</p> <p>11.1) Expandir as matrículas de Educação Profissional técnica de Nível Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional;</p>	<p>REALIDADE DO MUNICIPIO</p> <p>No ano de 2010 os Municípios de Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina estabeleceram um consórcio para a construção do IFES (Caramuru) que tem por finalidade a oferta de cursos voltados para as áreas agrícolas, avicultura, ambiental, entre outros. Além disso, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB e nas escolas estaduais são ofertados cursos técnicos nas diversas áreas.</p>				
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Divulgar nos veículos de comunicação da Prefeitura Municipal, a oferta dos cursos no IFES Caramuru e nas demais instituições de ensino. 					
<p>11.2) Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de Nível Médio nas redes públicas estaduais de ensino;</p>	<p>A Educação Profissional é ofertada pelas Escolas Estaduais.</p> <table border="1"> <tr> <td>EEEFM Ponto do Alto</td> <td>2011 – Agronegócio 2012 – 2013 – 2014- 2015 -</td> </tr> <tr> <td>EEEFM Gisela Salloker Fayet</td> <td>2011 – Agronegócio 2012 – Não houve formação de turmas.</td> </tr> </table>	EEEFM Ponto do Alto	2011 – Agronegócio 2012 – 2013 – 2014- 2015 -	EEEFM Gisela Salloker Fayet	2011 – Agronegócio 2012 – Não houve formação de turmas.
EEEFM Ponto do Alto	2011 – Agronegócio 2012 – 2013 – 2014- 2015 -				
EEEFM Gisela Salloker Fayet	2011 – Agronegócio 2012 – Não houve formação de turmas.				

		2013 – Administração 2014- 2015 -		
	EEEFM Teófilo Paulino	2007 – Curso Técnico de Turismo (4 turmas) 2011 – Contabilidade e Informática (2 turmas cada) 2012 – Recursos Humanos (3 turmas) 2013 – Administração (2 turmas) – São ofertados até o momento. 2014 – Pós-Médio – Recursos Humanos e Administração 2015 – Não houve a formação de novas turmas		
	EEEFM Melgaço	Não houve e não há oferta.		
	EEEEFM Pedreiras			
		Vale ressaltar que há uma grande procura de cursos na área da Saúde. No entanto, há dificuldade de oferta pela falta de recursos específicos e laboratórios para a sua realização.		
		Na EEEFM Melgaço ainda não há oferta de curso técnico pelo fato de ser uma escola nova que deu início às suas atividades no ano de 2013.		
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS				
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar nos veículos de comunicação da Prefeitura Municipal, a oferta dos cursos da Rede Estadual de ensino e • Articular entre a SEDU e a SECEDU, informações acerca dos cursos técnicos de Nível Médio ofertados nas Escolas Estaduais. 				
11.3) Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de Nível Médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;	Em Domingos Martins não há oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância.			
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS				
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar, a partir de 2016, junto ao MEC e a SEDU, parcerias para a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância neste Município e • Apoiar, a Educação Profissional técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância, quando esta ocorrer. 				
11.4) Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do	<p>O estágio na Educação Profissional técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular tem sido um empecilho na realização de alguns cursos pelo fato de muitas empresas não abrirem espaço para a sua realização.</p> <p>Muitas não possuem conhecimento da importância deste estágio para a formação profissional e por vezes não dispõem de</p>			

<p>aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;</p>	<p>profissionais que possam acompanhar o estagiário dando-lhe o devido suporte.</p> <p>Para suprir esta carência, a escola desenvolve projetos no qual os alunos criam empresas fictícias visando simular o estágio.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Formar a partir de 2016, parceria com as Escolas Estaduais para o reconhecimento da importância do estágio obrigatório para a formação do aluno e crescimento econômico do Município de acordo com os cursos ofertados. 	
<p>11.5) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;</p>	<p>No Município de Domingos Martins não há oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em Nível Técnico.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar as ações das esferas estadual e federal apesar da proposição não ser de responsabilidade do Município. 	
<p>11.6) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;</p>	<p>No ano de 2014 o PRONATEC em parceria com a Associação Comercial de Domingos Martins, ofertou curso de Artesão em Pintura em Tecido formando um total de 27 alunos.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Oportunizar contrapartida, sempre que possível, a fim de ampliar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade e de acordo com a oferta de cursos; 	
<p>11.7) Expandir a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecida em instituições privadas de educação superior;</p>	<p>No Município de Domingos Martins não há instituições privadas de Educação Superior que ofertem Educação Profissional Técnica de Nível Médio</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar, quando houver, a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecida em instituições privadas de Educação Superior. 	
<p>11.8) Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;</p>	<p>Não existe, na Rede Estadual, um sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar, dentro das possibilidades do Município, as proposições das esferas Estadual e Federal. 	
<p>11.9) Expandir o atendimento</p>	<p>Das escolas estaduais existentes no Município de Domingos</p>

do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;	Martins, a EEM Melgaço está localizada na zona rural, mas não oferta Ensino Médio integrado à formação profissional.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as ações de atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e • Buscar parcerias com o Estado para oferta de Transporte Escolar ao IFES (Caramuru);
11.10) Expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;	Nas Escolas Estaduais que ofertam Educação Profissional Técnica de Nível Médio, houve demanda de pessoas com deficiência e foram atendidas em suas especificidades com a oferta de recursos conforme a sua necessidade.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar continuamente, ações de expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
11.11) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte);	<p>No ano de 2008 os Municípios de Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina estabeleceram um consórcio para a construção do IFES (Caramuru) que tem por finalidade a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No entanto, no ano de 2015 o mesmo está funcionando apenas com 2 turmas.</p> <p>Além disso, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB são oferecidos Cursos Técnicos nas diversas áreas.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar nos veículos de comunicação da Prefeitura Municipal, a oferta dos cursos do IFES e de outras instituições.
11.12) Elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Percebe-se uma grande evasão nestes cursos pelo fato de os mesmos não terem direito a Transporte Escolar gratuito. Além disso, em sua maioria, são alunos que estão inseridos no mercado de trabalho e necessitam de auxílio financeiro para permanecerem estudando.	Não há no Município programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Percebe-se uma grande evasão nestes cursos pelo fato de os mesmos não terem direito a Transporte Escolar gratuito. Além disso, em sua maioria, são alunos que estão inseridos no mercado de trabalho e necessitam de auxílio financeiro para permanecerem estudando.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar, dentro das possibilidades do Município, as proposições das esferas Estadual e Federal.
11.13) Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a	O acesso a Educação Profissional de Ensino Técnico de Nível Médio não é realizado por meio de políticas afirmativas na forma da lei visando à redução das desigualdades étnico-raciais e regionais.

adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar formações continuadas ofertadas pelo Estado, visando reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e • Buscar parceria com a Rede Estadual, para oferta de formações continuadas.
11.14) Estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores	<p>No ano de 2008 os Municípios de Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina estabeleceram um consórcio para a construção do IFES (Caramuru).</p> <p>A criação deste Instituto nesta localidade tinha por finalidade ofertar cursos voltados para a área de avicultura, suinocultura, informática e cursos voltados para áreas ambientais. No entanto, no ano de 2015 o mesmo está funcionando apenas com 2 turmas na área de administração que não estava previsto no projeto inicial.</p>
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar e apoiar via UAB e IFES (Caramuru), cursos voltados para a necessidade do mercado de trabalho da região.

7. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

7.1. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

A melhoria da qualidade da educação está relacionada diretamente com a formação dos professores, porém, nos anos 80, o acesso às faculdades não era comum, pois, a oferta de cursos superiores era precária e em muitos casos os professores ainda não possuíam a formação mínima para atuar nas Séries Iniciais.

Durante muito tempo a Sede era provida de pessoas com formação adequada, mas não possuía escolas suficientes para os mesmos atuarem, forçando-os a assumirem escolas no interior do Município. No entanto, muitos professores não se adaptavam ao novo ambiente ou até mesmo a comunidade ao professor, forçando assim, trocas constantes que traziam prejuízos à continuidade e à qualidade do ensino. Vale ressaltar que além das dificuldades relacionadas à distância e o acesso às comunidades, ainda havia as peculiaridades da língua, como no caso das comunidades pomeranas em que ocorria um verdadeiro choque cultural entre professores e alunos pelo fato de ambos possuírem

costumes e linguagem diferentes. Muitas vezes todos esses fatores associados contribuíam para o insucesso do processo ensino-aprendizagem.

Como forma de minimizar o problema, foi criado o HAPRONT (Habilitação dos Professores não Titulares) que tinha como objetivo formar professores das localidades interioranas para que assim ocorresse uma maior solidificação educacional nas comunidades.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino na Educação Básica, por meio da formação inicial do professor em sua área de atuação, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte em parceria com o MEC, através da Pró-licenciatura, ofertou vagas para cursos de licenciatura, na modalidade à distância, nas áreas onde ocorre maior carência de profissionais graduados. Esse estudo toma como ponto de partida a ação do professor na escola em que desenvolve seu trabalho, de forma que sua experiência do dia-a-dia sirva de instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica.

Observa-se que em Domingos Martins, o ingresso no Ensino Superior tornou-se mais acessível com a difusão das instituições públicas e privadas, seja na modalidade presencial ou à distância (EAD). Hoje o Município possui um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferece gratuitamente cursos em parceria com a UFES, IFES e UFF, porém, ainda não atende a demanda de formação inicial dos profissionais da educação.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta Municipal: Articular e fomentar parcerias junto a UAB, UFES, IFES e IES públicas e privadas para estimular o ingresso dos profissionais da Educação do Município, de modo a atingir 15% (quinze por cento) de mestres e 5% (cinco por cento) de doutores na Educação de Domingos Martins até o final da vigência deste plano.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
13.1) Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;	O Município possui um polo da UAB e a mesma realiza a avaliação da Educação Superior conforme determinado pela União. O polo de apoio presencial tem sua estrutura avaliada regularmente pela DED/CAPES. O Conceito do Polo UAB em Domingos Martins é AA, ou seja, Apto a oferta de novos cursos.

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Esta estratégia é de responsabilidade da União. 	
13.2) Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação;	O Município possui um polo da UAB e os cursos ofertados são avaliados pela MEC/CAPES, bem como os estudantes participam regularmente dos ciclos de avaliação- ENADE conforme determinado pela União.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Esta estratégia é de responsabilidade da União. 	
13.3) Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;	No Polo da UAB de Domingos Martins, são realizadas avaliações periódicas dos cursos ofertados. O Processo de Autoavaliação Institucional é realizado online.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Esta estratégia é de responsabilidade de cada IES. 	
13.4) Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;	<p>Por meio do polo da UAB em Domingos Martins são ofertados cursos de Pedagogia e outras licenciaturas, no entanto, o que se percebe é que a maioria das ementas propostas contempla muita teoria e pouca prática, não preparando os profissionais adequadamente para a sua atuação profissional.</p> <p>Percebe-se que os cursos de pedagogia e outras licenciaturas são ofertados de forma aligeirada por algumas instituições privadas, não garantindo a qualidade destes cursos e comprometendo a qualidade da educação municipal.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Instituir, até o final de 2016, uma comissão de supervisão/análise dos títulos apresentados nos processos seletivos, a partir do Conselho Municipal de Educação, para monitorar a qualidade da oferta dos cursos de pedagogia e outras licenciaturas a fim de encaminhar ao Ministério Público irregularidades na oferta de alguns cursos. 	
13.5) Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem,	O Município não possui instituição de Ensino Superior que oferta pós-graduação <i>stricto sensu</i> e o número de profissionais que estão cursando esta modalidade de ensino ainda é reduzido e em sua maioria é realizado na UFES e IFES, cujo acesso ainda é

<p>efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p>	<p>muito limitado em decorrência da quantidade de vagas ofertadas e também a forma como este curso é oferecido.</p> <p>No entanto, os estudantes de mestrado do ano de 2015, estão realizando as suas pesquisas a partir da realidade do Município.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Identificar os profissionais de Domingos Martins que estão cursando pós-graduação <i>stricto sensu</i> e organizar fóruns bienais, por meio do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município, para o compartilhamento, divulgação e possível aproveitamento das pesquisas. <p>13.6) Substituir o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação;</p>	<p>O Município possui um polo da UAB e o mesmo realiza o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE conforme determinado pela União Ver com Cida</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> A realização desta estratégia é de competência da União. <p>13.7) Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;</p>	<p>O município não possui instituição de ensino superior, no entanto, participou de consórcio intermunicipal com os municípios de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá construção do Instituto de Ensino Superior – IFES em Caramuru.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> A realização desta estratégia é de competência da União. <p>13.8) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou</p>	<p>O Município possui apenas um Polo de apoio presencial da UAB.</p>

superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Garantir que o Município cumpra com a sua responsabilidade na Educação Básica conforme determinado na legislação vigente, contribuindo para a melhoria da qualidade na educação superior. 	
13.9) Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior.	O Município possui apenas um Polo de apoio presencial da UAB.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> A realização desta estratégia é de competência da União 	

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta Municipal: Articular e fomentar parcerias junto a UAB, UFES, IFES e IES públicas e privadas para estimular o ingresso dos profissionais da Educação do Município, de modo a atingir 15% (quinze por cento) de mestres e 5% (cinco por cento) de doutores na Educação de Domingos Martins até o final da vigência deste plano.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
14.1) Expandir o financiamento da pós-graduação <i>stricto sensu</i> por meio das agências oficiais de fomento;	O cumprimento desta meta depende de iniciativa da união.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> A realização desta estratégia é de competência da União. 	
14.2) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa;	O cumprimento desta meta depende de iniciativa da união.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> A realização desta estratégia é de competência da União. 	
14.3) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação <i>stricto sensu</i> ;	O cumprimento desta meta depende de iniciativa da união.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> A realização desta estratégia é de competência da União. 	
14.4) Expandir a oferta de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;	<p>O Município possui cerca de 737 professores com curso superior.</p> <p>O número reduzido de profissionais que ingressam nos cursos de <i>stricto-sensu</i> ocorre em decorrência da pouca oferta de vagas pela Universidade Federal e pelo fato de os cursos ofertados nas Universidades particulares serem inacessíveis financeiramente para a maioria dos profissionais da Educação.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	

<ul style="list-style-type: none"> Articular e fomentar parcerias junto a UAB, UFES, IFES e IES públicas e privadas para possibilitar o ingresso dos profissionais da Educação e outros, nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>. 	
<p>14.5) Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;</p>	<p>Em Domingos Martins há um número reduzido de profissionais que concluíram especialização <i>strictu sensu</i>. Hoje temos poucos mestres e doutores.</p> <p>No ES apenas a UFES e o IFES e ofertam mestrado e doutorado de forma gratuita. Além destas, há outras instituições privadas que ofertam mestrado e doutorado.</p> <p>Vale ressaltar que o ingresso na UFES e IFES é dificultado pela modalidade de oferta, no qual os profissionais precisariam abrir mão de seus cargos para se dedicar aos estudos, uma vez que a bolsa ofertada não é suficiente para arcar com as despesas de transporte, alimentação, entre outros.</p> <p>Atualmente o Município tem liberado os profissionais da Educação, que cursam mestrado, de forma remunerada apenas nos últimos 6 meses do curso. Além disso, o Plano de Cargos e Salários do Magistério pouco valoriza financeiramente e não estimula os estudos para o mestrado e doutorado.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar, em parceria com a União, a implementação de ações para ofertar programas de mestrado e doutorado para as populações do campo até o final da vigência deste plano; Rever os planos de cargos e salários em relação ao percentual de aumento a fim de valorizar e estimular os estudos; Criar até o final do primeiro semestre de 2016, uma comissão para rever a lei Municipal 2137/08 – Estatuto dos Servidores do Magistério, especificamente o capítulo V a fim de garantir a liberação remunerada dos profissionais efetivos para cursar pós-graduação <i>stricto sensu</i>, nos cursos de mestrado e doutorado para os quais estiverem inscritos.
<p>14.6) Ampliar a oferta de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;</p>	<p>Em Domingos Martins não há nenhuma instituição de Ensino Superior que oferte curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em doutorado.</p> <p>As únicas instituições públicas que ofertam este curso de forma gratuita são a UFES e o IFES (somente para funcionários da instituição). Vale ressaltar que o ingresso nestas instituições é dificultado pela modalidade de oferta.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar e incentivar o ingresso dos profissionais nos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em doutorado, partir da alteração do artigo 41, da LEI COMPLEMENTAR N° 4/2007 do Estatuto dos Servidores Municipais do Estatuto dos Servidores Municipais no que se refere à dispensa dos profissionais efetivos para o estudo em curso de mestrado e doutorado em conformidade com a LBD, recomendado pela CAPES, desde que não infrinja as normativas da Lei 101/2000 (Lei de responsabilidade Fiscal).
<p>14.7) Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;</p>	<p>Em Domingos Martins, a única instituição que oferta cursos de pós-graduação é a UAB. A biblioteca deste polo possui um pequeno acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e pós-graduação, assegurada a acessibilidade da pessoa com deficiência física.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Requerer junto a União, por meio do PAR, a ampliação do acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais do Polo da UAB para os cursos de graduação e pós-graduação, assegurando a acessibilidade às pessoas com deficiência. 	
14.8) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;	Em Domingos Martins, a única instituição de Ensino Superior existente é a UAB. No entanto, a mesma não oferta nenhum curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Esta estratégia é de competência da União. No entanto, quando houver oferta de vagas, o Município poderá incentivar o ingresso das mulheres nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências. 	
14.9) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;	<p>O Município de Domingos Martins não possui nenhum grupo de pesquisa organizado, mas estimula os profissionais a registrarem as suas práticas por meio da formação continuada.</p> <p>Os estudantes do Município aderem aos Programas e grupos de pesquisa das IES que ofertam os cursos no Polo UAB.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Intensificar a parceria com as IES para possibilitar o ingresso dos profissionais nos grupos de pesquisa destas instituições e A partir do ingresso e da criação dos grupos de pesquisa, em parceria com a UFES e o IFES, viabilizar, por meio do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município, a participação dos profissionais da educação conforme a sua área de atuação e conforme os dias de planejamento previstos. 	
14.10) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;	Esta estratégia é de competência da União
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> As ações desta estratégia são de competência da União 	
14.11) Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;	Esta estratégia é de competência da União
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> As ações desta estratégia são de competência da União, 	
14.12) Ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;	Esta estratégia é de competência da União
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> As ações desta estratégia são de competência da União 	
14.13) Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a	Esta estratégia é de competência da União

competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • As ações desta estratégia são de competência da União 	
14.14) Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;	Esta estratégia é de competência da União
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • As ações desta estratégia são de competência da União 	
14.15) Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.	Esta estratégia é de competência da União
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • As ações desta estratégia são de competência da União 	

7.2. CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA, APOIO PEDAGÓGICO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

Visando aperfeiçoar ainda mais o trabalho educacional, no ano de 2008 foi criado no Município de Domingos Martins, por meio da lei municipal Nº 2.102, de 03 de julho de 2008, o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação. No que se refere a sua função, temos a seguinte especificação:

Art. 1º Fica criado o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, doravante denominado "Centro Pedagógico" que se caracteriza como um espaço público de pesquisa educacional, onde serão planejados, encaminhados, desenvolvidos e avaliados projetos educacionais de formação inicial e/ou continuada por uma equipe de especialistas na área da educação, em atendimento ao que prevê Constituição Federal em seu Art. 214 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 70.

Com a criação do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município consolidou-se a política de valorização

dos profissionais do magistério, implementando a formação em serviço. A partir da sua criação, foi possível pesquisar a realidade local, divulgar os trabalhos produzidos pelas escolas de modo que o professor sinta-se valorizado e estimulado a escrever as suas experiências didáticas e também aperfeiçoar a sua prática. A partir da criação do Centro de Pesquisa a UAB passa a ser parceira conforme o artigo 3º:

PARÁGRAFO ÚNICO. O Polo Municipal de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil, selecionado pelo Edital de Seleção UAB nº 01/2005, de 16 de dezembro de 2005 – SEED/MEC, publicado no DOU de 20 de dezembro de 2006 e firmado pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 51/2006 MEC/SEED e o Município de Domingos Martins – ES, em 30 de junho de 2006, que por meio da articulação com as Instituições Públicas de Ensino Superior tem como objetivo proporcionar e desenvolver a formação inicial e continuada de profissionais, nas diversas áreas de formação, fica vinculado ao Centro de pesquisa, Apoio Pedagógico e formação de profissionais da Educação, pelo qual articula e desenvolve as atividades de formação profissional conforme legislação pertinente.

No ano de 2009, iniciaram-se os trabalhos de formação com a contratação de uma coordenadora e também de uma pesquisadora. Estas duas pessoas reuniram-se com a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Esporte no intuito de identificar as demandas de formação daquele ano. Assim, optou-se em organizar uma formação com foco no Ensino de nove anos, uma formação com os professores do PROEPO, com os que atuavam na Educação Especial e outra com os profissionais dos Anos Finais. Até então, a organização das formações da SECEDU era feita em formato de palestras, sem que o professor fosse envolvido na reflexão acerca do que estava sendo debatido. Foi nesse intuito que a coordenadora e a pesquisadora do Centro de Pesquisa foram até a UFES, a fim de identificar possíveis palestrantes. Foi feita uma proposta ao Professor Dr. Erineu Foerste para a realização de palestras, ele então viu na sugestão das temáticas a possibilidade de transformá-las em um curso de extensão com certificação emitida pela Universidade.

Assim, no ano de 2009, para facilitar as discussões, o Município foi divido em três regiões (Aracê, Sede e Paraju) sendo que em cada uma deveria haver um palestrante e um rodízio das temáticas. Neste ano, as formações foram realizadas à noite e somente com os professores dos Anos Finais. O tema trabalhado foi: **Currículo Identidade e Cultura** com os seguintes módulos de debate: **O**

Conceito de Educação do Campo realizado pelo Professor Dr. Erineu Foerste, **Espaços e Territórios** realizada pela Professora Dr. Marisa Teresinha Valladares e **Paradigmas e Pesquisa em Educação do Campo** feita pelo Professor Dr. Rogério Calliari.

Ao final de 2009, foi realizado um seminário de encerramento e na ocasião, os professores sinalizaram que a temática era muito importante para ficar restrita apenas aos Anos Finais e deveria ser estendida aos professores dos Anos Iniciais, Educação Infantil e também aos diretores e pedagogos. Além disso, disseram que seria muito importante haver apostilas para que as leituras pudessem realizadas e aprofundarem-se na temática da Educação do Campo.

Assim, mediante avaliação junto com a equipe da SECEDU, no ano de 2010, a Educação do Campo passou a ser o tema de estudo da formação de toda a rede. A partir de então, o Município foi dividido em cinco regiões de estudo, sendo elas: Sede EMEF's, Sede CMEI's, Paraju, Aracê e Melgaço. Além disso, neste ano, foram criados perfis diferenciados dentro da formação. Criou-se a função de **Professor Formador** que seria o Professor contratado da Universidade para desenvolver este trabalho de formação, o **Professor Mediador**, que eram professores que possuíam perfil de formadores e que se identificavam com a Educação do Campo e o **Professor Cursista** que era o Professor da Rede que participaria da formação com o envio de atividades e a leitura dos materiais.

Diante do novo formato, e mediante contato com os professores, percebemos que ainda havia a necessidade de aprofundar a discussão acerca dos conceitos da Educação do Campo e por este motivo o tema Currículo, Identidade e Cultura novamente foi o tema central de discussão no ano de 2010, estando subdividido pelas seguintes temáticas:

- **Educação do Campo e Território** (Módulo I) - coordenado pela Prof. Mestre – Josimara Pezin;
- **Cenários da Escola do Campo** (Módulo II) coordenado pela Prof. Dr. Janinha Gerke de Jesus;
- **Dimensões Inter/Transdisciplinares na Formação do Educador (a)** (Módulo III) coordenado pela Prof. Dr. Graça Lobino.

Ao final deste ano, a atividade final foi a escrita de um artigo que posteriormente foi agrupado e transformado no livro: *Práticas Pedagógicas da Educação do Campo*, publicado pela EDUFES no ano de 2012.

A finalização dos trabalhos ocorreu com a realização de um seminário do Hotel Eco da Floresta que foi organizado de forma que o professor pudesse participar ativamente e não ser meramente um expectador. Para tanto, o tema discutido deveria ser apresentado nas seguintes categorias: fotografia, teatro, música e vídeo. Com este formato tivemos a participação ativa dos professores que sentiram-se coautores deste processo de produção do conhecimento.

Ainda durante o ano de 2010, incentivou-se os professores a realizarem inscrições no III Congresso Internacional Cotidiano – diálogos, sobre diálogos, organizado pela Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro. Os dois trabalhos enviados foram selecionados para apresentação em formato de pôster. Esta foi a primeira vez na história da Educação do Município que um grupo de professores apresentou um artigo em um seminário nacional.

No ano de 2011, deu-se continuidade ao formato do ano anterior. Os documentos produzidos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Cadernos SECAD/MEC nº 01) enfatizam os estudos relativos à sustentabilidade e a diversidade como essenciais a Educação do Campo, visto que preconizam novas relações entre as pessoas e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política bem como equidade de gênero e as relações étnico- raciais.

Mediante a avaliação realizada junto aos professores, optou-se em ter como temática o **Projeto Político Pedagógico: Inclusão, Interculturalidade, Interdisciplinaridade e Campesinato**. Para uma melhor reflexão, dividimos a temática central em três módulos de estudo, sendo eles:

- **Projeto Político Pedagógico:** coordenado pela ProfªMs. Maria Hermínia Passamai;
- **Educação Especial:** coordenada pela Profª. Drª. Mariangela Lima de Almeida;
- **Interculturalidade:** coordenada pela Profª. Drª. Marisa Teresinha Valladares.

O objetivo destes módulos era analisar o PPP das escolas, a partir das discussões acerca das temáticas: Inclusão, Interculturalidade e Diversidade no

Campo e desenvolver projetos teórico-práticos, de forma interdisciplinar a partir da realidade na qual cada escola está inserida.

Em 2012, após avaliação junto aos professores da rede, optou-se em estudar as Práticas Pedagógicas na Educação do Campo, com o objetivo de desenvolver estudos a partir das práticas pedagógicas dos professores campesinos. Esse ano, ao contrário dos anteriores, optou-se em trabalhar com apenas um professor formador e também em estudar o livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire.

A partir dos estudos, os professores realizaram um diagnóstico e elaboraram projetos que relacionavam a teoria x prática x teoria. Cada escola elaborou o seu mediante as suas especificidades e necessidades, pensaram em ações que partissem da realidade dos educandos e de problemáticas da comunidade, a partir de um diagnóstico junto às famílias.

No ano de 2013, o Município de Domingos Martins, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Esporte aderiu ao Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Este Programa Federal tem por objetivo assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Diante do surgimento deste programa e da necessidade em trabalhar-se a questão da linguagem com toda a rede, no ano de 2013, a SECEDU optou em trabalhar a formação continuada com foco em Educação do Campo a partir da linguagem, tendo como tema: Educação do Campo: Ensino com Pesquisa.

Para a melhor compreensão dos processos da linguagem, optou-se pela leitura de alguns capítulos do livro: **Cultura, Dialética e Hegemonia: Pesquisas em Educação de organização** dos professores Bernd Fichtner, Erineu Foerste, Gerda Margit Schütz Foerste e Marcelo Lima. Como atividade os professores elaboraram um plano de estudo com base em um diagnóstico realizado junto às famílias e aos alunos.

No ano de 2014, a formação continuada teve por objetivo revisitar a proposta pedagógica desta Secretaria no que se refere à Educação Infantil, aos Anos Iniciais e aos Anos Finais do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ideia é a construção de um Novo Documento Curricular com a

participação de todos os professores do Município e será concluído em 2015 para ser executado na Rede Municipal de educação a partir de 2016.

Vale ressaltar que a importância deste documento está em estabelecer um alicerce teórico-metodológico, a partir da elaboração de um referencial que atenda às especificidades do cotidiano escolar levando em consideração o território no qual as escolas estão inseridas, tendo como premissa a construção com os sujeitos e não para os sujeitos. Participam da formação aproximadamente 500 professores que atuam em 23 escolas multisseriadas, 8CMEI's e 18 EMEF's.

7.3. EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para pensar o campo brasileiro com sua diversidade é necessário retomar historicamente os fatos e compreender como ao longo dos anos a relação foi se instituindo. Com isso é necessário perceber qual educação está sendo oferecida no meio rural e qual a concepção de educação está presente.

Este tema foi acentuado com a discussão e aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394 de dezembro de 1996), que propõe em seu Artigo 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade. Tais proposições foram intensificadas com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, disposta sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

A partir do ano de 1995, Domingos Martins iniciou alguns estudos e trabalhos na área de Educação Rural. O debate sobre a Educação Rural no Município começou efetivamente no Subnúcleo Regional de Educação, órgão ligado a Secretaria de Estado da Educação, chefiado pela Professora e Doutora em Educação Karen Currie. Na época, foram realizados vários encontros e seminários locais e também intermunicipais, com a participação de professores e lideranças ligadas ao campo para tratar do tema.

No período de 1995 a 1997 foi realizado um trabalho de formação continuada na área de Educação Rural, junto a todos os professores do Município com a finalidade de orientar esses profissionais nos trabalhos educativos na prática, tendo como foco essa especificidade.

Dessa atividade surgiu o livro “Meio Ambiente e Interdisciplinaridade na Prática” tendo como autora a professora Karen Currie e as colaboradoras Ângela Maria Côco, Cleuza Maria Hehr e Sônia Maria Bassani. Esse livro contempla o tema gerador “Meio Ambiente” e os subtemas estudados com os professores os quais foram desenvolvidos na prática com os alunos.

Até hoje os professores dos anos iniciais utilizam esse livro, que já está na sua 9^a edição, como norteador dos trabalhos em sala de aula. O trabalho realizado na época em torno da temática da Educação Rural deixou marcas positivas para a educação municipal e abriu horizontes para que a partir de 2005 a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, na época coordenada pela Secretaria Municipal de Educação Gerlinde Merklein Weber retomasse essa temática agora concebida como Educação do Campo, juntamente com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) objetivando estudos para aprofundamento da temática junto aos profissionais da educação da Rede Municipal e posteriormente implementá-la como política educacional no Município.

Mediante diagnóstico realizado em Domingos Martins, no ano de 2009, percebeu-se a necessidade de repensar o Currículo no Município na perspectiva da Educação do Campo. Na época a pasta da secretaria era ocupada pela professora Adenilde Stein Silva. A partir de então, iniciaram-se ações que se solidificaram a partir da oferta da especialização em Educação do Campo pela Universidade Federal do Espírito Santo, através da UAB. Neste mesmo ano, a municipalidade expandiu esses conhecimentos aos professores da Rede Municipal de Ensino.

Como a temática da Educação do Campo ainda é nova, inicialmente, gerou resistência, principalmente por parte das escolas que não se identificavam como escolas do Campo. Entretanto,

[...] as escolas do campo são aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas com o campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas. Essas últimas são assim consideradas porque atendem a populações de Municípios cuja produção econômica social e cultural está majoritariamente vinculada ao campo (BRASIL, 2007, p. 14)

Sob a égide dessa retrospectiva, trazemos a lume, dados referentes à formação de professores nas esferas nacional, estadual e municipal, por níveis de ensino, visando ilustrar a realidade de Domingos Martins frente às demais esferas.

Tabela 24. Formação de Professores-Nível Superior

PROFESSORES COM CURSO SUPERIOR – 2013			
NÍVEIS DE EDUCAÇÃO	BRASIL	ESPÍRITO SANTO	DOMINGOS MARTINS
Educação Básica	1.405.696 – 65,4%	38.525 – 38,52%	321 – 84,3%
Educação Infantil	284.894 – 60%	9.833 – 85,7%	102 – 77,3%
Ensino Fundamental	1.085.277 – 77%	24.666 – 91,8%	232 – 81,1%
Ensino Médio	472.450 – 92,7%	8.846 – 97,2%	82 – 95,3%
PROFESSORES COM LICENCIATURA NA ÁREA EM QUE ATUAM			
Anos Finais	444.127 – 32,8%	6.462 – 29,4%	51 – 11,4%
Ensino Médio	296.597 – 48,3%	3.415 – 36,1%	19 – 20,9%

Fonte: Mec/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Corroborando ao exposto anteriormente, elenca-se abaixo o percentual de professores que possuem curso superior por área de formação nas redes municipal e estadual³². Veja:

Tabela 25. Formação de professores por área de conhecimento

PROFESSORES QUE POSSUIAM CURSO SUPERIOR E LICENCIATURA NA ÁREA EM QUE ATUAVAM EM 2013, NAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM DOMINGOS MARTINS.

³²Os dados referentes a escola privada não foram identificados porque no ano de 2013, a escola não ofertou os anos finais do Ensino Fundamental.

ÁREAS	ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS			ENSINO MÉDIO		
	Total	Curso Superior	Licenciatura na Área	Total	Curso Superior	Licenciatura na Área
Português	72	70 - 97,2%	9 – 12,5%	11	11- 100%	2 – 18,2%
Matemática	72	71 – 98,6%	9 – 12,5%	10	10 – 100%	6 – 60%
História	63	62 – 98,4%	9 – 14,3%	9	9 – 100%	3 – 33,3%
Geografia	63	60 – 95,2%	6 – 9,5%	9	9 – 100%	2 – 22,2%
Ciências	64	62 – 96,9%	7 – 10,9%	_____	_____	_____
Filosofia	01	01 – 100%	0 – 0,0%	9	9 – 100%	0 – 0,0%
Ed. Física	44	41 – 93,2%	7 – 15,9%	5	5 -100%	0 - 0,0%
Artes	44	41 – 93,2%	1 – 2,3%	8	8 – 100%	0 – 0,0%
L. Estrang.	24	23 – 95,8%	3 – 12,5%	10	10 – 100%	0 – 0,0%
Química	_____	_____	_____	8	8 – 100%	2 – 25%
Física	_____	_____	_____	6	6 – 100%	3 – 50%
Biologia	_____	_____	_____	6	6 – 100%	1 – 16,7%

Fonte: Mec/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta Municipal: garantir que a partir do ano de 2016 o ingresso dos profissionais que atuam com os anos iniciais na rede municipal de educação seja realizado preferencialmente por professores e professoras da educação básica que possuam formação específica de nível superior, e a partir de 2020 todos os profissionais que atuam com os anos iniciais na rede municipal de educação seja efetivado apenas por professores e professoras da educação básica que possuam formação específica de nível superior. E gradativamente, nos anos finais do ensino fundamental, que possuam formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam conforme a política nacional de formação.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
15.1) Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os participes;	A maioria dos professores que atuam na Educação Infantil 77,3% e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 81,1%, possui Ensino Superior. Nos anos finais o Município possui apenas 11,4% de professores habilitados na área em que atua. (Mec/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação - 2013).
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar anualmente, por meio da gerência administrativa, um diagnóstico das áreas do 	

<p>conhecimento que ainda não possuem profissionais qualificados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar os indicadores das áreas do conhecimento que ainda não possuem profissionais qualificados para a UAB a fim de viabilizar a oferta destes cursos no polo; • Divulgar os cursos que são ofertados pelas IES junto aos profissionais da educação e • Garantir, gradativamente, que a partir de 2016, os profissionais que atuarem com os anos finais do Ensino Fundamental possuam licenciatura na sua área de atuação, de modo que até o final da vigência deste plano, pelo menos 90% dos profissionais tenham formação adequada. 	
15.2) Consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica;	A maioria dos profissionais da Educação de Domingos Martins opta por cursos na modalidade à distância ou semipresencial. Estes cursos, em sua maioria possuem valores mais acessíveis, não necessitando fazer financiamentos. Ainda percebe-se que maioria dos profissionais da Educação tem optado em fazer cursos a distância pelo fato de poderem conciliar o trabalho com os estudos.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • A partir da consolidação do financiamento estudantil aos matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Município incentivará os profissionais da educação a ingressarem nestes cursos de licenciatura.
15.3) Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica;	O Município não possui um programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica. No entanto, recebe estagiários de pedagogia nas unidades de ensino.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar os gestores escolares para que realizem o monitoramento e a avaliação do Programa de Estágio.
15.4) Consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;	<p>O Município incentiva os professores a inscreverem-se nos cursos ofertados pela Plataforma Freire do MEC, entretanto, ainda há pouca efetivação do seu funcionamento e nem todos os profissionais conseguem ser atendidos em suas demandas.</p> <p>A referida plataforma reiniciou-se em 2014, por meio do FEPAD que tem incentivado os Municípios a fazerem a adesão aos cursos.</p> <p>No entanto, os cursos ofertados no ano de 2014, não foram atrativos aos profissionais em decorrência do seu formato e também em relação aos locais em que estes cursos foram realizados.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar continuamente e acompanhar a oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada, junto aos profissionais da educação e incentivá-los a participar; • Solicitar, continuamente, via UAB à oferta de cursos de interesse e necessidade dos profissionais da educação do Município a fim de facilitar a sua execução; • Buscar, a partir de 2016, via SEDU parceria para a oferta de cursos de interesse e

<p>necessidade dos profissionais da educação do Município, por meio de plataforma eletrônica, a fim de facilitar a execução da formação inicial e continuada dos docentes.</p>	
15.5) Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a Educação Especial;	<p>O Município de Domingos Martins não possui particularidades culturais de grupos indígenas e quilombolas.</p> <p>A nossa realidade contempla as culturas pomerana, alemã, italiana e afro-brasileira.</p> <p>Quanto à cultura pomerana é desenvolvido o PROEPO³³ para os professores que atuam em comunidades desta etnia. Desde 2012, foram implantadas aulas de língua alemã, italiana e pomerana da pré-escola ao 5º ano do Ensino Fundamental. Porem há carência de profissionais habilitados para atuar com as línguas.</p> <p>Sobre a educação Étnico-racial com foco na cultura afro-brasileira, ocorrem discussões na formação continuada.</p> <p>Em virtude da organização territorial em pequenas propriedades rurais e predominância da agricultura familiar, o Município tem desenvolvido desde 2007 uma formação continuada para os profissionais da educação, tendo como foco a Educação do Campo.</p> <p>Em relação à Educação Especial, há um programa de formação específica desde o ano de 2005 para os profissionais que atuam nesta área.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
15.6) Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base	<ul style="list-style-type: none"> Continuar com a oferta do programa de formação continuada para professores de escolas que possuem alunos de descendência pomerana, alemã e italiana, no sentido de valorizar as culturas; Garantir por meio do processo seletivo, professor bilíngue nas escolas com alunos descendentes de pomerano; Oferecer condições de acesso da formação do PROEPO aos professores que atuam em comunidades pomerana; Buscar, a partir de 2016, parcerias via UAB e SEDU para oferecer curso de extensão em línguas e culturas alemã, Italiana, inglesa e espanhola; Buscar, a partir de 2016, parceria junto ao MEPES³⁴ para formação voltada a pedagogia da Alternância; Garantir anualmente formação específica para os profissionais que atuam com a Educação Especial no AEE, bem como discutir na formação continuada de pedagogos e diretores e se possível com todos os profissionais, questões inerentes ao processo ensino e aprendizagem dos alunos inseridos neste atendimento; <p>O Município tem recebido profissionais oriundos do Ensino Superior que demonstram necessidade de aperfeiçoamento profissional nas áreas da didática, metodologia e docência na Educação do Campo. Essa necessidade se faz presente nas práticas pedagógicas e em algumas áreas tem sido ofertada pela formação continuada nas esferas municipal, estadual e federal.</p> <p>No que se refere às modernas tecnologias de informação e comunicação o município não dispõem de condições para que os profissionais articulem suas práticas pedagógicas e de formação continuada utilizando-se das TIC's.</p>

³³Programa de Educação Pomerana

³⁴Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

<p>nacional comum dos currículos da Educação Básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PNE;</p>	
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não é de competência do Município promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, porém via UAB, essa articulação da avaliação dos cursos de licenciatura poderá ser viabilizada para que chegue a instância nacional. • Buscar, a partir de 2016, via PAR, recursos para implantar laboratórios de informática para auxiliar na formação continuada dos profissionais docentes através de plataforma eletrônica 	
<p>15.7) Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares;</p>	<p>No Município o polo UAB que oferta educação superior é avaliado, regulado e supervisionado pela UNIAO – MEC.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esta estratégia é de competência da UNIAO. 	
<p>15.8) Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica;</p>	<p>No Município não dispomos de formação de Nível Médio na área da Educação. A oferta de nível superior na área da Educação é feita por meio do Polo da UAB, bem como por faculdades particulares presenciais e à distância. No que se refere ao estágio, o Município segue a legislação nacional e atende a demanda.</p>
<p>15.8.1 Dar continuidade e oportunidade aos estudantes de ensino superior para estágio, bem como valorizar suas práticas acadêmicas.</p>	
<p>15.9) Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;</p>	<p>A maioria dos professores que atuam na Educação Infantil 77,3% e anos iniciais do Ensino Fundamental 81,1% possui Ensino Superior. Nos anos finais o Município possui apenas 11,4% de professores habilitados na área em que atua. Em nível de Ensino Médio o Município possui apenas 20,9% possuem formação na área de atuação. .</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter atualizado o PAR objetivando ofertar formação em áreas específicas para os professores por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB); • Realizar inscrições na Plataforma do PDE Interativo e divulgação/ incentivo de cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Plataforma Freire; • Articular, a partir de 2016, junto às instituições privadas, a oferta de cursos que ainda não são ofertados pelas IES vinculadas à UAB e • Procurar parcerias, a partir de 2016, com as Instituições públicas de Ensino Superior para 	

<p style="text-align: center;">aumentar a ofertas de cursos superiores carentes no Município.</p>	
15.10) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;	No ano de 2010 os municípios de Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina estabeleceram um consórcio para a construção do IFES (Caramuru) que tem por finalidade a oferta de cursos voltados para as áreas agrícolas, avicultura, ambiental, entre outros. Além disso, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB e nas escolas estaduais são ofertados cursos técnicos nas diversas áreas.
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Requerer, a partir de 2016, junto a UAB, IFES (Caramuru) e as escolas estaduais cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior voltados à formação dos profissionais da educação (que não os do magistério) para fortalecer e qualificar a função em que atuam. 	
15.11) Implantar, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;	A Secretaria Municipal de Educação e Esporte realiza, com recursos próprios, formação continuada para os profissionais administrativos que atuam na educação (auxiliar de secretaria escolar, serventes, merendeiras, motoristas, diretores, auxiliar de creche).
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Buscar parcerias junto ao Governo Federal e Estadual para a formação e a valorização dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério; Implantar gradativamente programa de formação continuada para os profissionais de outros segmentos que não os do magistério; Ampliar gradativamente o percentual de recursos destinado a formação dos profissionais de outros segmentos que não os do magistério para garantir formação continuada. 	
15.12) Instituir programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;	<p>O Município de Domingos Martins tem predominância da língua italiana, pomerana e alemã e tem incentivado o fortalecimento e ensino destas nas escolas. Além disso, tem recebido propostas do Consulado italiano para intercâmbio através de concessão de bolsas de estudos, mas não houve manifestação de profissionais.</p> <p>Para a comunidade de forma geral, com domínio da língua alemã ou pomerana ocorreu através do instituto Goethe intercâmbio para estudos em propriedades agrícolas e aprimorar a língua alemã.</p> <p>O Município não dispõe de recursos para conceder e criar programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Continuar incentivando por meio de parcerias o intercâmbio e o curso nas línguas em que lecionam. 	
15.13) Desenvolver modelos de formação docente para a Educação Profissional que valorizem a experiência	O Município divulga por meio da Plataforma Freire e do FEPAD, a complementação didático-pedagógica de profissionais experientes.

<p>prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de Educação Profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.</p>	<p>Do total de profissionais existentes no Município, temos os seguintes dados no que se refere aos Anos Finais do Ensino Fundamental que atuam na rede Municipal e Estadual: 96,6% possuem Ensino Superior; 67,7% possuem licenciatura 11,4% possuem licenciatura na área em que atua.</p>
<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esta estratégia é de competência da UNIAO – MEC. 	

<p>Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.</p>

<p>Meta Municipal: Fomentar junto as IES públicas e privadas cursos em nível de pós-graduação, de modo a garantir que 90% (noventa por cento) dos professores da Educação Básica, tenham cursado este nível de especialização até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.</p>
--

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
<p>16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;</p>	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte oferece, por meio do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, formação continuada em regime de colaboração com a UFES e contempla a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e EJA, porém, há necessidade de formação continuada específica para todas as áreas do conhecimento.</p>

<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solicitar, a partir de 2016, junto as IES cursos de formação continuada (aperfeiçoamento, especialização), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil e outras instituições parceiras e • Garantir que até o final do ano de 2018, a Lei de nº 2.102/2008 que cria o Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação, seja cumprida no que se refere ao espaço físico e ao número de profissionais.

<p>16.2) Consolidar política nacional de formação de professores e professoras da Educação Básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;</p>	<p>Desde o ano de 2009, com a criação do Centro de Pesquisa o Município realiza a formação continuada com certificação da UFES, porém, há a necessidade de sistematizar a política que já realiza na prática. Essa sistematização dar-se-á através de Convênio de Cooperação Técnica e Científica.</p>
---	--

<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar até o final de 2016, uma política municipal de formação de professores da Educação Básica;
--

<ul style="list-style-type: none"> • Traçar, até o final de 2016, metas para o cumprimento da política municipal de formação de professores da Educação Básica e • Garantir que a partir do início de 2017, as metas traçadas na política municipal de formação de professores da Educação Básica sejam cumpridas. 	
16.3) Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;	<p>As escolas são atendidas por meio do Fundo Nacional da Educação Básica – FNDE, pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE, Programa Nacional da Biblioteca do Professor – PNBP.</p> <p>São acervos de obras literárias, obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários para alunos e profissionais da educação, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille.</p> <p>Muitas unidades de ensino adquirem acervos para utilização das práticas pedagógicas com recursos próprios e por meio dos programas federais, tais como PDDE Escola do Campo, Programa Nacional da Biblioteca do Professor - PNBP e Programa Nacional da Biblioteca Escolar – PNBE.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Manter, dentro da Secretaria Municipal de Educação, profissional para manter atualizado o SISCORT³⁵; • Manter na Secretaria Municipal de Educação e Esporte uma equipe que possa coordenar e subsidiar a análise e escolha do livro didático e • Fomentar continuamente, por meio da gerência pedagógica, ações para que os acervos didáticos sejam utilizados para favorecer a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
16.4) Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;	<p>O Município não dispõe de tecnologia, nem de recursos humanos e financeiros para desenvolver um portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, inclusive com formato acessível.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar portal eletrônico, a partir de 2016, para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível, a partir do momento em que a União disponibilizar condições técnicas, financeiras e humanas para o cumprimento desta estratégia.
16.5) Ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da Educação Básica;	<p>Não existe nenhuma parceria com instituições públicas ou privadas com cursos de pós-graduação que ofertem bolsa de estudos.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar a adesão dos profissionais da educação às parcerias que forem criadas para oferta de bolsas de pós-graduação.
16.6) Fortalecer a formação	O Município recebe acervo literário do Programa Nacional da

³⁵Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica

<p>dos professores e das professoras das escolas públicas de Educação Básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.</p>	<p>Biblioteca Escolar - PNBE, porém, ainda não há formação específica com o material recebido para as áreas do conhecimento, exceto os livros do PNAIC que foram utilizados na formação específica. No entanto, na formação continuada ofertada pelo Município, são realizados debates e oficinas acerca do uso do livro didático, bem como dos acervos literários.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar até o final de 2016, por meio Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município, ações para que os acervos didáticos sejam utilizados para favorecer a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação; • Implantar por meio do Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município, até o final do segundo semestre de 2017, programa de formação a partir do acervo literário recebido pelo FNDE por área do conhecimento; • Aumentar em pelo menos 50%, até o final do primeiro semestre de 2017, o recurso financeiro destinado ao Centro de Pesquisa, Apoio Pedagógico e Formação de Profissionais da Educação do Município para a execução de formação por área específica e • Aumentar em pelo menos 80%, até o final de 2020, o recurso financeiro destinado ao Centro de Pesquisa e Formação para a execução de formação por área específica e em 150% até o último ano de vigência deste plano. 	

8. FINANCIAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão de sistema implica no ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns. “A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: Municipal, Distrital, Estadual ou Federal de cada escola.”

8.1. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A construção da gestão democrática implica luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

A Constituição Federal/88 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Enquanto lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, ela dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática.

Na Rede Municipal de Educação de Domingos Martins de acordo com a Lei Nº 2.137/2008 em seu Art. 3º, os princípios e diretrizes que regem o magistério público municipal estão pautados na gestão democrática e participativa e no Regimento Comum da Rede Municipal de Ensino de Domingos Martins que faz destaque em seu Art. 7º “A educação da Rede Pública Municipal de Ensino será inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho numa corresponsabilidade entre o Município e a família”. Na Rede Municipal de Ensino de Domingos Martins, a gestão democrática e participativa se efetiva num processo de participação coletiva envolvendo várias ações:

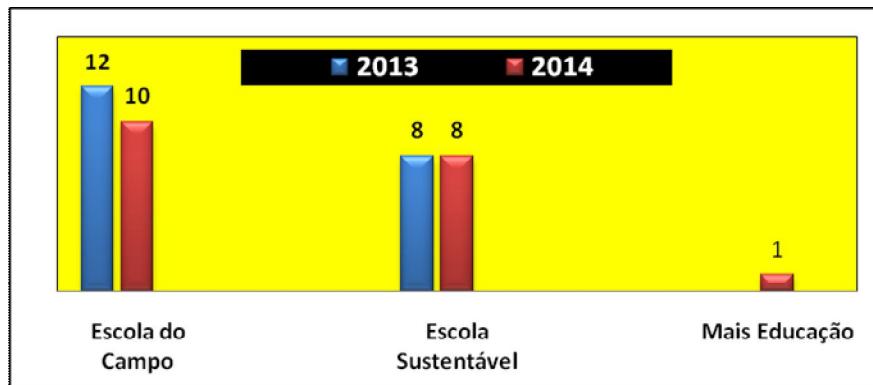
A) Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE - O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da Educação Básica. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da Educação

Básica das Redes Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

Os recursos são transferidos através da celebração de convênio, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de Ensino Fundamental. Em 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009 (transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), foi ampliado para toda a Educação Básica, passando a abranger as escolas de Ensino Médio e da educação infantil.

O gráfico abaixo discrimina a evolução do número de escolas e adesões realizadas no período de 2013 e 2014 na Rede Municipal de Ensino.

Gráfico 12. Adesão das escolas municipais aos Programas Federais



Fonte: Gráfico elaborado a partir do relatório extraído do sistema PDDE Interativo

B) Programa Nacional das Escolas Sustentáveis - Tem por objetivo incentivar as escolas brasileiras a realizarem sua transição de desenvolvimento para sustentabilidade socioambiental, convertendo-se em espaços educadores sustentáveis. O Programa Escolas Sustentáveis prevê a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas da Educação Básica a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade

socioambiental nas unidades escolares, considerando a gestão, o currículo e o espaço físico.

C) Programa Mais Educação - Foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7083/2010, com a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem, por meio da ampliação do tempo diário de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública. Trata-se da estratégia indutora para se constituir a jornada escolar com a duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno da Educação Básica permanece na escola ou em atividades escolares. É operacionalizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e atende, prioritariamente, escolas com percentual igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família, conforme ações de acesso aos serviços públicos do Programa Brasil Sem Miséria.

D) Programa Atleta na Escola - Visa à formação esportiva escolar com o objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes de Educação Básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.

E) Escola do Campo - Tem por objetivo o auxílio às escolas do campo, visando promover a melhoria da qualidade do ensino nestas escolas, por meio do repasse de recursos para garantir a manutenção, conservação, reparos e ou pequenas ampliações em suas instalações, bem como a aquisição de mobiliário escolar, refeitórios escolares e utensílios de cozinha e outras ações de apoio com vistas à realização de atividades educativas e pedagógicas coletivas requeridas pelas escolas de Educação Básica.

F) Conselho Escola/ AEC – O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem por objetivo fomentar a implantação dos conselhos escolares nas unidades de ensino, cabendo-lhes deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto

Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação. Em Domingos Martins, todas as unidades escolares municipais e estaduais possuem Conselhos Escolares.

Nas escolas Uni e Pluridocentes, há a Unidade Executora que é associação civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas, integrada por membros da comunidade escolar: pais, alunos, funcionários, professores e membros da comunidade local. Tem como atribuições:

- administrar recursos financeiros transferidos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino;
- gerir e controlar recursos provenientes de doações, campanhas e de outras fontes;
- prestar contas dos recursos repassados, arrecadados e doados;
- promover atividades pedagógicas, manutenção e conservação física de equipamentos e aquisição de materiais.

G) CAE – O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é responsável por acompanhar e fiscalizar diretamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1995, que garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

H) FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal,

num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o FUNDEB, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na Educação Básica.

I) CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO /CME- Os CME's são fundamentais para a autonomia dos sistemas municipais. Atualmente, 1.293 cidades (23% dos Municípios brasileiros) têm CME estruturado. No Município de Domingos Martins há CME e o mesmo encontra-se estruturado e em funcionamento, porém, não como sistema, estando condicionado a SEDU através da Superintendência Regional de Educação de Afonso Claudio.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta Municipal: Assegurar a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e a consulta pública e garantir melhorias no plano de cargos e salários a todos os profissionais a partir do repasse dos recursos financeiros e do apoio técnico da União que forem destinados aos critérios de mérito e desempenho conforme estabelecido no PNE..

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
19.1) Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;	<p>A Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Domingos Martins tem garantido em lei a participação da comunidade escolar na escolha e permanência do Diretor Escolar. No entanto, não são levados em consideração os critérios de mérito e desempenho alcançados pelas unidades escolares, mas anualmente é realizada uma avaliação com representantes da comunidade escolar para verificar o desempenho do diretor.</p> <p>Na Rede Estadual de Educação todo profissional efetivo pode candidatar-se ao cargo de direção escolar. Para que o processo ocorra, faz-se necessário que tenha pelo menos três candidatos. Caso haja mais de três candidatos, compete ao Conselho Escola a indicação de uma lista tríplice para participar do processo seletivo que é realizado em três etapas (currículo, prova e entrevista) pela SEDU.</p> <p>As transferências voluntárias acontecem por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – MEC – FNDE.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Rever a lei municipal que rege a eleição dos diretores até o final de outubro de 2015; • Garantir a escolha dos diretores mediante qualificação profissional e respeitando a gestão democrática • Criar uma comissão para avaliar a legislação municipal para eleição de diretores. • A partir da aprovação da Lei Federal que irá tratar dos critérios técnicos de mérito e desempenho, o Município irá discutir e estabelecer critérios para a sua implantação; • Caso ocorra extinção do repasse dos recursos e do apoio técnico da União para os critérios técnicos de mérito e desempenho, o Município também cessará o repasse; • Realizar até o final do ano de 2016, um estudo para revisão da tabela de vencimentos dos diretores de modo a garantir uma equivalência com os demais profissionais que desempenham a mesma função e • Realizar melhorias nos salários dos diretores escolares de modo que haja incentivo ao seu ingresso ou a sua permanência. 	
19.2) Ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;	<p>O Município de Domingos Martins, oferta o curso Formação pela Escola – FNDE desde o ano de 2008, que tem por finalidade formar conselheiros para atuar juntos aos seguintes Programas: PLI, PNAE, PNATE. No que se refere à Rede Estadual, no ano de 2015, todos os diretores foram orientados pela SRE para fazerem estes cursos.</p> <p>Há disponibilidade de espaço físico, e equipamentos para a realização das reuniões, no entanto, há dificuldade quanto ao acompanhamento dos conselheiros municipais aos programas no que se refere ao transporte e alimentação para as visitas in loco.</p> <p>Ainda são ofertados pelo FNDE, o Pró Conselho para os membros do Conselho Municipal de Educação e o curso Fortalecimento dos Conselhos Escolares, para os membros do Conselho Escola/ AEC.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar incentivando os membros a participarem destes cursos que fortalecem a atuação dos mesmos enquanto conselheiros; • Incluir até o final de 2015, na legislação municipal, ajuda de custo ao Conselheiro para o seu deslocamento e a sua alimentação, quando se fizer necessário e • Continuar disponibilizando espaço físico adequado e equipamentos para a realização das reuniões.
19.3) Incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;	No Município de Domingos Martins foi instituído o Fórum Municipal Permanente de Educação através da portaria normativa nº 255/ 2012.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	

<ul style="list-style-type: none"> • Rever até o final do primeiro semestre 2016 a composição do Fórum Municipal Permanente de Educação para garantir que o seu funcionamento conforme previsto pela portaria normativa nº 255/ 2012 e • Garantir a atuação do Fórum Municipal Permanente de Educação no acompanhamento, execução e avaliação do Plano Municipal de Educação. 	
19.4) Estimular, em todas as redes de Educação Básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;	<p>Na Rede Estadual, os diretores foram orientados a implantar os grêmios estudantis a partir do ano de 2015 em suas respectivas instituições escolares.</p> <p>Na Rede Municipal, no ano de 2012, as escolas foram incentivadas a criarem os seus grêmios. No entanto, esta não foi uma iniciativa que teve continuidade e precisa ser retomada.</p> <p>Algumas escolas municipais e estaduais possuem lideranças estudantis e estas participam de algumas decisões da escola.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular permanentemente a criação e o fortalecimento dos grêmios estudantis e das associações de pais em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental.
19.5) Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;	<p>Na Rede Estadual e Municipal de Educação os conselhos escolares reúnem-se a cada trimestre ou em convocação extraordinária, conforme a necessidade.</p> <p>No Município de Domingos Martins existe o Conselho Municipal de Educação, porém não funciona de forma autônoma porque o Município ainda não é um Sistema de Educação.</p> <p>São ofertados pelo FNDE, o Pró conselho para os membros do Conselho Municipal de Educação e o curso Fortalecimento dos Conselhos Escolares, para os membros do Conselho Escola/AEC.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar estimulando a participação dos membros do Conselho Municipal de Educação nos cursos do Pró Conselho, bem como no Curso de Fortalecimento dos Conselhos Escolares ofertados pelo FNDE.
19.6) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;	<p>Atualmente, as escolas atuam com mais autonomia. No entanto, em decorrência do aumento da carga horária de 200 dias para 1000 horas na Rede Estadual, há pouco tempo disponível para discussão de projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares.</p> <p>Há um acúmulo de programas e atividades que dificultam reunir os profissionais no mesmo turno e diante disso, trabalha-se com a participação parcial dos profissionais nas atividades escolares. Tal fato desfavorece o trabalho de uma gestão democrática e compartilhada.</p> <p>Na Rede Municipal, ocorre uma participação significativa dos profissionais da educação nos projetos político-pedagógicos, nos planos de gestão escolar e nos currículos escolares, porque é contemplado no calendário escolar dias de estudo e apoio financeiro em relação à substituição, transporte e alimentação.</p>

	<p>Em 2015, a formação continuada contempla a elaboração do currículo e está prevista a participação das famílias e dos alunos.</p> <p>No que diz respeito aos regimentos escolares ocorre uma participação significativa dos profissionais da educação em decorrência do apoio dado pela municipalidade, no entanto, esta mesma participação não ocorre por parte dos pais e alunos apesar de serem convidados.</p> <p>A avaliação anual dos gestores ocorre com a participação da comunidade escolar.</p> <p>A avaliação dos docentes efetivos é feita no período do estágio probatório e por meio da progressão a cada dois anos com a participação da comunidade escolar. No entanto, ainda não existe um programa de avaliação anual dos profissionais em designação temporária.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar até o final do primeiro semestre de 2016, um programa de avaliação dos profissionais em designação temporária na rede Municipal de Educação a fim de garantir a qualidade da Educação Básica; • Dar continuidade a avaliação anual dos diretores escolares, bem como a avaliação dos docentes efetivos a cada dois anos; • Sempre que houver necessidade, rever os critérios de avaliação dos profissionais da educação.
19.7) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;	<p>As escolas possuem autonomia pedagógica, administrativa e financeira, no entanto tem dificuldades de exercer uma gestão democrática compartilhada em decorrência de acúmulo de funções.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar dando autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às unidades de ensino e • Garantir até o início do primeiro trimestre de 2017, que cada unidade de ensino tenha um coordenador escolar no turno com maior número de alunos para auxiliar a gestão nas funções administrativas.
19.8) Desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.	<p>Na Rede Estadual de Educação há formação continuada de gestores por meio de reuniões e seminários. Além disso, há oferta de uma especialização pelo Programa Escola de Gestores para a Rede Estadual e Municipal.</p> <p>Não há prova nacional específica para subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos. No entanto, a Rede Municipal de Educação promove um curso com capacitação para os candidatos ao cargo de diretor escolar, incluindo uma avaliação cujo resultado é utilizado como critério de seleção para pleitear o cargo.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar incentivando os gestores escolares a participarem do Programa Escola de Gestores; • Criar, por meio de lei municipal, até o final do ano de 2017, um programa de formação para os gestores escolares durante o seu período de gestão e • Após a criação do programa de gestão, garantir a sua execução por meio do Centro de Pesquisa e Formação de Professores.

8. 2. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A situação atual do Município de Domingos Martins em relação à gestão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Esporte é bem delicada. A demanda de profissionais vem aumentando devido ao número de alunos que cresce a cada ano. Isso faz com que também tenha acréscimo para os recursos do Transporte Escolar, considerado um dos maiores desafios no nosso Município devido à distribuição geográfica dos distritos.

A Gestão Orçamentária é feita de forma compartilhada entre a Prefeitura (Gerência de Contabilidade) e a Secretaria Municipal de Educação e Esporte, buscando sempre atender as demandas, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros dispositivos legais. Busca-se partilhar o orçamento de forma a atender todos os projetos/atividades que visam a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. A participação neste processo se dá pela Gerência de Contabilidade com os representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Os recursos são aplicados diretamente nas ações de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica – MDE, ou seja, com remuneração dos profissionais do magistério e pessoal administrativo e bem como com as demais ações de manutenção e desenvolvimento, tais como: aquisição, manutenção e funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, aperfeiçoamento dos profissionais da educação, aquisição de material didático, Transporte Escolar, entre outros, conforme preceitua a Lei 9.394/96 – LDB.

Os instrumentos de controle, acompanhamento e fiscalização são compostos pelos Conselhos do CME, FUNDEB e CAE, atuando como representação social, e pelo trabalho das tradicionais instâncias de controle e fiscalização da gestão pública, tais como: controle interno, executado pelo próprio Poder Executivo, controle externo, executado pelo Tribunal de Contas na qualidade de órgão auxiliar do poder legislativo, a quem compete à apreciação das contas do Poder Executivo. Abaixo, estão discriminados os valores aplicados na Educação nos anos de 2010 a 2014. Os valores expressos indicam que houve crescimento no investimento em educação de forma gradativa.

Tabela 26. Investimentos na Educação Municipal de 2010 a 2014

ANO	INVESTIMENTO
2010	R\$ 13.784.977,60
2011	R\$ 17.075.291,91
2012	R\$ 20.005.170,28
2013	R\$ 20.512.780,49
2014	R\$ 22.523.750,94

Fonte: Dados fornecidos pela SECEDU

<p>Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.</p> <p>Meta Municipal: Garantir o investimento em educação pública a partir dos repasses dos recursos financeiros do Estado e da União.</p>	
ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
20.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;	<p><i>Domingos Martins não possui o Fundo Municipal de Educação. Recebe repasse do FUNDEB e aplicou na educação a partir de 2010, os seguintes percentuais:</i></p> <p>2010: 26,20% 2011: 26,60% 2012: 28,40% 2013: 25,46% 2014: 29,40%</p> <p>Vale ressaltar que o mínimo a ser aplicado é de 20% do FUNDEB e 5% dos recursos próprios (ISS, Imposto de Renda, IPTU, ITBI, Receita de dívida ativa e Multas e juros) totalizando os 25% na Educação.</p> <p>No entanto, nos últimos anos, o repasse Federal não foi suficiente para cumprir com todas as despesas e por este motivo o município teve que aumentar a porcentagem dos recursos próprios investidos na educação.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>Garantir à correta aplicação dos recursos financeiros destinados à educação pública.</p> <p>Apoiar continuamente, os conselhos para realizar o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos públicos.</p>	
20.2) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;	O salário-educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da Educação Básica pública e que também pode ser aplicado na Educação Especial, desde que vinculada à Educação Básica.

	<p>É calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF).</p> <p>Atualmente, o recebimento e a aplicação deste recurso são realizados por uma técnica da Secretaria Municipal de Educação e Esporte e em decorrência da grande demanda do Transporte Escolar, este recurso tem sido usado integralmente para subsidiá-lo.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<p>Continuar disponibilizando um técnico da Secretaria Municipal de Educação e Esporte para o acompanhamento da arrecadação e da aplicação dos recursos da contribuição social do salário-educação.</p>
<p>20.3) Destinar a manutenção do desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da CF.</p>	<p>O Município recebe repasse proveniente do petróleo. No entanto, a administração pública municipal, em conjunto com o Conselho Municipal dos Royaltes decide destinar este recurso ao que julgarem prioritário.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<p>Garantir à correta aplicação dos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da CF destinados à educação pública e</p>
	<p>Apoiar continuamente, o Conselho Municipal dos Royaltes para realizar o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal.</p>
<p>20.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a</p>	<p>O Município possui conselhos que colaboram e garantem transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.</p> <p>Os instrumentos de controle, acompanhamento e fiscalização são compostos pelos Conselhos do CME, CAE e FUNDEB, atuando como representação social, e pelo trabalho das tradicionais instâncias de controle e fiscalização da gestão pública, tais como: controle interno, executado pelo próprio Poder Executivo, controle externo, executado pelo Tribunal de Contas na qualidade de órgão auxiliar do Poder Legislativo, a quem</p>

<p>realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;</p>	<p>compete a apreciação das contas do Poder Executivo.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>Criar até o final do segundo semestre de 2015 um link no site da prefeitura para disponibilizar a prestação de contas do FUNDEB e Dar condições e autonomia para que os conselhos exerçam suas tarefas de maneira responsável e competente, atendendo o que estabelece a Lei.</p>	
<p>20.5) Desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da Educação Básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;</p>	<p>Existem técnicos na Secretaria Municipal de Educação e Esporte que realizam o acompanhamento do Censo Escolar que é controlado por meio do INEP. Por meio deste Censo o Município sabe quais são os investimentos e custos por aluno da Educação Básica pública.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>Continuar disponibilizando técnicos na Secretaria Municipal de Educação e Esporte para realizar o acompanhamento do Censo Escolar e custo por aluno da Educação Básica para a correta aplicação dos recursos financeiros.</p>	
<p>20.6) No prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQI, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ;</p>	<p>A AMUNES, UNDIME e UNCME poderão acompanhar e fiscalizar a implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQI. Quando implantado, o Conselho Municipal de Educação, o CAE e o Conselho do FUNDEB acompanharão o cumprimento desta meta.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
A partir da implantação do CAQI, o Conselho Municipal de Educação, o CAE e o Conselho do FUNDEB deverão acompanhar o cumprimento desta meta.	
20.7) Implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e Transporte Escolar;	<p>O Município recebe o repasse conforme determina a PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 17, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.</p> <p>No entanto, o custo aluno qualidade está comprometido, pois, o recurso que o Município recebe da União, não é suficiente para aquisição, manutenção, construção, conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação, Transporte Escolar, qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública.</p> <p>Somente quando for implantado o Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQI, o Município terá condições de atender a meta.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
Destinar técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Esporte para realizar o acompanhamento e verificar a correta aplicação destes recursos do Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQI, após a sua implantação e Quando implantado, o Conselho Municipal de Educação, o CAE e o Conselho do FUNDEB deverão acompanhar o cumprimento desta estratégia.	
20.8) O CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação – MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação – FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;	A AMUNES, UNDIME e UNCME acompanharão e fiscalizarão a implantação do Custo por Aluno-Qualidade Inicial – CAQI.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
Quando implantado o CAQI o Conselho Municipal de Educação, o CAE e o Conselho do FUNDEB	

<p>deverão acompanhar o cumprimento desta estratégia.</p>	
<p>20.9) Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste</p>	<p>O Município de Domingos Martins já realiza o termo de cooperação técnica conforme descrito na lei abaixo.</p> <p>Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.</p> <p>§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.</p> <p>§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na educação infantil.</p> <p>§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e médio.</p> <p>§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.</p> <p>§ 5º A Educação Básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>Continuar atendendo conforme determina o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal.</p>	
<p>20.10) Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQI e, posteriormente, do CAQ;</p>	<p>O Município já recebe complementação financeira da União que varia de acordo com a arrecadação de receitas. Sem esta, a municipalidade não teria condições de arcar com todos os custos da Educação Municipal.</p>
<p>PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <p>Garantir que a complementação financeira da União seja feita conforme determina a lei após a implantação do valor mínimo do CAQI;</p> <p>Quando implantado o CAQI, o Conselho Municipal de Educação, o CAE e o Conselho do FUNDEB deverão acompanhar o cumprimento desta estratégia.</p>	
<p>20.11) Aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade</p>	<p>Dentro do prazo estabelecido pelo PNE, o Município se adequará ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Educacional quando ela for criada.</p>

Educacional, assegurando padrão de qualidade na Educação Básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	A partir da aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional adequar-se ao seu cumprimento.
<p>20.12) Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei.</p>	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
A partir da aprovação da lei de responsabilidade Educacional, o município deverá adequar-se ao seu cumprimento.	

8.3. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A importância da valorização docente é um consenso entre profissionais e especialistas em Educação. Um ensino de qualidade depende em grande medida do papel dos professores na formação dos alunos. No entanto, parecemos caminhar na direção oposta. Apesar de conquistas como a Lei do Piso através da Lei nº 11.734/2008, que determina valores de salário e carga horária dos docentes, os salários dos professores brasileiros estão muito abaixo da média de profissionais com a mesma qualificação. De acordo com o Relatório de Monitoramento Global do Programa Educação para Todos da UNESCO de 2013/14, quando o salário dos professores é pior do que o de outros profissionais de áreas compatíveis, é menos provável que os melhores alunos se tornem

professores, e é mais provável que os professores percam a motivação ou deixem a profissão.

A questão financeira, somada ao desprestígio social, o desgaste no trabalho, o desrespeito e a desvalorização da imagem do professor na sociedade reduz a atratividade para a docência, prejudicando o ensino como um todo. A questão não se limita à carreira e ao salário. A formação inicial e continuada - pós-graduação, especialização, cursos etc. - dos professores é também um aspecto fundamental da valorização docente.

O Município de Domingos Martins, com os recursos recebidos busca-se valorizar os profissionais que atuam na sua Rede de Ensino através de reposição salarial anual, pelo incentivo a formação inicial e pela formação continuada ofertada pela SECEDU. Em relação à valorização salarial, ainda não é a ideal, porém, o Município encontra dificuldades em pagar os seus profissionais com os recursos disponíveis.

Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta Municipal: Valorizar os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME conforme repasses advindos da União.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
17.1) Constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica;	<p>O Município de Domingos Martins possui o Fórum Municipal Permanente de Educação que foi instituído por meio da Portaria Normativa nº 255/2012 e atua quando solicitado pela municipalidade.</p> <p>Em 2014 o salário pago aos professores da Rede Municipal de Educação com carga horária de 25h era de R\$ 1.060,67 conforme determinava piso nacional com previsão de reajuste anual no mês de janeiro. No entanto, no ano de 2015, o reajuste de 13,01% previsto não será possível ser realizado neste percentual em decorrência situação financeira no qual a municipalidade se encontra. No entanto, está sendo feito um estudo para verificar qual será a porcentagem de aumento a ser dada aos professores neste ano retroativo a janeiro. Em 2015, o piso salarial nacional previsto é de R\$ 1.198,61 para professores com carga horária de 25h.</p>

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que haja reajuste anual proporcional de acordo com o Plano de carreira do Magistério e também conforme o Piso Nacional; • Implementar, a partir de 2016, ações para manter os fóruns conforme orientações da União e Estado; • Participar efetivamente com representação nos fóruns permanentes quando constituídos;

<ul style="list-style-type: none"> • Garantir e regulamentar o adicional noturno para os profissionais que trabalham no horário noturno na Escola Família Agrícola de São Bento do Chapéu e • Garantir a carga horária de 40h semanais para os professores de tempo integral na Escola Família Agrícola de São Bento do Chapéu. 	
<p>17.2) Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;</p>	<p>Em Domingos Martins, o Fórum municipal está constituído e acompanha a evolução salarial que ocorre anualmente. O Município cumpre a legislação vigente garantindo os direitos estabelecidos, em especial a Lei nº 11.738/2008 que cria e implementa políticas de valorização para o magistério público Municipal, bem como o plano de cargos e salários previsto pela Lei Municipal 2.138/2008, Decreto Normativo 2550/2014.</p> <p>No caso da Rede Estadual de Educação, o Conselho do FUNDEB e o SINDIUPES realizam o acompanhamento da evolução salarial.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar continuamente a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir de pesquisa nacional por amostragem de domicílios periodicamente divulgados pelo IBGE.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<p>17.3) Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;</p>	<p>A Rede Municipal de Ensino possui plano de cargos e salários para a carreira do magistério, bem como os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. No entanto, apenas na EFA São Bento do Chapéu os professores possuem dedicação exclusiva.</p> <p>Na Rede Estadual de Educação, há profissionais que são remunerados conforme o Plano de Cargos e Salários e outros em forma de subsídio.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a evolução da carreira do magistério dentro das possibilidades orçamentárias da municipalidade; • Garantir a manutenção dos direitos assegurados no plano de cargos e salários, respeitando os níveis de escolaridade; • Revisar sempre que houver necessidade o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal com a participação da categoria, do executivo, legislativo e representante do sindicato, fundamentado na legislação vigente, sem prejuízo dos direitos já assegurados e • Instituir Fórum Permanente de avaliação do plano de carreira.
<p>17.4) Ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.</p>	<p>Atualmente a Rede Municipal de Educação de Domingos Martins possui grandes dificuldades financeiras para atender a lei de cargos e salários, bem como implementar o reajuste do piso salarial em sua totalidade no ano de 2015, pelo fato de não possuir recursos financeiros suficientes.</p> <p>O Município investe na valorização do profissional estatutário através da Lei de Cargos e Salários que prevê o reconhecimento financeiro por meio do Quinquênio, da Licença Prêmio, da Promoção, da Gratificação e da Progressão Salarial.</p> <p>Para os profissionais Celetistas, anualmente há o reajuste</p>

	<p>salarial conforme o piso vigente.</p> <p>Diante dos benefícios concedidos, caso não haja contrapartida e assistência financeira específica da União aos entes federados, o Município não conseguirá manter tais repasses.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar contrapartida e assistência financeira específica da União e aos entes federados, para que o Município consiga cumprir com as suas obrigações salariais, junto aos profissionais da educação. 	

8.4. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

A tabela abaixo discrimina o vencimento dos servidores públicos do magistério publicada por meio do Decreto Normativo nº 2550 publicado em 11/04/2014, que entrou em vigência desde 1º de janeiro de 2014, conforme a classe, os níveis e padrões que o profissional ocupa.

Tabela 27. Vencimentos dos servidores públicos do Magistério

CLASSEC ARREIRA	NÍVEIS	PADRÕES							
		1	2	3	4	5	6	7	8
PA	I	1.060,67	1.092,49	1.125,26	1.159,01	1.193,79	1.299,60	1.266,50	1.304,50
	II	1.219,77	1.256,36	1.294,05	1.332,88	1.372,85	1.414,04	1.456,47	1.500,17
	III	1.402,74	1.444,82	1.488,16	1.532,80	1.578,79	1.626,16	1.674,94	1.725,18
	IV	1.613,15	1.661,54	1.711,39	1.762,73	1.815,61	1.870,08	1.926,17	1.983,96
	V	1.855,11	1.910,77	1.968,09	2.027,13	2.087,95	2.150,59	2.215,10	2.281,55
	VI	2.133,39	2.197,38	2.263,30	2.331,21	2.401,15	2.473,17	2.547,37	2.623,78
PB	III	1.402,74	1.444,82	1.488,16	1.532,80	1.578,79	1.626,16	1.674,94	1.725,18
	IV	1.613,15	1.661,54	1.711,39	1.762,73	1.815,61	1.870,08	1.926,17	1.983,96
	V	1.855,11	1.910,77	1.968,09	2.027,13	2.087,95	2.150,59	2.215,10	2.281,55
	VI	2.133,39	2.197,38	2.263,30	2.331,21	2.401,15	2.473,17	2.547,37	2.623,78
PP	III	1.402,74	1.444,82	1.488,16	1.532,80	1.578,79	1.626,16	1.674,94	1.725,18
	IV	1.613,15	1.661,54	1.711,39	1.762,73	1.815,61	1.870,08	1.926,17	1.983,96
	V	1.855,11	1.910,77	1.968,09	2.027,13	2.087,95	2.150,59	2.215,10	2.281,55
	VI	2.133,39	2.197,38	2.263,30	2.331,21	2.401,15	2.473,17	2.547,37	2.623,78

Vencimentos dos servidores públicos do Magistério (CONTINUAÇÃO)

CLASSEC ARREIRA	NÍVEIS								
		9	10	11	12	13	14	16	
PA	I	1.343,61	1.383,93	1.425,46	1.468,21	1.512,26	1.557,62	1.604,36	1.652,48
	II	1.545,17	1.591,52	1.639,26	1.688,45	1.739,09	1.791,27	1.845,01	1.900,37
	III	1.776,94	1.830,24	1.885,15	1.941,71	1.999,96	2.059,96	2.121,75	2.185,41
	IV	2.043,48	2.104,78	2.167,92	2.232,96	2.299,96	2.368,95	2.440,03	2.513,22
	V	2.350,00	2.420,51	2.493,12	2.567,91	2.644,96	2.724,29	2.806,02	2.890,20
	VI	2.702,50	2.783,58	2.867,09	2.953,09	3.041,69	3.132,95	3.226,92	3.323,74
PB	III	1.776,94	1.830,24	1.885,15	1.941,71	1.999,96	2.059,96	2.121,75	2.185,41
	IV	2.043,48	2.104,78	2.167,92	2.232,96	2.299,96	2.368,95	2.440,03	2.513,22
	V	2.350,00	2.420,51	2.493,12	2.567,91	2.644,96	2.724,29	2.806,02	2.890,20
	VI	2.702,50	2.783,58	2.867,09	2.953,09	3.041,69	3.132,95	3.226,92	3.323,74
PP	III	1.776,94	1.830,24	1.885,15	1.941,71	1.999,96	2.059,96	2.121,75	2.185,41
	IV	2.043,48	2.104,78	2.167,92	2.232,96	2.299,96	2.368,95	2.440,03	2.513,22
	V	2.350,00	2.420,51	2.493,12	2.567,91	2.644,96	2.724,29	2.806,02	2.890,20
	VI	2.702,50	2.783,58	2.867,09	2.953,09	3.041,69	3.132,95	3.226,92	3.323,74

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta Municipal: Garantir a continuidade dos planos de Carreira para os (as) profissionais da Educação Básica tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIA DO PNE	REALIDADE DO MUNICÍPIO
18.1) Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;	No Município de Domingos Martins existe um número significativo de profissionais contratados. Há previsão de realização de Concurso Público na Rede Municipal de educação no ano de 2015.

PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS

- Manter o número de contrato inferior a 10 % do número de professores efetivos que atualmente corresponde a 5,31%.

<p>18.2) implantar, nas redes públicas de Educação Básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período,</p>	<p>O Município possui uma Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, criada pelo decreto municipal nº . Esta comissão é interdisciplinar e conta com o apoio das equipes pedagógicas das escolas e da Secretaria Municipal de Educação. Realiza a avaliação periódica dos servidores em estágio probatório, por meio de formulários específicos, a cada semestre até a sua efetivação.</p> <p>No que se refere ao aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina, a Secretaria Municipal de Educação realiza formação continuada e orienta a sua participação, uma vez que o profissional é avaliado neste quesito durante o estágio probatório.</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Continuar com a avaliação do profissional do magistério em estágio probatório, aprimorando os instrumentos de avaliação e • Manter na Secretaria Municipal de Educação e Esporte uma coordenação de avaliação e desempenho dos professores. 	<p>O último Concurso Público, realizado em Domingos Martins, aconteceu no ano de 2009 com a contratação de empresa privada e financiado com recurso próprio.</p> <p>Para o ano de 2015, está previsto a realização de um Concurso Público que vise à admissão de profissionais do magistério da Educação Básica pública;</p>
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Aderir à prova nacional admissão docente, se esta for viável ao Município. 	<p>De acordo com Estatuto do Magistério instituído por meio da Lei Municipal 2.138/2008, dispõe o seguinte:</p> <p>Art. 35 - A autorização especial de afastamento respeitada à conveniência da Secretaria Municipal de Educação e Esporte será concedida ao profissional da educação e efetivo e estável, nos seguintes casos:</p> <p>I - integrar a comissão especial o grupo de trabalho, estudo e pesquisa para desenvolvimento de projetos específicos do setor educacional ou desempenhar atividades no campo da educação, por proposição fundamentada da autoridade competente;</p> <p>II - participar de congressos, simpósios ou outras promoções similares, desde que referentes à educação e ao Magistério;</p> <p>III - ministrar cursos que atendam a programação da Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>IV - frequentar curso de habilitação nas áreas carentes, por identificação da administração da Secretaria Municipal de Educação;</p>

	<p>V - frequentar curso de aperfeiçoamento, atualização, mestrado e doutorado quanto se relacione com a função exercida e que atenda ao interesse do ensino municipal.</p> <p>§1º - Os atos de autorização especial nos incisos anteriores são de competência do Secretário Municipal de Educação responsável pela administração de pessoal, neles devendo constar o objeto e o período do afastamento.</p> <p>§2º - Para fins de concessão da autorização especial, a Secretaria Municipal de Educação responsável pela administração da Educação, identificará os cursos de interesse do Sistema de Ensino Municipal.</p> <p>Art. 36 - O afastamento com ônus para frequentar curso somente será autorizado quando a Secretaria Municipal de Educação considerar o curso necessário para a melhoria do ensino e por tempo nunca superior a duração do curso, assegurados por vencimento, os direitos e vantagens do cargo, acrescidos das vantagens pecuniárias e estabelecidas em Lei.</p> <p>§1º - O profissional da educação, quando afastado com o ônus, fica obrigado a prestar serviços ao Magistério Público Municipal por prazo correspondente ao período do afastamento, sob pena de restituir aos cofres do Município devidamente corrigido, o que tiver recebido quando de sua ausência do exercício do cargo.</p>
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir o cumprimento do Estatuto do Magistério, instituído por meio da Lei Municipal 2.138/2008, no que se refere à concessão de licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu; • Criar até o final do primeiro semestre de 2016, uma comissão para rever a lei Municipal 2137/08 – Estatuto dos Servidores do Magistério, especificamente o capítulo V a fim de garantir a liberação remunerada dos profissionais efetivos para cursar pós-graduação stricto sensu, nos cursos de mestrado e doutorado para os quais estiverem inscritos e • Aumentar o tempo de permanência no município após a liberação para estudo.
18.5) Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da Educação Básica de outros segmentos que não os do magistério;	<p>A referida estatística já consta no senso escolar e a Secretaria Municipal de Educação e Esporte dispõe de um profissional que realiza o acompanhamento.</p>
	<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar em regime de colaboração com a união e o sistema de ensino, o Censo dos funcionários da escola de Educação Básica.
18.6) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas	<p>O Concurso Público realizado em Domingos Martins atende as especificidades sócioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas pelo fato de o mesmo ser essencialmente campesino, considerando as EMEF's, CMEI's e escolas Uni e Pluridocentes como instituições campesinas.</p>

escolas;	Mediante às especificidades da metodologia de trabalho da Escola Família Agrícola e das EMEF's Fazenda Osvaldo Retz e Rio Ponte, a municipalidade busca garantir a permanência dos profissionais de um ano para outro, exigindo que estes profissionais tenham curso de aperfeiçoamento do MEPES.
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir, consideradas as possibilidades, a permanência dos profissionais que atendem as especificidades socioculturais das escolas do campo de um ano para outro, exigindo que estes tenham curso de aperfeiçoamento do MEPES e Promover Concursos Públicos para que estes profissionais possam integrar o quadro de efetivos municipais.
18.7) Priorizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os (as) profissionais da educação;	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
	<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação no que tange ao cumprimento do Piso Nacional dos Professores e demais leis que regulamentam a matéria para garantir repasse de transferência voluntária.
18.8) Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.	
PROPOSIÇÕES MUNICIPAIS	
<ul style="list-style-type: none"> Manter o Fórum de Educação que atua pontualmente para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira. 	

9. ACESSO E PERMANÊNCIA

9.1. TRANSPORTE ESCOLAR

No ano de 1990, durante a administração do Prefeito Lourival Berger, foi criado o setor de Transporte Escolar, cujo objetivo era oportunizar a continuidade dos estudos as pessoas que residiam no interior do Município. Inicialmente os alunos recebiam uma ajuda de custo de 50% do valor da passagem para que pudessem utilizar o transporte privado que circulava em Domingos Martins.

Vale ressaltar que nesse período, não havia divisão do Ensino quanto às instâncias municipal e estadual. Todas as escolas que estavam localizadas no Município eram administradas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte (à época Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo). Somente com a criação da lei de municipalização é que ocorreu a separação das escolas que seriam atendidas pelo Município e pelo Estado.

Desde a implantação do Setor de Transporte Escolar, são realizadas licitações, e sendo assim, os transportadores que possuem o menor preço tem o direito de realizá-lo. Entretanto, como a participação isolada dos motoristas dificultava a sua competição, no ano de 2003 foi criada a Cooperativa de Transporte Escolar.

Conforme pesquisa realizada junto às escolas municipais sobre o atendimento do Transporte Escolar, das 49 escolas municipais, 27 retornaram a pesquisa, 5 disseram que o horário do transporte é ruim, pois não atende a necessidade das escolas, porém 22 consideram o horário ótimo e 2 escolas informaram que o veículo é ruim e as demais disseram que os veículos que realizam o transporte estão em ótimas condições.

9.2. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Secretaria Municipal de Educação e Esportes é responsável por ofertar a Alimentação Escolar aos estudantes de sua Rede. A Rede Estadual trabalha com serviços terceirizados contratando empresas por meio de licitações, para a

compra dos produtos, distribuição e preparo das refeições. Os profissionais que trabalham na parte prática da alimentação escolar também são terceirizados.

Para organizar a oferta da Alimentação Escolar, as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação devem conhecer, minimamente, as necessidades nutricionais de seus estudantes, conforme as respectivas faixas etárias; acompanhar a qualidade do serviço oferecido; e monitorar a aceitação do cardápio. Além disso, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é responsável por fiscalizar todo o processo.

Para atender adequadamente os estudantes, os cardápios devem ser planejados, conforme a faixa etária e a etapa/ modalidade da educação, de modo suprir as necessidades nutricionais dos estudantes. Esse planejamento deve obrigatoriamente ser desenvolvido por um profissional da área de nutrição.

Conforme Resolução 26/2013, a aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição) é restrita a até 30% dos recursos financeiros do PNAE.

Para atender as exigências legais a Secretaria Municipal de Educação juntamente com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), devem adotar medidas que contribuam para aquisição de gêneros alimentícios de qualidade, transporte, armazenamento, controle de estoque e preparo, tendo sempre como referência condições higiênicas e sanitárias adequadas.

É importante que todas as escolas possam usufruir de infraestrutura adequada para armazenar de maneira adequada os alimentos e isso requer cozinha, depósitos específicos, arejados e com capacidade ideal para guardar os alimentos, um bom refeitório para que os alunos possam merendar dignamente e também utensílios e equipamentos de cozinha suficientes para a execução dos serviços.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é um órgão muito importante nesse processo e deve trabalhar de maneira ativa e envolvente no acompanhamento e fiscalização de todas as etapas, sempre buscando orientar as pessoas no sentido de prezar por uma alimentação de qualidade e, sobretudo, sinalizando sempre para melhorias nessa área.

Por meio do Programa Agricultura Familiar do Governo Federal, as famílias agricultoras também podem participar da Alimentação Escolar fornecendo produtos produzidos nas suas propriedades para as escolas. Para essa finalidade as mesmas devem estar cadastradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essa participação acontece por meio da chamada pública que é o instrumento jurídico utilizado pelas administrações para anunciar as regras de compra de alimentos.

A Secretaria Municipal de Educação e Esporte do Município de Domingos Martins fornece atualmente Alimentação Escolar para 33 unidades de ensino da rede municipal, sendo a EMEF Alto Paraju que atende da Educação Infantil à 8^a série, a EFA São Bento do Chapéu que atende alunos do 6^º ao 9^º ano, 08 CMEI's, 12 EMUEF's e 11 EMPEF's.

As outras 16 unidades escolares (EMEF's) recebem diretamente os recursos provenientes do FNDE e a contra partida da Prefeitura através do Conselho Escola ou AECs e realizam os processos de licitação e chamada pública para aquisição dos gêneros alimentícios.

Os recursos provenientes do FNDE dependem da modalidade de ensino de cada unidade escolar e a quantidade de alunos, os valores base para esse cálculo são os seguintes:

- Creches: R\$ 1,00;
- Pré-Escola: R\$ 0,50;
- Escolas Indígenas e Quilombolas: R\$ 0,60;
- Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos: R\$ 0,30;
- Ensino Integral: R\$ 1,00;
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90;

- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50.

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins também fornece às unidades escolares uma contra partida de 15% sobre o valor fornecido pelo FNDE. Toda compra de alimentos realizada pelas unidades escolares é fiscalizada pela Nutricionista e a Coordenadora de Alimentação e Material Escolar da Secretaria. Para as unidades escolares que realizam sozinhas a compra da alimentação escolar, no caso das EMEF's, a Secretaria tenta na medida do possível fornecer uma alimentação equilibrada em nutrientes para auxiliar o desenvolvimento dos alunos, isso porque o espaço físico para o armazenamento dos alimentos é reduzido e o veículo para o transporte é inadequado, além disso, a logística para entrega também não favorece.

Nos Centros Municipais de Educação Infantil a alimentação se torna mais equilibrada e saudável, pois as crianças permanecem durante o dia inteiro e conseguimos fornecer uma variedade maior de legumes, verduras e frutas, isso acontece também em decorrência de que o valor repassado pelo FNDE para essa modalidade de ensino é maior do que para as outras unidades.

São realizadas cerca de 03 licitações e chamadas públicas por ano, sendo que a última é feita para o ano seguinte. Já os alimentos das chamadas públicas são fornecidos por agricultores de Domingos Martins, atualmente representados pela Cooperativa do Município.

De acordo com a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a alimentação escolar no mínimo 30% deverão ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. A quantia gasta com alimentos provenientes da agricultura familiar de Domingos Martins ultrapassou os 30% do total de recursos do FNDE em 2014.

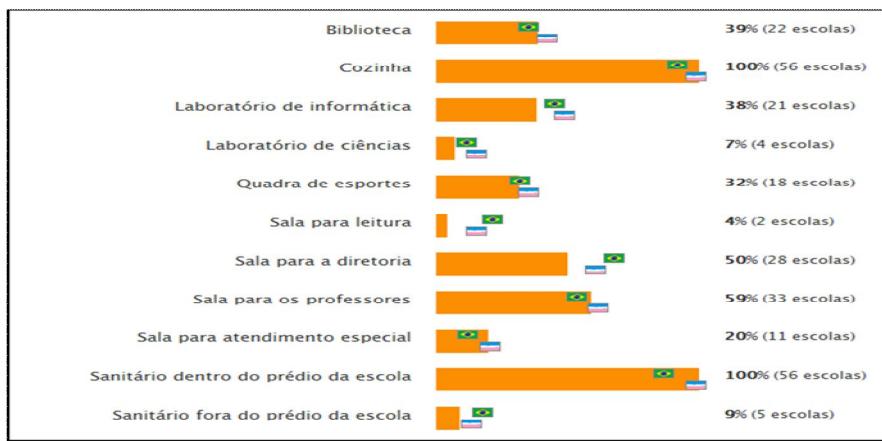
O Município busca sempre melhorar o atendimento às escolas no que tange a Alimentação Escolar. Em específico, procura acompanhar de perto a qualidade

dos alimentos que é oferecida aos alunos. No entanto, várias necessidades ainda podem ser observadas e melhorias precisam ser efetuadas a curto e médio prazo.

9.3. ESTRUTURA FÍSICA

O Município de Domingos Martins conta hoje com 56 escolas, considerando a Rede Municipal, Estadual e Privada. Muitas possuem boa Estrutura Física, sendo que a maioria delas passou por reformas entre 2005 até a presente data, outras foram construídas ao longo desse período e em algumas comunidades ainda há necessidade de construção de novas escolas, reformas e ampliações principalmente nas escolas da zona rural (Unidocentes e Pluridocentes). Considerando que o Município vem investindo significativamente nesse setor, podemos observar na tabela abaixo que ainda precisa ser feito para que as escolas hoje existentes atendam efetivamente todas as necessidades educacionais.

Gráfico 13. Estrutura Física das escolas municipais, estaduais e privada



Fonte: Censo 2013

A tabela nos apresenta um quadro de infraestrutura física onde apenas 2 itens contemplam 100% da necessidade (cozinha e sanitário dentro do prédio da escola). Em segundo lugar aparecem os itens sala de professores em 59% das escolas e sala de diretoria com 50%. Biblioteca, laboratório de informática e quadra de esportes aparecem em terceiro lugar não chegando a 50% de atendimento.

Os itens laboratório de Ciências em apenas 7% das escolas seguido do item sala de leitura que somente existe em 2 escolas (4%) do total remetem a uma análise mais crítica, considerando que na Prova Brasil de 2013 os alunos do 5º e em específico do 9º ano do Ensino Fundamental apresentam índices baixos de aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

As informações acima sinalizam para a construção de metas no PME que venham suprir as necessidades de estrutura física apresentadas (sala de leitura e laboratório de Ciências) em todas as escolas, em especial naquelas onde estudam alunos do 6º ao 9º ano que apresentam média inferior a 50% na áreas avaliadas objetivando oferecer melhores condições de atendimento nessa área e, sobretudo, acesso à informação científica de excelente qualidade.

Considerando o item sala para atendimento especial, observamos que apenas 11 unidades de ensino, perfazendo 20% do total oferecem esse espaço. Portanto, 80% das escolas do Município ainda não possuem esse espaço físico. Há que se considerar que a LDBN preceitua que todas as crianças com necessidades especiais possuam o direito ao acesso e permanência a escola usufruindo de espaços adequados onde possam desenvolver-se plenamente nos aspectos intelectuais, físicos e emocionais.

O quadro acessibilidade também aponta um grande déficit no que tange a espaços escolares acessíveis às crianças e adolescentes com necessidades especiais. Apenas 25% das 41 escolas listadas no gráfico estão preparadas fisicamente para atender essas pessoas. O mesmo é verificado em relação a sanitários acessíveis às pessoas com necessidades especiais, apenas 48% do total oferece esse recurso.

Gráfico 14. Dados parciais quanto à acessibilidade das escolas



Fonte: Censo Escolar/INEP 2013

Vislumbrando os dados referentes à Estrutura Física adequada e acessibilidade, podemos concluir que o Município precisa urgentemente investir nessa área e oferecer às pessoas sujeitos público-alvo da Educação Especial, aquilo que é de direito por lei, sendo, portanto, uma meta prioritária no PME.

No início de 2015, a Secretaria Municipal de Educação e Esporte realizou um levantamento junto às 49 escolas municipais, por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas, para averiguar as necessidades de Estrutura Física das mesmas. Das escolas envolvidas, somente 27 retornaram à pesquisa e apontaram as seguintes necessidades:

Tabela 28. Estrutura Física das escolas municipais

AMBIENTES FÍSICOS	EMEFS	CMEIS	UNI E PLURI	TOTAL
Quadra de esportes	07	04	05	16
Biblioteca	05	05	05	15
Reforma do prédio escolar	05	01	02	08
Construção de sala de professores	05	04	04	13
Construção de secretaria escolar	04	01	04	09
Construção de uma nova escola	04	05	00	09
Construção de cozinha	03	00	02	05
Construção de sala de informática	05	07	06	18
Banheiros adaptados para Educação Infantil	07	01	02	10
Banheiros adaptados para alunos com	02	03	02	07

necessidades especiais				
Banheiros para professores	03	03	02	08
Refeitório	02	03	04	09
Sala de recursos	01	03	03	07

Fonte: Pesquisa realizada junto às escolas municipais.

A tabela acima indica que as escolas necessitam de investimentos na Estrutura Física em vários aspectos. Observa-se que são áreas prioritárias sendo solicitadas para um bom atendimento às pessoas, e, também para um bom desenvolvimento dos trabalhos junto aos alunos e profissionais. Como meta para o PME são indicadas obras de reforma e novas construções nas escolas do município.

9.5. MATERIAL PERMANENTE

A aquisição dos materiais permanentes na Rede Municipal é feita de acordo com as necessidades das escolas e dos recursos disponíveis, levando em consideração as demandas prioritárias como: fogões, fornos, geladeiras, freezers e etc. Esses materiais são adquiridos com recursos próprios da Prefeitura Municipal.

No final de 2014 e início de 2015 foi efetuada a troca de todo mobiliário escolar (mesa e cadeira) e mesas de professor das escolas multisseriadas com recurso FNDE/PAR. Dentre essas escolas, foi feito também o levantamento de quais não possuem refeitório para que em breve sejam contempladas.

Outra aquisição importante para o Município foi a compra de quadros brancos para as unidades escolares, um problema que está sendo resolvido por etapa, pois, a demanda é grande e a aquisição acontece conforme os recursos disponíveis. Esta troca se faz necessária devido os problemas alérgicos apresentados pelos professores da rede e em outros casos, pelos alunos.

Nos Centros Municipais de Educação Infantil contamos com um recurso muito importante que vem sido destinado ao nosso município há dois anos: o Creche Manutenção. O recurso é destinado aos CMEI's que atendem crianças de 0 a 04

anos de idade e cadastradas no Programa Bolsa Família.Tem por finalidade, a compra de materiais permanentes , brinquedos e jogos pedagógicos

10. PRINCIPIOS TEÓRICOS QUE REGEM A EDUCAÇÃO DE DOMINGOS MARTINS

10.1. NA REDE MUNICIPAL

Ao longo dos estudos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte entre seus técnicos e os profissionais que atuam nas escolas (EMEF, UNIPLURI e CMEI), discutiu-se sobre os princípios da perspectiva sócio-histórica-cultural e assim, destacou-se o que foi considerado relevante no contexto da Educação Básica Campesina que almejamos.

Ancorados na perspectiva sócio-histórica-cultural aprofundamos e delineamos caminhos e proposições, que possam garantir a formação de sujeitos com consciência crítica.

A referida perspectiva teórica toma como ponto de partida as funções psicológicas dos indivíduos, as quais podemos destacar as funções elementares e superiores, que explicam a formação da consciência.

Por funções psicológicas elementares entendemos que são as de cunho biológico, funções peculiares aos seres vivos, tais como: reações automáticas, ações reflexas e associações simples; que são de origem biológica.

O ser humano diferente dos outros animais que possuem basicamente os processos psicológicos elementares possui também funções psicológicas superiores: capacidade de planejamento, memória voluntária, imaginação, etc. Segundo Vygotsky, estas funções se originam nas interlocuções entre as pessoas, isto é, entre os seres humanos e se desenvolvem ao longo do processo de produção, apropriação e objetivação das práticas sociais e culturais, formas de comportamento dos e entre os humanos no tempo espaço em que vivemos. As funções psicológicas superiores se desenvolvem a partir das interlocuções dos sujeitos com os outros sujeitos e com os objetos de conhecimentos.

Considerando tais questões, salientamos que o ser humano na interlocução com as práticas sociais e culturais vivenciadas no tempo espaço em que se inserem, desenvolvem as suas funções psicológicas, superando a atividade meramente prática. Ao buscar resolver suas necessidades vitais por meio de diferentes

instrumentos, dentre os quais a linguagem, rompemos com a mera adaptação orgânica. Isso porque, por meio da interlocução com as múltiplas objetivações, o sujeito humano se apropria das mesmas e transforma o meio natural e o meio social. Transforma-se enquanto sujeito humano, do gênero humano, para além da espécie humana.

Considerando que esse processo efetiva-se por meio da atividade mediada, concordamos com Lima, Jimenez e Carmo (2008) quando em seus estudos destacam que:

A mediação é a chave do processo de transformação das funções psicológicos elementares (memória natural, reflexos, atenção involuntária, formas naturais de pensamento e de linguagem, reações automáticas etc.) em funções psicológicas superiores (memória lógica, atenção voluntária, pensamento verbal, linguagem intelectual, domínio de conceitos, planejamento etc.). No entanto, a mediação e a origem social não são as únicas características das funções psicológicas superiores; é importante mencionar o fato de se tratarem de funções autorreguladas, cujo controle se dá de forma consciente e voluntária (p.9).

E ainda,

(...) As funções psicológicas superiores surgem na tessitura das relações historicamente produzidas pelo conjunto dos homens. Dessa forma, toda função psicológica superior é social. Vale dizer, tem um processo histórico de produção e existe como resultado das relações estabelecidas entre os seres humanos a partir do trabalho (Idem, p.5).

A perspectiva teórica filosófica sócio-histórica-cultural nos instiga a considerar que a interação das pessoas com as práticas sociais e culturais é condição importante na produção, apropriação e objetivação dos conhecimentos.

Essa perspectiva rompe com a ideia de que o conhecimento nasce com o sujeito – abordagem inatista, tendo em vista que os mesmos são produzidos, apropriados e objetivados pelo indivíduo na sua interlocução com o outro no cotidiano das práticas sociais e culturais. Por isso, os conhecimentos precisam ser trabalhados, refletidos, discutidos e reelaborados pelo e com o outro num processo de ensino aprendizagem compartilhada.

Desta forma, se o conhecimento não for significativo para o estudante, ele não terá sentido no processo de produção, apropriação e objetivação dos conhecimentos científicos.

10.2. NA REDE ESTADUAL

A educação almejada pela Rede Estadual está comprometida com a construção de uma cidadania consciente e ativa, que ofereça aos alunos conhecimentos que lhes possibilitem compreender e posicionar-se frente às transformações da sociedade, participando da vida produtiva; que possam relacionar-se com a natureza, produzir e distribuir bens e serviços, convivendo com o mundo contemporâneo.

No atendimento educacional aos Ensinos Fundamental e Médio, espera-se que os alunos aprendam, de forma autônoma, a valorizar o conhecimento, os bens culturais e o trabalho; selecionar o que é relevante, investigar e pesquisar; construir hipóteses, compreender e raciocinar logicamente; comparar e estabelecer relações, inferir e generalizar; adquirir confiança e capacidade de pensar e encontrar soluções. É também necessário aprender a relativizar, confrontar e respeitar diferentes pontos de vista, discutir divergências, exercitar o pensamento crítico e reflexivo, comprometendo-se e assumindo responsabilidades. É importante também que aprendam a ler criticamente diferentes tipos de texto, a utilizar diferentes recursos tecnológicos, a expressar-se e comunicar-se em várias linguagens, opinar, enfrentar desafios, criar, agir de forma autônoma e que aprendam a diferenciar o espaço público do privado, a serem solidários, a conviver com a diversidade e a repudiar qualquer tipo de discriminação e injustiça.

Em particular, no Ensino Médio, tais competências implicarão em promover uma mudança em seu contexto de vida, superando a visão de mera preparação para o vestibular com vistas ao ingresso no Ensino Superior. A perspectiva dos jovens brasileiros que hoje estão nessa escola é obter qualificação mais ampla para a vida e o trabalho, já ao longo de sua escolarização básica.

A relação entre o jovem e o conhecimento não se encerra na aprendizagem mecânica e de memorização dos conteúdos. A formação do jovem deve passar pela formação cidadã, do trabalho como condição humana, do conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico criando condições para que ele possa

aprender a aprender. Adequar à escola a seu público atual é torná-la capaz de promover a realização pessoal, a qualificação para um trabalho digno, para a participação social e política, enfim, para uma cidadania plena da totalidade de seus alunos e alunas. Isso indica a necessidade de revisão do projeto pedagógico de muitas escolas que não se renovam há décadas, criadas em outras circunstâncias, para outro público e para um mundo diferente deste dos nossos dias. O Currículo Básico da Escola Estadual como instrumento organizador da ação educativa, vem assegurar um mínimo de unidade na Rede Estadual de Ensino e pressupõe ainda a articulação necessária, em cada unidade escolar, com o Projeto Político Pedagógico.

A educação pública estadual no sentido de conceber, como referencial para o trabalho, o estudante enquanto sujeito de direitos e a escola como lócus do processo de ensino-aprendizagem, visa ressignificar os espaços e tempos escolares numa perspectiva criativa e inovadora, apresentando como resultado a efetiva aprendizagem dos alunos. Esse é um compromisso assumido por todos os sujeitos envolvidos: Unidade Central, Superintendências Regionais de Educação, unidade escolar, família e comunidade.

10.3. NA REDE PRIVADA

Para a Rede Privada³⁶, o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Compreensão e compromisso de uma prática curricular como uma ação democrática e transformadora que leva em conta a heterogeneidade e a diversidade real de cada aluno;
- I- Respeito às diferentes crenças religiosas, culturais e étnicas;
- II- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- III- Garantia de atividades integradoras entre pais e equipe pedagógica;
- IV- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

³⁶ Centro Educacional In Pacto

- V- Valorização do discurso e da prática como possibilidade da paz entre os homens;
- VI- Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- VII- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- VIII- Valorização do profissional da educação escolar;
- IX- Conscientização do homem enquanto cidadão;
- X- Garantia de padrão de qualidade;
- XI- Valorização da experiência extra-escolar;
- XII- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XIII- Contribuição para que os alunos sejam cooperativos, críticos, criativos, autônomos e responsáveis;
- XIV- Conscientização para a preservação do meio ambiente, objetivando uma vivência individual e social mais saudável.

A) Currículo

Obedecendo ao previsto na Lei 9394/96, Título V – Capítulo I que trata da composição dos níveis escolares, o Centro Educacional In Pacto é organizado para atender a Educação Básica, oferecendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental com base na idade cronológica e também no potencial e/ou real de desenvolvimento dos alunos, com o que se pretende alcançar o máximo de suas possibilidades de crescimento.

B) Abordagem Teórica

O Centro Educacional In Pacto defende procedimentos e posturas que devem ser levados em conta para a construção do conhecimento no cotidiano da prática pedagógica. Defendemos, prioritariamente, uma perspectiva sócio-histórica postulando à aprendizagem como conhecimento construído através da interação dos indivíduos com o meio sócio cultural.

11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOMINGOS MARTINS

O Plano Municipal de Educação de Domingos Martins é um documento público, construído com a participação da Sociedade Civil Organizada por meio de seus

representantes e possui a vigência de dez anos. Para garantir sua efetividade na prática ele deve ser acompanhado periodicamente por um grupo de 13 (treze) pessoas eleitas, acompanhadas de seus suplentes, oriundas da comissão de elaboração do PME, nomeada legalmente pelo Decreto Municipal N 2.657/2014.

O grupo de acompanhamento e avaliação, depois de nomeado por Decreto Municipal tem como tarefa analisar o cumprimento e desenvolvimento das metas e estratégias propostas no plano.

Para essa finalidade, o grupo deve criar uma agenda de encontros semestrais para estudos e avaliação das ações em desenvolvimento e encaminhar relatório à Secretaria Municipal de Educação e Esporte contendo os avanços alcançados no período e havendo necessidade, sugerir intervenções para as metas não alcançadas.

Ao final de dois anos de implantação do PME a comissão de acompanhamento e avaliação deverá reunir informações técnicas referentes a cada meta estabelecida para o período, avaliar os avanços alcançados e as necessidades pendentes, e encaminhar documento aos órgãos responsáveis para que sejam tomadas providências naquilo que for necessário.

Objetivando informar à sociedade sobre o desenvolvimento do PME, deverá ser realizada audiência pública anualmente, para informar sobre a execução do plano e os resultados obtidos.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Educação de Domingos Martins, foi produzido em consonância com o Plano Nacional de Educação, observando as 20 metas nacionais subdivididas em estratégias, e a partir destas, foram elaboradas as 20 metas municipais também subdivididas em estratégias específicas, para o período de 2015 a 2025.

Para a elaboração das metas e das estratégias municipais, fez-se necessário uma pesquisa bibliográfica e também de campo, para que a realidade da educação do Município pudesse ser percebida da maneira mais concreta possível, envolvendo as Redes Municipal, Estadual e Privada.

Essa etapa do plano foi desenvolvida com o auxílio de muitas pessoas, envolvendo segmentos das diferentes esferas públicas, privada e sociedade civil. Na composição dos dados, cada segmento contribuiu conforme sua realidade e necessidade, dando condições para que ao final o documento pudesse retratar a realidade educacional de Domingos Martins com a maior veracidade possível.

Observando as metas e estratégias municipais, que foram elencadas a partir da realidade do Município, pode-se verificar que muitos desafios estão apontados para os próximos dez anos de vigência deste plano e requerem políticas governamentais consistentes e comprometidas com a educação local, para que possam ser cumpridas na íntegra conforme objetivadas.

Não obstante, observa-se também a partir da realidade aferida, que Domingos Martins tem em sua biografia educacional até o momento, propostas, ações e resultados que foram fundamentais para alavancar os índices educacionais equivalentes e até superiores aos apresentados nacionalmente. Essas conquistas devem servir de motivação para a implantação e desenvolvimento deste Plano Municipal de Educação com sucesso durante a próxima década.

A Secretaria Municipal de Educação e Esporte teve como compromisso conduzir todo este processo de pesquisa e elaboração durante um período de um ano, por

meio das coordenações, equipes pedagógicas e técnicas, que em parceria com a comissão de elaboração nomeada pelo DECRETO Nº 2.657 / 2014 empenharam-se para “elaborar o Plano Municipal de Educação, observando entre outros a erradicação do analfabetismo, a evasão, a universalização do atendimento ao ensino obrigatório, a melhoria da qualidade do ensino, a formação humanística, científica e tecnológica, a progressiva expansão do atendimento dos alunos na Educação Infantil”.

Diante da realidade averiguada e das metas apresentadas, cabe ao poder público municipal por meio de suas diferentes esferas governamentais, em específico a Secretaria Municipal de Educação e Esporte, implementar o que foi proposto dentro dos prazos previstos, observando as estratégias a serem seguidas.

Ao grupo de acompanhamento e avaliação, cabe a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e garantir a plena execução deste plano, em consonância com o governo municipal. A sociedade civil, no entanto, tem o direito de estar informada sobre o desenvolvimento do plano e o convite para acompanhar e emitir sugestões sempre que considerar necessário.

Podemos afirmar, que os esforços empregados por parte daqueles que participaram ativamente dos trabalhos para a constituição deste documento foram imprescindíveis, para que o mesmo pudesse ser apresentado à sociedade como um instrumento de conhecimento da educação municipal e, sobretudo, como um caminho para redimensionar ações e implementar estratégias que venham contribuir para uma educação da melhor qualidade para os municípios.

13. REFERÊNCIAS

CALIARE, Rogério. Contextos Campesinos: Qual educação? In: **Introdução a Educação do Campo.** Foerst; Schütz-Foerst; Caliare (orgs.).Vitória, ES: UFES/PPGE, 2009.

Conviva Educação. Ambiente Virtual de Apoio à Educação Municipal. Disponível em: www.convivaeducacao.org.br

Dados Educacionais do Censo Escolar, da Prova Brasil e do Ideb para cada escola, município e estado brasileiro. Disponível em : www.qedu.org.br

JESUS, D. M. de. GOBETE, G. **Políticas de Educação Especial no Espírito Santo: Subsídios para Reflexão.** In BARTOLOZZI, E. (org.). Política Educacional do Estado do Espírito Santo: a Educação é um Direito. Vitória: SEEB/SEDU, 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.**

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: Inclusão Escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2002.

Ministério da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.mec.gov>

Plano Municipal de Educação Caderno de Orientações. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Disponível em :<http://www.mec.gov>

Plataforma online que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em : www.observatoriodopne.org.br

SANTOS, Ezequiel Sampaio dos; KILL, Miguel A.; BIGOSSI, Rutiléia; MURARI, Jonas Braz. **História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins.** Vitória: Brasilia Editora Ltda.1992.

VIEIRA, A. B. **Dialogando com a história e pensando a educação especial como direito social.** PPGE – UFES. Vitória, 2010.

14. APÊNDICE

LISTA DE SIGLAS

SECEDU	Secretaria Municipal de Educação e Esporte	PNE	Plano Nacional de Educação
PME	Plano Municipal de Educação	CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
ES	Espírito Santo	PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
MG	Minas Gerais	UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	CONSED	Conselho Nacional de Conselhos de Educação
CNEC	Campanha Nacional de Escolas na Comunidade	UNCME	União dos Conselhos Municipais
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental	PAR	Plano de Ações Articuladas
EMPEF	Escola Municipal Pluridocente de Ensino Fundamental	FEPAD	Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente
EMUEF	Escola Municipal Unidocente de Ensino Fundamental	PPP	Projeto Político Pedagógico
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
EDUFES	Editora da UFES	SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDU	Secretaria de Educação	INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica	MEC	Ministério de Educação
PNAIC	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa	EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos	IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	AEC	Associação Escola Comunidade
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola	UAB	Universidade Aberta do Brasil
FUNDEB	O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	CAE	Conselho de Alimentação Escolar
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio	ENEM	Exame Nacional para o Ensino Médio
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior	SEBRAE	Serviço de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	PRONATEC	
IES	Instituto de Ensino Superior	EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação	EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EAD	Educação a Distância	PPC	Projetos Pedagógicos de Cursos
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil	EMEFM	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático	APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
NEE	Necessidades Educativas Especiais	SECMAS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos	SINAES	Sistema Nacional de Avaliação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior	ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	ICT	Instituições Científicas e Tecnológicas
SISCORT	Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica	PNBE	Programa Nacional da Biblioteca Escolar
UEX	Unidades Executoras	CME	Conselho Municipal de Educação
MDE	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	CAQI	Custo Aluno Qualidade Inicial
AMUNES	Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo	CAQ	Custo Aluno Qualidade
FNE	Fórum Nacional de Educação	SINDIUPES	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle		